



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Este envelope pertence ao
Proc. nº 21-P-23702/97
de Marcos Aurélio Pereira

DERM
C/IEL
Q.23.4



UNICAMP

INFORMAÇÃO

FLS

NÚMERO

RUBRICA

Ao SIARQ para manter em arquivo 01 Envelope
que contém comprovantes curriculares de Marcos Aurelio
Pereira - IEL , a qual acom
panhou o trâmite do proc. nº21-P-23702/97 1 1 (Vida
Funcional), em nome do interessado.

ARZGomes
ALDA REGINA ZARRO GOMES
Seção de Adm. Admin.
Secretaria Geral

18/3/98

A vibrante no sistema do português Valéria N. Oliveira MONARETTO	778
Produção escrita no livro didático Rosemeire Selma MONTEIRO	787
A sintaxe dos verbos e clíticos no português Maria Aparecida Torres MORAIS	792
O discurso à deriva ou as sem-razões do sentido: a confabulação no contexto neurolingüístico Edwiges Maria MORATO	801
Predicados vagos e complementações de sentido Heronides Maurílio de Melo MOURA	812
Uma prática textual na época imperial: o dicionário faz história José Horta NUNES	824
Realização variável do sujeito e grau de conexão discursiva na fala de Florianópolis Avani de OLIVEIRA & Gessilene SILVEIRA	833
A epístola a Luceio (Fam.V,12): esboço de uma reflexão sobre a natureza da história a partir de Cícero Marcos A. PEREIRA	844
As categorias vazias pronominais Ronice Müller de QUADROS	854
Comportamento das consoantes líquidas na fonologia da criança na faixa dos quatro anos Gilsenira de Alcino RANGEL	859
Pluralidade em sintagmas nominais por falantes da zona urbana de Florianópolis Suzana Aparecida Dias de Oliveira ROCHA Maria de Fátima Santos SILVA	867
Dificuldade no reconhecimento da sílaba tônica: uma consequência do método de alfabetização? Bernardete Biasi RODRIGUES & Giovanni SECCO	875

Ênfase em árabe Omar Khattab SALAWDEH	884
Criando palavras: caminhos possíveis para a construção do significado Patrícia de Castro SANTOS	887
"Scrambling" determinando o efeito de objeto duplo no português do Brasil? Ana Paula SCHER	896
Avaliação de livro didático de português como L2 - geradores de insumo Maria Elizabeth J. N. SCHNEIDER Lucia ROTTAWA Simone Paula Kunrath PEREIRA	906
Problemas de coerência em textos de alunos de 5ª a 8ª série do ensino noturno municipal de Porto Alegre: uma aplicação das metarregras de Charolles Cláudia Presser SEPÉ	917
Teoria da Optimalidade aplicada ao português brasileiro: a hierarquização das restrições para os casos de /r/ e /l/ em codas Adelaide H.P. da SILVA	927
Separatismo, estratégias de definição em um discurso de preservação nacional Pedro de SOUZA	935
Um estudo dos advérbios como marcadores discursivos na fala de Florianópolis e Chapecó Maria Alice TAVARES & Sergio Luis DUARTE	940
Marcas prosódicas das inserções parentéticas Luciani Ester TENANI	947
Metáfora e formação do professor de língua estrangeira Josalba Ramalho VIEIRA	955
Movimentos operários brasileiros: formações discursivas anarquistas e anarco-sindicalistas Ana ZANDWAIS	966

A EPÍSTOLA A LUCEIO (Fam. V, 12): ESBOÇO DE UMA REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA DA HISTÓRIA A PARTIR DE CÍCERO

Marcos A. Pereira (USP/Universidade São Francisco)

"Frequentemente penso que um jornalista passa a vida obcecado a reunir fatos que lhe permitam mentir, ao passo que o romancista é uma espécie de escravo de sua imaginação, que procura a verdade."
(N. Mailer, *O parque das corças*¹)

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em conhecido trabalho, Paul Veyne chama atenção para o fato de, ao contrário do historiador moderno, que prodigaliza notas explicativas sobre suas fontes, o historiador antigo se apresentar como detentor incontestado de um conhecimento, o dos fatos que narra, quase nunca informando o leitor sobre como teve acesso a ele.

A questão que imediatamente se colocaria, qual seja a de saber precisamente onde o historiador antigo vai buscar as informações que veicula, coisa que para ele não tem a mesma relevância que para nós, hoje, envolve uma outra: a da veracidade dos fatos colocados. E esta última questão, por sua vez, nos leva a indagar sobre a própria essência daquilo que denominamos "verdade", referida, no caso, ao relato histórico. Seria tal "verdade" algo exterior ao relato, que ele simplesmente vai desvelando ante os olhos do leitor, ou algo criado no momento mesmo em que se apresenta o relato? O historiador, ao discorrer sobre o fato enfocado, está realmente interessado em apresentar algo como a "verdade dos fatos"? Mas, qual "verdade"? E se não há uma verdade a ser desvendada, o que confere então ao relato histórico uma autoridade maior que a da Literatura, por exemplo, a que também chamamos "ficção", palavra que bem serve para marcar a distância que a separa do "mundo real", aquele supostamente visado pelo historiador?

Se é verdade que não há como não ver, por trás de uma apresentação de fatos, com os quais convivemos ou não, uma *apreciação* já desses mesmos fatos, cada qual os verá e falará sobre eles de uma determinada maneira, a partir de um certo ângulo, com um interesse particular e uma razão determinada, de modo a fazer parecer "belo" ou "nobre", por exemplo, aos olhos de um aquilo que, de outro ponto de vista, bem poderá parecer "torpe" ou "abominável". Se é verdade que o relato de quaisquer acontecimentos traz em si não apenas informações sobre tais eventos, como também sobre o autor do relato, não havendo "isenção de espírito" no que se diz, nem "neutralidade" possível, não há então "verdades" que o sejam para todos e em todas as circunstâncias, e em decorrência desse fato tão simples e óbvio não haveria como afirmar a precedência do historiador moderno sobre o antigo, no que se refere ao problema da verdade: cada um afirma o que afirma a partir dos pressupostos com os quais aprendeu a operar.

Estas considerações, que não visam, em absoluto, depreciar a autoridade de quem quer que seja no domínio da historiografia, nem afirmar o primado de tudo que caia sob a rubrica da mais pura "ficção", querem apenas servir como base a nortear uma reflexão sobre um texto particular, cuja importância, tanto para a História quanto para a Literatura, se poderia talvez aquilatar pelo simples fato de nos levar a tais indagações. Trata-se da carta que Cícero escreveu a L. Luceio, autor de obras históricas e contemporâneo seu.

Escrita em Âncio no ano de 56aC, a missiva contém um pedido muito simples de Cícero: que o amigo Luceio, tendo abandonado a vida política em 60aC, após havê-lo apoiado na luta contra Catilina e seus conjurados, para dedicar-se à redação de obras de cunho histórico, escreva a respeito de seu consulado e dos acontecimentos que antecederam seu retorno do exílio. Pelo que se depreende do texto da carta, bem como da insistência com que Cícero lhe dirige o pedido, Luceio é pessoa especialmente apta a fazê-lo, por ser reconhecido na época tanto por seu caráter quanto por sua obra, e por ter, de algum modo, tomado parte nos eventos sobre os quais escreverá.

E é com o pedido, de fato, que se abre a carta: a despeito de um certo "pudor" de sua parte e da intenção já manifestada por Luceio de fazer o que o amigo lhe pede, Cícero afirma o desejo de se ver celebrizado por ele. E frisa que assim procede porque bem conhece o caráter da obra de Luceio, que revela "simpatia, elegância e talento", e por meio da qual deseja passar à posteridade.

Embora saiba que isso talvez represente um fardo para o amigo, uma vez que ele quase já acabara de escrever sobre as guerras social e civil, Cícero lhe sugere que trate separadamente a conjuração de Catilina, que envolve o período de seu consulado, das guerras externas. Faz isso não porque importe mais à sua glória, conforme palavras suas, mas porque, tratando de um só período

e uma só pessoa, o discurso de Luceio terá “maior abundância” e “maior brilho”. Não ignorando o “atrevimento” de uma tal proposta, pede ainda que Luceio despreze mesmo os fatos históricos para “abrilhantá-lo” ainda mais, em nome da amizade. Assegura ao amigo, ademais, que, se este empreender o que lhe sugere, encontrará um tema digno de seu talento, tão pródigo em recursos.

Cícero lembra que, tratando do período que se estende do começo da conjuração até seu retorno do exílio, Luceio poderá falar sobre as causas e a cura dos males que afligem o Estado, condenando o que tiver a condenar, louvando o que tiver a louvar, além de marcar todos os que não lhe pouparam. Lembra ainda ao amigo que o relato de seus infortúnios poderá atrair a atenção do público sobre a obra, pois, para quem lê sobre as desventuras alheias, estas representariam mesmo uma fonte de encanto. Em suas palavras, há, nos “acidentes incertos da vida de um homem ilustre”, o que provoque “admiração, curiosidade, alegria, pesar, esperança, receio, e se verdadeiramente terminam com um desfecho notável, o espírito se farta com o mais agradável prazer em sua leitura”.

Cícero frisa ainda que não faz seu pedido com medo de estar lisonjeando o amigo, ao desejar ser “louvado” e “celebrado” por ele em especial, pois Luceio conhece o próprio valor. Nem se considera, ele mesmo, tolo para se desejar “imortalizado” por meio de quem não seja capaz de fazê-lo consigo mesmo. Lembra que Alexandre só quis ser pintado por Apeles e esculpido por Lisipo porque isso “serviria tanto à glória deles próprios como da sua”, e que Agessilau de Esparta, embora não tenha sido pintado nem esculpido por ninguém, foi imortalizado por um pequeno escrito de Xenofonte. Mas não é apenas o talento de Luceio que importa para Cícero: sua autoridade e sua reputação, que o tornaram conhecido dos melhores nas situações mais sérias, são igualmente importantes, pois não basta que se “cante” a própria glória: ela deve ser cantada por alguém ele mesmo glorioso.

Caso o amigo não atenda, por alguma razão, a seu pedido, Cícero se diz ver forçado a escrever ele próprio sua história, o que considera mesmo reprovável, uma vez que, nesses casos, deixa-se de louvar ou criticar o que é preciso, granjeando-se então menos autoridade e fidedignidade. E que Luceio não se espante de vê-lo pedir com tanta insistência o que de certa forma já se habilitara a fazer: Cícero mal pode esperar por ver seu nome conhecido dos outros através do amigo, o qual, atendendo-o, lhe dará prova de sua amizade e afeição.

Pode-se perceber, numa leitura da carta de Cícero cujo conteúdo procuramos evidenciar, o emprego de certos procedimentos que visam a convencer Luceio da necessidade e das vantagens de atender seu pedido. O discurso de Cícero vai da apresentação de seu desejo de glória, tendo em vista não apenas a posteridade (parágrafos 1 e 2), passando pela apresentação de sugestões de

como Luceio poderá tratar do período em questão em sua obra (pars. 4 e 5), bem como pelo esclarecimento de que não pretende lisonjear o amigo com o pedido e das razões que o levam a fazê-lo (pars. 6 e 7). Finalmente, prevendo uma possível recusa de Luceio, Cícero lembra que terá de proceder de modo muitas vezes condenável, retratando a si próprio (par. 8), frisa ainda uma vez seu desejo de, ainda em vida, poder “gozar de uma modesta glória” (par. 9), e termina com o pedido de uma resposta sobre o que acaba de propor, contando com a amabilidade do amigo (par. 10).

A par de tais procedimentos, que nos abstermos de comentar aqui mais pormenorizadamente, chama-nos a atenção a aparente contradição entre o desejo expresso por Cícero de que Luceio, ao escrever sobre sua vida política, não faça tanto caso dos eventos reais, a fim de “embelezá-los” (par. 3), e o conceito que o orador faz do caráter da História, em obras como o *De Republica*, onde defende uma busca de exatidão e da verdade na exposição dos fatos. A questão é resolvida por autores como M. Rambaud a partir da consideração de que “o conteúdo histórico de uma obra não a transforma em obra de história”, bem como de que “os discursos de Cícero são uma fonte histórica, mas não uma obra de ciência”.

M.H. Rocha Pereira, por seu turno, lembra que, da mesma forma que buscou criar um discurso propriamente romano no que dizia respeito à Filosofia e à Retórica, alçando sua pátria à altura duma Grécia, Cícero também se preocupou com o desenvolvimento de um discurso histórico particular, considerando que “a arte de bem escrever está na base do valor da obra histórica”. Isso mostra realmente como, para o autor romano, a História deve ser colocada a serviço da eloquência, que visava à persuasão como ao embelezamento do discurso, e que ele define como não sendo “outra coisa senão uma sabedoria que sabe exprimir-se bem” (cf. *Div. da Arte Or.* 23, 79). Cícero considera, ademais, que as coisas grandiosas devem ser narradas de modo apropriadamente grandioso - e apenas os “grandes” e seus feitos poderiam ser grandiosos...

Ao que parece, pois, importaria menos, no discurso histórico, *tal como entendido por Cícero*, relatar fatos, do que criar uma língua que seja veículo apropriado à sua expressão, por razões que dizem respeito ao público visado e à intenção do historiador. Aproxima-se, assim, o discurso da História do literário, na medida em que se subordina o primeiro aos procedimentos retóricos que aprendemos a associar ao segundo. Ao mesmo tempo, é interessante notar, sem que estejamos com isso identificando a ambos, como o discurso histórico, concebido daquela maneira, chega a aproximar-se do discurso jornalístico moderno: em ambos se pretende convencer ou mesmo impor uma certa visão dos fatos tratados, com a diferença de que neste último sempre se omite a observação de que se trata apenas de *uma* visão sobre eles, de modo

Apresentação

Como prometemos, eis os anais do I Encontro do CELSUL, realizado nos dias 13 e 14 de novembro de 1995. Os dois volumes reúnem todos os trabalhos encaminhados à Comissão Editorial nos prazos estipulados. Trata-se de cento e oito artigos resultantes de participações em mesas-redondas, comunicações individuais e grupos de trabalho. Nada mal para uma entidade que há bem pouco tempo não era mais que um sonho acalentado por alguns professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Digamos que o CELSUL enfrentou o seu rito iniciático. E sobreviveu.

Aproveitamos a ocasião para registrar nossa dívida de gratidão com todos os que, de uma maneira de outra, contribuíram para a publicação destes anais. Especial agradecimento à Pós-Graduação em Letras/Linguística da UFSC e ao CNPq, que financiaram parcialmente o evento.

Florianópolis, abril de 1997.

Diretoria do CELSUL

<i>Presidente:</i>	Fábio Luiz Lopes da Silva
<i>Vice-Presidente:</i>	Carlos Mioto
<i>Tesoureira:</i>	Maria Cristina Figueiredo Silva
<i>Secretárias:</i>	Ruth E. Vasconcellos Lopes Roberta Pires de Oliveira

que no antigo discurso histórico, o que poderia ser referido a uma certa “tradição”, no discurso jornalístico certamente imputaríamos a algo como a “ideologia” do autor...

Dessa forma, o que costuma ser apontado como divisor de águas entre o discurso histórico, o literário e o jornalístico - a relação e o compromisso com o mundo factual, com o “real” -, parece aqui um tanto quanto obliterado. Como o discurso literário ou artístico, que por uma espécie de “questão de princípio”, confessadamente “deforma” o real de que parece servir-se, dado que nele o que interessa mais é o trabalho com o significante, com palavras (que não são as coisas por elas representadas), o discurso histórico, conforme entendido por Cícero, e o discurso jornalístico, com seus procedimentos “retóricos”, parecem visar menos ao “real” do que estaríamos inclinados a supor. (Seria isto pelo simples fato de serem todos *discursos*: falas, linguagem?) A questão, porém, vai ainda mais longe. A. Maurois, por exemplo, ao tratar da relação entre história e ciência, afirmará:

Que se tenha podido não somente propor, mas até discutir seriamente, sobre ser a história uma arte, é, certamente, uma dessas curiosidades da loucura humana. Que poderia ser senão isso? É evidente que a história não é uma ciência. É evidente que a história não é o acúmulo de fatos, mas a sua descrição. E os fatos que se referem ao passado, se são reunidos sem arte, são compilações, e as compilações, sem nenhuma dúvida, podem ser úteis, mas elas não serão história, do mesmo modo que manteiga, ovos, salada e salsa não são uma omelete²

E uma vez que tratamos de questionar sobre se a História - que na concepção de Cícero é *magistra vitae* - pode estar, assim, imune a “deformações” operadas sobre os fatos visados pelo historiador, que dizer das demais ciências, que não existiriam se não existisse linguagem?

Naturalmente, ao afirmar-se como ciência, a História não pretende aproximar-se do conhecimento físico ou matemático, por exemplo. Enquanto estas duas ciências, quais sejam a Física e a Matemática, se lançam num tipo de investigação que aparentemente “impede” a atuação de um elemento subjetivo qualquer, da parte do investigador, na análise dos fatos estudados, a História carrega o estigma, enquanto ciência que trata da vida social, cultural e política - da chamada superestrutura, enfim -, de ser, por natureza, como as ciências a ela afins, uma espécie de reino da subjetividade. Na verdade, sabe-se que qualquer teoria científica, de qualquer área do conhecimento humano, traz em seu bojo a visão de mundo de seu autor, bem ou mal “filtrada” na

manipulação dos dados pesquisados, e que mesmo as chamadas ciências que se vangloriam de estar ancoradas a fundo no “real” só tomam sentido plenamente para aqueles que se encontram aptos a compreendê-las.

Sendo assim, não haveria mais como cobrar “imparcialidade” de historiador algum, nem como considerar especialmente “neutras” as demais ciências: todas estariam sujeitas à parcialidade, quando não ao erro. No entanto, a busca de “verdades”, ainda que parciais, continua a caracterizar, ao que parece, o trabalho de qualquer cientista. Que tais “verdades” sejam vistas com diferentes matizes por diferentes pesquisadores não costuma anular, certamente, uma teoria, ou mesmo a possibilidade de ciência, corresponda ou não a porção do real visada pelo homem à imagem, à representação que se faz desse real. E, muito embora, a nossos olhos, seja aquela representação supostamente mais achegada a ele que conferirá maior credibilidade, autoridade ou fidedignidade ao cientista e seu trabalho, estará sempre presente nela um elemento subjetivo qualquer, de modo a deixar margem para outras possibilidades de análise, além daquelas que se puderam realizar.

Talvez se pudesse imaginar, bizarramente, que, ao solicitar a Luceio que “abrilhantasse” os fatos de sua vida, Cícero tenha revelado, em sua carta, pouco recomendável sua própria obra “histórica”, ao fugir da “verdade dos fatos”. Não bastasse, entretanto, a consideração de que, a rigor, tal “verdade” não existe, seria preciso lembrar que o autor romano não pretendeu, propriamente, que se fizesse a História que hoje entendemos como tal, e sim Literatura. Talvez mesmo por isso tenha ele alcançado a imortalidade ansiada.

2. A CARTA DE CÍCERO: O TEXTO³

“M.Cícero saúda L.Luceio, filho de Quinto!

1 Uma timidez quase rústica me dissuadiu muitas vezes de tentar discutir contigo, pessoalmente, os assuntos que agora vou expor-te à distância e com maior coragem, já que uma carta não se faz corada. Abrasa-me o desejo imenso, incrível, mas não censurável, a meu ver, de ter meu nome abrilhantado e celebrizado em teus escritos. Posto que me deste freqüentes mostras de que o farias, eu queria que me perdoasses esta minha impaciência. Ocorre que, embora a excelência de teus escritos sempre me fosse já algo esperado, ela superou minha expectativa, e de tal modo me cativou e entusiasmou, que eu desejo, o quanto antes, confiar a tua pena meus feitos. Na verdade, não me seduz apenas a lembrança dos pósteros numa esperança de imortalidade, como também a ambição de gozar, ainda em vida, da autoridade do teu testemunho, bem

como da prova de tua afeição e do encanto de teu estilo.

2 Ao escrever estas coisas, eu não ignorava quanto te pesava o que já havias empreendido e começado, mas, como eu visse que já quase havias terminado a história das guerras social e civil, e tu me havias dito que começarias a tratar do que restava, eu não quis deixar de te observar se considerarias meus feitos e preferirias tratá-los juntamente com as outras coisas, ou, como fizeram muitos gregos - Calístenes com a guerra dos fócios, Timeu com a de Pirro, Políbio com a de Numância, que separaram, todos, as guerras mencionadas do conjunto de suas narrativas -, se também tu não separarias do mesmo modo a conjuração civil das guerras inimigas e externas. Na verdade, não penso que seja de grande interesse para minha glória, mas para minha impaciência é de algum interesse não esperar até que chegues naquele ponto, e aproveitar sem demora tão grande oportunidade e ocasião. Ao mesmo tempo, se teu espírito se ocupar por inteiro de um só assunto e de uma só personagem, já vejo sinceramente quão mais copioso e esmerado tudo será. Não ignoro, todavia, quão impudentemente procedo, ao impor-te em primeiro lugar tamanho encargo (podes, com efeito, recusar-mo, por estares já ocupado), depois também ao pedir que me exaltes. Por que razão, afinal, se meus feitos não te parecem dignos de exaltar? 3 No entanto, como quem uma vez ultrapassou o limite do acanhamento deve ser impudente por inteiro, peço-te claramente e repetidas vezes que não só embeleças meus feitos ainda mais do que porventura os julgues dignos de tanto, como também que, nisso, não faças caso das leis da história. E se o reconhecimento, sobre o qual escreveste tão admiravelmente em certo prefácio - do qual mostras que não te desviaste mais do que o Hércules de Xenofonte o fez da Voluptuosidade -, me faz valer fortemente a teu julgamento, que não o esqueças, e que confiras à nossa amizade ainda um pouco mais do que a verdade concede.

Este será, como estou convencido, um tema digno de tua arte e de tua eloquência, se eu te levar a aceitá-lo. 4 Com efeito, parece-me que se pode redigir um pequeno texto que trate do período que se estende do início da conjuração até a minha volta, no qual tanto poderás servir-te do conhecimento das reviravoltas sociais para explicares as causas das revoluções e os remédios para os seus incômodos - e aí, então, conforme te aprouver, censurarás aquilo que considerares digno de censura, apresentando as provas -, quanto farás notar a perfídia, o ardil, a conspiração de muitos contra mim, se, como estás habituado, o julgares, mais à vontade, digno de levar em conta. Além disso, minhas desventuras te fornecerão, ao serem escritas, uma grande variedade de temas, cheia de agrados, a qual, lida, tocará fortemente o espírito dos homens, sendo tu o autor. Com efeito, nada é mais apropriado ao prazer do leitor do que as alterações de conjuntura e as mudanças de fortuna, as quais,

embora não me tenham sido apeteceíveis quando experimentadas, ser-me-ão, todavia, agradáveis quanto lidas, pois a lembrança tranqüila da dor passada encerra prazer. 5 Verdadeiramente, aos que a experimentaram não resta nenhum pesar, e a quem observa sem a menor dor a desventura alheia, até a própria compaixão apraz. Pois a quem de nós não agrada Epaminondas, com uma certa compaixão, ao morrer em Mantinéia? Ele que, em suma, ordena que lhe arranquem a flecha do corpo somente depois de lhe responderem que o escudo está intacto, a fim de, mesmo sofrendo com a dor da ferida, morrer tranqüilamente e de modo glorioso. Quem não se encanta por demais, lendo sobre o exílio e a volta de Temístocles? Se, por um lado, a própria disposição dos anais pouco nos encanta, como uma enumeração de fastos, os acidentes incertos e variados da vida de um homem ilustre, por outro, freqüentemente encerram admiração, curiosidade, alegria, pesar, esperança, receio, e se verdadeiramente terminam com um desfecho notável, o espírito se farta com o mais agradável prazer em sua leitura.

6 Pelo que me parecerá melhor, se fores propício a este desejo, que, do conjunto de teus escritos, nos quais abarcas a história inteira dos grandes feitos romanos, separe o drama, por assim dizer, de meus próprios feitos e reveses, pois ele encerra movimentos e mudanças variados, de circunstâncias como de resoluções. Mas sabe que não receio parecer andar à cata de tua simpatia com uma adulaçãozinha, ao revelar-te meu desejo de ser, acima de tudo, abrilhantado e celebrado por ti, pois não és alguém que desconheça a si próprio, e que não julgue mais invejosos os que não te admiram do que adula-dores os que te louvam. E eu, por meu turno, não sou tão insensato a ponto de desejar encomendar-me à glória eterna por intermédio de quem não obtenha, também ele, ao louvar-me, a glória do próprio talento. 7 Com efeito, o grande Alexandre não quis, acima de tudo por razões de simpatia, ser retratado por Apeles e esculpido por Lisipo, mas porque pensava que a arte destes serviria tanto à glória deles próprios como da sua. E, no entanto, aqueles artistas tornavam conhecidos dos que os ignoravam traços físicos, os quais, ainda que tivessem pouco valor, em nada obscureceriam a imagem dos homens ilustres, por eles retratados. O próprio Agesilau de Esparta, que não consentiu se fizessem seu retrato ou sua estátua, não deve ser menos lembrado do que aqueles que se esforçaram por serem pintados ou esculpidos, pois um só opúsculo de Xenofonte, encomiando aquele rei, superou facilmente todos os retratos e estátuas. E, no entanto, para a alegria do espírito e para a dignidade da memória, ser-me-á mais eficaz se eu granjear figurar em teus escritos do que nos de outrem, porque não apenas teu talento se revelará precioso (como ocorreu a Timoleonte da parte de Timeu, ou a Temístocles da de Heródoto), como também tua autoridade de homem por demais ilustre e considerado,

conhecido nas questões mais importantes e graves do Estado e sobretudo experimentado. Assim, poderei contar não apenas com um elogio (como o que Alexandre, tendo vindo ao Sigeu, disse que se deveria conceder a Aquiles da parte de Homero), mas também com um importante testemunho, oferecido por um cidadão nobre e renomado. De fato, agrada-me o conhecido Heitor de Névio, que não se rejubila apenas com "ser louvado", como também, acrescenta ele, com o ser "por um homem louvado ele mesmo".

8 Se não o obtiver de ti, isto é, se tal empresa te atrapalhar (pois não creio ser justo não conseguir de ti uma coisa, quando sou eu que a peço), serei talvez obrigado a fazer o que alguns muitas vezes condenam: escreverei eu próprio acerca de mim, a exemplo mesmo de homens vários e ilustres. Porém, e isto não desconheces, tais são as falhas nesse tipo de coisa: é forçoso que escrevamos de nós mesmos com maior discricção, se há o que louvar, e que omitamos o que houver a censurar. Acresce ainda que menor será a fidedignidade, menor a autoridade; que muitos, enfim, me censurarão e dirão que são mais modestos os arautos dos jogos gímnicos, os quais, tendo coroado os demais vencedores e anunciado em alta voz os seus nomes, antes do final dos jogos, ao darem a si próprios a coroa da vitória, convocam outro arauto, a fim de não anunciarem com a própria voz que são vencedores. 9 Desejo evitar isso e, se aceitares minha causa, eu o farei. Peço que a aceites.

E não te admires, embora me tenhas anunciado muitas vezes que darias a conhecer com a maior exatidão as resoluções e os acidentes de minha época, de que eu o peça de ti agora com tamanha insistência e usando de tantas palavras. O amor à pressa de que escrevi no início é que me inflama, pelo que me encontro sinceramente entusiasmado, tanto com que os outros conheçam o que passei a partir de tuas obras, quanto com que eu mesmo, ainda vivo, possa gozar de minha modesta glória. 10 Se não te for incômodo, eu gostaria que me escrevesse em resposta, dizendo-me que tencionas fazer acerca de tudo isto. Se, pois, aceitares minha causa, acabarei de preparar um memorial de tudo que fiz; mas se, pelo contrário, me deixares para outra ocasião, falarei contigo pessoalmente. Tu, assim, não ficarás inativo e darás polimento ao que já encetaste, bem como me demonstrarás tua afeição."

NOTAS

- ¹ Citado em Galvão 1972, p.7.
- ² Citado em Viana Filho 1945, pp.22-23.
- ³ Seguimos, na tradução, a edição de L.Constans, em publicação da "Les Belles Lettres".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CICÉRON (1978) *Correspondance*. Tomo II. (Ed. de L.Constans) 5ª tir. Paris: Belles Lettres.
- GALVÃO, W.N. (1972) *As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no 'Grande Sertão: Veredas'*. São Paulo: Perspectiva.
- MARROU, H.-I. (1974) *Do conhecimento histórico*. (Trad. de R.Belo) 3ª ed. Lisboa: Pedagógica Universitária
- RAMBAUD, M. (1953) *Cicéron et l'histoire Romaine*. Paris: Belles Lettres
- RICOEUR, P. (1968) *História e Verdade*. (Trad. de F.A.Ribeiro) Rio: Forense
- ROCHA PEREIRA, M.H. da (1984) *Estudos de História da Cultura Clássica (Vol. II: Cultura Romana)*. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian
- VEYNE, P. (1984) *Acreditavam os gregos em seus mitos? (Ensaio sobre a imaginação constituinte)*. (Trad. de H.González e M.Meira Nascimento) São Paulo: Brasiliense
- VIANA FILHO, L. (1945) *A verdade na biografia*. Rio: Civilização Brasileira.

geait en litière, presque toujours la nuit et lentement, à petites étapes, mettant deux jours pour aller à Préneste ou à Tibur ; quand il pouvait faire un trajet par mer, il préférait ce mode de transport. C'est à force de soins qu'il soutenait une santé aussi faible, et surtout en prenant peu de bains ; il se faisait souvent frictionner le corps ou transpirait à côté du feu, puis il se douchait avec de l'eau tiède ou légèrement échauffée en plein soleil (1) ; mais toutes les fois que son état nerveux lui imposait les bains de mer ou les eaux thermales d'Albula (2), il se contentait de s'asseoir sur un tabouret de bois, auquel il donnait lui-même le nom espagnol de « dureta », et de plonger alternativement dans l'eau ses mains et ses pieds.

LXXXIII. Il renonça aux exercices militaires de l'équitation et de l'escrime aussitôt après les guerres civiles, et les remplaça d'abord par le jeu de la paume et du ballon ; ensuite, il se contentait de promenades en litière ou à pied, qu'il terminait en courant et en sautant, le corps enveloppé d'un [manteau grossier] ou d'une petite couverture. Pour se divertir, tantôt il pêchait à la ligne, tantôt il jouait aux dés, aux osselets ou aux noix (3) avec de petits enfants d'une figure et d'un babil agréables (4), qu'il faisait rechercher partout, surtout des Maures et des Syriens ; car il avait horreur des nains, des créatures difformes et de tous les avortons du même genre, les regardant comme des caprices de la nature et des êtres de mauvais présage.

LXXXIV. L'éloquence et les études libérales furent cultivées par lui dès sa prime jeunesse, avec passion,

(1) Cf. Celse, IV, 24.

(2) Sources d'eau sulfureuse, voisines du Tibre. Aujourd'hui Bagni. Cf. Mart., I, 13.

(3) Cf. Horace, *Sat.*, II, 171.

(4) Cf. Sénèque, *De const. sap.*, 11.

diuo spatiabatur. ³Itinera lectica et noctibus fere eaque lenta ac minuta faciebat, ut Praeneste uel Tibur biduo procederet ; ac si quo peruenire mari posset, potius nauigabat. ⁴Verum tantam infirmitatem magna cura tuebatur, in primis lauandi raritate ; unguebatur enim saepius aut sudabat ad flammam, deinde perfundebatur egelida aqua uel sole multo tepefacta. ⁵At quotiens neruorum causa marinis Albulisque calidis utendum esset, contentus hoc erat ut insidens ligneo solio, quod ipse Hispanico uerbo « duretam » uocabat, manus ac pedes alternis iactaret.

LXXXIII. | ¹Exercitationes campestres equorum et armorum statim post ciuilia bella omisit et ad pilam primo folliculumque transiit, mox nihil aliud quam uectabatur et deambulabat, ita ut in extremis spatiis subsultim decurreret † sestertio uel lodicula inuolutus.

²Animi laxandi causa modo piscabatur hamo, modo talis aut ocellatis nucibusque ludebat cum pueris minutis, quos facie et garrulitate amabilis undique conquirebat, praecipue Mauros et Syros. Nam pumilos atque distortos et omnis generis eiusdem ut ludibria naturae malique ominis abhorrebat.

LXXXIV. | ¹Eloquentiam studiaque liberalia ab

³ eaque : eaque et G || Tibur biduo || Q:R : tibur [ty- GS] biduo MGV, LPOST [in V tibur ibiduo unde Tibur in biduo Oudendorp] || ⁴ in primis : prim- MGV, LPOST primum & || aut : ut Q et Re dell. || ⁵ At : aut dell. [Roth] || Albulisque calidis : calidis albulisque Torrentius.

LXXXIII, 1 pilam : primam M || in extremis : extremis POT || sestertio [-cio GQRS ises tercio L sestertio T] om. qodd : segestro Cujas [Preud'homme] segestria Roth || ² facie || QR : -cilitate P^a -cile cell. || amabilis MGVQ¹ : -es cell. || conquirebat : conquisit V || pumilos : -lios [pom- PST] V, LPOST.

mais aussi avec un effort soutenu. On rapporte que, durant la guerre de Modène, il ne cessa pas, malgré toutes ses occupations écrasantes, de lire, d'écrire et de déclamer chaque jour. Par la suite, jamais il ne prit la parole au sénat, devant le peuple, ni devant ses soldats, sans avoir médité et préparé son discours, quoiqu'il ne fût pas incapable d'improviser dans les cas imprévus. Pour ne pas s'exposer aux défaillances de la mémoire ni perdre son temps à apprendre par cœur, il adopta l'usage de lire tous ses discours. Il rédigeait d'avance jusqu'à ses conversations particulières, même avec son épouse Livie, quand elles étaient importantes, et parlait d'après ses notes, de peur que l'improvisation ne lui fit dire trop ou trop peu. Il avait une voix douce, d'un timbre particulier, et travaillait assidûment avec un maître de déclamation (1); cependant, quelquefois, ayant la gorge malade, il fit haranguer le peuple par un crieur.

LXXXV. Il écrivit en prose plusieurs ouvrages de différents genres; il en lut quelques-uns dans le cercle de ses amis, qui lui tenaient lieu de public. Telles sont « Les réponses à Brutus au sujet de Caton »; il lut une grande partie de cet ouvrage, alors qu'il était déjà bien âgé, mais, lassé par cette lecture, il la fit achever par Tibère; telles sont encore « Les exhortations à la philosophie », et des mémoires « sur sa vie », qu'il raconta en treize livres, jusqu'à la guerre des Cantabres, sans dépasser ce terme. Il effleura aussi la poésie. On a de lui un opuscule en vers hexamètres, qui a pour titre et pour sujet « la Sicile »; un autre, tout aussi court, contenant des « épigrammes », qu'il composait d'ordinaire en pre-

(1) Le *phonascus* était proprement un musicien qui, à l'aide d'une flûte, donnait le ton à l'orateur: cf. Quintilien, *Inst. orat.*, I, 10, 27, et Aulu-Gelle, *N. A.*, I, 11. Ce mot s'appliqua ensuite, par extension de sens, au professeur de déclamation.

aetate prima et cupide et laboriosissime exercuit. Mutinensi bello in tanta mole rerum et legisse et scripsisse et declamasse cotidie traditur. ²Nam deinceps neque in senatu neque apud populum neque apud milites locutus est umquam nisi meditata et composita oratione, quamvis non deficeretur ad subita extemporali facultate. ³Ac ne periculum memoriae adiret aut in ediscendo tempus absumeret, instituit recitare omnia. ⁴Sermones quoque cum singulis atque etiam cum Liwia sua gravioribus non nisi scriptos et e libello habebat, ne plus minusue loqueretur ex tempore. ⁵Pronuntiabat dulci et proprio quodam oris sono dabatque assidue phonasco operam; sed nonnumquam infirmatis faucibus praeconis uoce ad populum contionatus est.

LXXXV. | ¹Multa uarii generis prosa oratione composuit, ex quibus nonnulla in coetu familiarium uelut in auditorio recitauit, sicut « Rescripta Bruto de Catone », quae uolumina cum iam senior ex magna parte legisset, fatigatus Tiberio tradidit perlegenda; item « Hortationes ad philosophiam », et aliqua « De uita sua », quam tredecim libris Cantabrico tenus bello nec ultra exposuit. ²Poetica summatim attigit. Vnus liber extat scriptus ab eo hexametris uersibus, cuius et argumentum et titulus est « Sicilia »; extat alter aequae modicus « epigrammatum », quae fere tempore balinei

LXXXIV, 2 deinceps: princeps *Spejer* || deficeretur: -ret LPOST || 3 absumeret S^a *dell.*: assum- [ads- VPOS^{ae}] *cell.* || 4 scriptos *dell.* [Bentley]: -tis [in scriptis *dell.*] *om. codd.* de scripto *Modderman* || 5 phonasco: -alsco M, || Q^aR-usco G.

LXXXV, 1 auditorio: adlutorium V || 2 Poetica: -cam || Q [uulgo] || attigit: attingit [n expunct.] M || uersibus cuius: culus *om.* V || balinei: labi- G balnei M^a, LPOST, ||.

et il accompagna Tibère jusqu'à l'endroit fixé (1). Mais, au retour, sa maladie s'étant aggravée, il dut enfin s'aliter à Nole (2), fit revenir Tibère, qu'on arrêta en cours de route, et s'entretint longuement avec lui, seul à seul (3); ensuite, il ne s'occupa plus d'aucune affaire sérieuse.

XCIX. Le dernier jour de sa vie, tout en s'informant à plusieurs reprises si son état provoquait déjà de l'animation en ville, il réclama un miroir, fit arranger ses cheveux et relever ses joues pendantes, puis, ayant fait introduire ses amis, il leur demanda (4): «s'il leur paraissait avoir bien joué jusqu'au bout la farce de la vie», et il ajouta même la conclusion traditionnelle (5):

Si la pièce
Vous a plu, donnez-lui vos applaudissements
Et, tous ensemble, manifestez-nous votre joie (6).

Ensuite, il les renvoya tous et, pendant qu'il questionnait sur la maladie de la fille de Drusus (7) des personnes venant de Rome, tout à coup il expira entre les bras de Livie, en disant: «Livie, tant que vous vivrez, souvenez-vous de notre union. Adieu.» Il eut ainsi une mort douce, et telle qu'il l'avait toujours désirée. En effet, presque toujours, quand on lui annonçait que telle personne était

villes avaient institué de tels concours en l'honneur d'Auguste.

(1) A Bénévent: cf. chap. 97^a.

(2) Ville de Campanie, située entre Bénévent et Naples, sur la voie Popilia, embranchement de la voie Appienne. Auguste revenait donc à Naples.

(3) Dans *Tib.*, 21^a, Suétone répète la même affirmation. Tacite, *Ann.*, I, 5^b, est beaucoup moins catégorique: «neque satis conpertum est, spirantem adhuc Augustum... an exanimem reppererit».

(4) Cf. Dion Cass., I, VI, 30.

(5) Kock, *Com. attic. frag.*, III, p. 544, n. 771.

(6) Sur cette *clausula*, cf. Horace, *Art poét.*, 155: «donec cantor, Vos plaudite, dicat.» La comparaison de la vie avec une pièce de théâtre a été reprise par Sénèque, *Epist.*, LXXVII.

(7) Livilla, la fille d'Antonia minor et la sœur de Germanicus et de Claude: cf. *Cl.*, 1¹¹.

destinatum locum contendit.¹⁰ Sed in redeundo adgrauata ualitudine, tandem Nolae succubuit reuocatumque ex itinere Tiberium diu secreto sermone detinuit neque post ulli maiori negotio animum accommodauit.

XCIX. |¹Supremo die identidem exquirens, an iam de se tumultus foris esset, petito speculo capillum sibi comi ac malas labantes corrigi praecepit et admissos amicos percontatus, «ecquid iis uideretur minimum uitae commode transegisse», adiecit et clausulam:

εἰ δέ τι
Ἔχου καλῶς, τῷ παιγνίῳ δότε κρότον
καὶ πάντες ἡμᾶς μετὰ χαρᾶς προπέμψατε.

²Omnibus deinde dimissis, dum aduenientes ab urbe de Drusi filia aegra interrogat, repente in osculis Liuiæ et in hac uoce defecit: «Liuiæ, nostri coniugii memor uiue, ac uale!» sortitus exitum facilem et qualem semper

XCIX, 1 labantes: -entes GP [in P corr. man. 1] || et admissos G, HQR, δ: et om. M, LPOST et amissos [et om. V] V² || percontatus: -cunctatus LPOST || ecquid ed. Rom. II: haccquid [hec-δ] M^δ et quid cell. [et expunct. in L] || iis: eis G his HQR, T hiis LS || minimum P² [Beroald]: mini-om. codd. nimum edd. pleraque uet. || εἰ δέ τι — κρότον Preud'homme: ETICI [ETICI GVLPOSR ETICI T ETC HQ] ΔΕΤΙΧΑΧΟΙΚΑΩΤΟΤΙΑΙΓΝΙΟ [HAIΓΝΙΟ VL HAIΓNOIO S] ΔΟΤΕ ΚΡΟΤΟΝ om. codd. εἰ δέ πᾶν ἔχει καλῶς τῷ παιγνίῳ | δότε κρότον Turnèbe εἰ δέ τι | ἔχου καλῶς τὸ παίγνιον κρότον δότε Roth ἐπεὶ δέ πᾶν καλῶς πέπεισται δότε κρότον Bücheler || καὶ πάντες: ΚΑΙΙΑΝΤΕC [-HC II] ΜGPIR ΚΑΙΙΑΝΤΗ Q ΚΙΑΙΑΝΤΕC et suprascr. et omnes LS et [omnes omisso] V || ἡμᾶς: ΕΜΑC ΜQ [suprascr. uos in VLS unde breuēs Erasme || μετὰ χαρᾶς: ΜΕΤΑΑΡΑC [C om. L] et suprascr. cum gaudio VLS ΜΕΤΑΧΡΑC G || προπέμψατε Bentley [Roth]: ΤΙΠΟΗΑΙΨΑΤΕ M ΤΙΠΟΗΑΙΨΑΤΕ [TI om. II TIW pro IV in PT] G, HQR, PT ΤΙΠΑΙΨΑΤΕ [et suprascr. aliquid facite unde τι ποιείτε ed. Ven. 1490] VLS κτυπήσατε Erasme ποπήσατε Turnèbe || ² ab urbe L² S² [in hoc suprascr. + ad urbem]: ad urbem cell. || interrogat: -gabat HQ || coniugii: -gi Roth [Preud'homme].

ex chair

morte promptement et sans souffrir, il demandait aux dieux pour lui et pour les siens une semblable « εὐθανασία », — c'est le propre terme dont il avait coutume de se servir. Il ne donna qu'un seul signe de trouble mental avant de rendre l'âme, car, saisi d'une peur soudaine, il se plaignit d'être entraîné par quarante jeunes gens. Encore fût-ce plutôt un présage qu'un effet du délire, car il y eut tout autant de soldats prétoriens pour le porter sur la place publique.

C. Il mourut dans la même chambre que son père Octavius (1), sous le consulat de deux Sextus, S. Pompée et S. Appuleius (2), le quatorzième jour avant les calendes de Septembre, à la neuvième heure du jour, à l'âge de soixante-seize ans, moins trente-cinq jours. Les décurions des municipes et des colonies transportèrent son corps de Nole jusqu'à Bovillae, pendant la nuit, à cause de la chaleur de la saison, et le jour on le déposait dans la basilique de chaque ville ou dans son plus grand temple (3). A Bovillae, on le remit aux chevaliers, qui le portèrent à Rome et le déposèrent dans le vestibule de sa maison. Les sénateurs, rivalisant de zèle pour embellir ses funérailles et honorer sa mémoire, é mirent un grand nombre de motions diverses ; entre autres, ils allèrent jusqu'à proposer, les uns, que le convoi passât par la porte triomphale, précédé de la Victoire qui est dans la curie, tandis que les fils et les filles des principaux citoyens chanteraient un hymne funèbre ; d'autres, que, le jour des obsèques, on déposât les anneaux d'or pour en prendre de fer ; certains, que les ossements fussent recueillis par les prêtres des collèges supérieurs. Un sénateur voulait même que l'on donnât au mois de septembre le nom d'Auguste, attribué au mois précé-

(1) Cf. Tacite, *Ann.*, I, 9¹, : « plerisque uana mirantibus ».

(2) En 14 ap. J.-C.

(3) Cf. Dion Cass., LVI, 31.

optauerat. ³Nam fere quotiens audisset cito ac nullo cruciatu defunctum quempiam, sibi et suis εὐθανασίαν similem (hoc enim et uerbo uti solebat) precabatur.

⁴Vnum omnino ante efflatam animam signum alienatae mentis ostendit, quod subito pauefactus a quadraginta se iuuenibus abripi questus est. Id quoque magis praesagium quam mentis deminutio fuit, siquidem totidem milites praetoriani extulerunt eum in publicum.

C. ¹Obiit in cubiculo eodem, quo pater Octavius, duobus Sextis, Pompeio et Appuleio, cons. XIII. Kal. Septemb. hora diei nona, septuagesimo et sexto aetatis anno, diebus V et XXX minus. | ²Corpus decuriones municipiorum et coloniarum a Nola Bouillas usque deportarunt noctibus propter anni tempus, cum interdiu in basilica cuiusque oppidi uel in aedium sacrarum maxima reponeretur. ³A Bouillis equester ordo suscepit urbique intulit atque in uestibulo domus conlocavit. ⁴Senatus et in funere ornando et in memoria honoranda eo studio certatim progressus est, ut inter alia complura censuerint quidam funus triumphali porta ducendum, praecedente Victoria quae est in curia, canentibus neniā principum liberis utriusque sexus ; alii, exequiarum die ponendos anulos aureos ferreosque sumendos ; nonnulli, ossa legenda per sacerdotes summorum collegiorum. ⁵Fuit et qui suaderet appellationem mensis

3 fere : -ro M || εὐθανασίαν : EIT- M EIT- cell. *suprascr.* bonam mortem in H bonum exitum in VLS || 4 efflatam : affl-M || praesagium : praesagium [ae per compend. at *suprascr.* 1] M unde praesagium Bentley || deminutio : di- G, LPOST, R.

C, 1 Appuleio Mon. Ancyr., VIII : apu- om. *codd.* || 2 in aedium : in aedia M inedia G in aede [ae per compend.] || 4 studio : -di Polak || praecedente : praecedenti [prae per compend.] G.

LXXXIII Exercitationes campestris equorum et armorum statim post ciuilia bella omisit et ad pilam primo folliculumque transiit, mox nihil aliud quam uectabatur et deambulabat... Animi laxandi causa modo piscabatur hamo, modo talis aut ocellatis nucibusque ludebat cum pueris minutis, quos facie et garrulitate amabilis undique conquirebat, praecipue Mauros et Syros. Nam pumilos atque distortos et omnis generis eiusdem ut ludibria naturae malique ominis abhorrebat.

LXXXIV. Eloquentiam studiaque liberalia ab aetate prima et cupide et laboriosissime exercuit. Mutinensi bello in tanta mole rerum et legisse et scripsisse et declamasse cotidie traditur. Nam deinceps neque in senatu neque apud populum neque apud milites locutus est umquam nisi meditata et composita oratione, quamuis non deficeretur ad subita extemporali facultate. Ac ne periculum memoriae adiret aut in ediscendo tempus absumeret, instituit recitare omnia. Sermones quoque cum singulis atque etiam cum Liuia sua grauiore non nisi scriptos et e libello habebat, ne plus minusue loqueretur ex tempore. Pronuntiabat dulci et proprio quodam oris sono dabatque assidue phonasco operam; sed nonnumquam infirmatis faucibus praeconis uoce ad populum contionatus est.

XCIX. Supremo die identidem exquirens, an iam de se tumultus foris esset, petito speculo capillum sibi comi ac malas labantes corrigi praecepit et admissos amicos percontatus, "ecquid iis uideretur mimum uitae commode trangesisse"...(...). Omnibus deinde dimissis, dum aduenientes ab urbe de Drusi filia aegra interrogat, repente in osculis Liuiae et in hac uoce deficit: "Liuia, nostri coniugii memor uiue, ac uale!" sortitus exitum facilem et qualem semper optauerat. Nam fere quotiens audisset cito ac nullo cruciatu defunctum quempiam, sibi et suis εὐθανασίαν similem (hoc enim et uerbo uti solebat) precabatur.

LXXXIII. Logo após as guerras civis, abandonou os exercícios dos cavaleiros e soldados no Campo de Marte e passou primeiramente para ^(aqueles com) a pela e o saco de couro, apenas fazia cavalgar e cauninhar... Tendo em vista descansar o espírito, ora pescava à linha, ora se divertia com rapagotes, sobretudo cartagineses e sírios que recrutava, amável, com sua beleza e loquacidade, no jogo das pedrinhas ou das nozes. Com efeito, fugia aos anos, aos defeituosos e a todos de sua própria casta, (considerando-os) como desonra à natureza e de mau agouro.

LXXXIV. Cultivou a eloquência e os estudos liberais desde tenra idade com paixão e muitíssimo empenho. afirma-se que, durante a guerra de Nôdeaa, mesmo a tantas dificuldades, lia, escrevia e declamava. Com efeito, em seguida a isso, não falou ^{já} no senado, nem entre o povo e os soldados, senão com um discurso refletido e bem ordenado, embora não fosse desprovido da capacidade de improvisar inesperadamente. E, no entanto, para não expor-se aos riscos da memória ou gastar seu tempo decorando, resolveu (-a a) tudo recitar. De igual modo, não conversava (assuntos) mais sérios com cada um e mesmo com sua própria lista, senão por escrito e por meio de bilhetes, a fim de não dizer nem mais nem menos sem preparo. Falava com uma voz agradável e firme, prestando incessantemente atenção ao (que dizia) mestre de declamação; mas, algumas vezes, falou perante o povo com voz de arauto, estando a garganta debilitada.

XCIX. Em seu último dia, indagando por diversas vezes se já havia fora agitação por sua causa, tendo pedido um espelho, ordenou que lhe penteassem o cabelo e curassem as faces abatidas, e perguntou aos amigos (ali) admitidos: "Por ventura lhes parece cômodo sustentares a farsa da vida?"... (...).

Em seguida, tendo todos sido despachados, enquanto pergunta aos que chegaram da cidade acerca da filha doente de Anuso, perde subitamente os sentidos em meio aos beijos de Lívia com estas palavras: "Lívia, vive lembrando-te de nossa união, e tem raíde!" tendo ~~uma~~ morte tranqüila que sem cessar desejara.

Com efeito, tendo tantas vezes conhecimentos de alguma morte rápida e sem tormento algum, pedia para si e para os seus uma semelhante εὐδαιμονία (pois era desse tenor que costumava servir-se).

Ulfheppur,
22/10/97

Name: Isabella Tordin Candoro

83

Imediatamente após as guerras intestinas, ele abandou os treinos de ^{armas} e cavalos realizados no campo e passou primeiro a ^{e ao} em seguida, não fazia nada mais, ~~passava o tempo~~ deixava-se levar e passava... Para (se) distrair, era pescava-se com anzol ou ele jogava dados, ou a brincadeira das nozes e das pedrinhas com meninotes, as quais, sobretudo mouros e sírios, ele atraía de todas as partes com ~~sua~~ sorte e sua lábia. Com efeito, ele se esquivava dos anos e de pessoas disformes e de ~~todos esse~~ toda gente desse tipo (todas desse tipo), como se eles fossem um capricho da natureza e do mau agouro.

84

Cultivou a eloquência e os estudos das artes liberais desde tenra idade, não só com ardor, mas também com o máximo empenho. Diz-se que ele não só leu e escreveu como declamou cativadamente durante a guerra de Martina. Com efeito, a partir daí, ele não foi ouvido nem uma vez no senado, nem entre o povo, nem entre militares, e não se ~~na~~ ^{em} aquele discurso bem preparado e cuidado, embora não estivesse desprovido de facilidade para improvisar (não lhe faltavam ~~meios~~ ^{habilidades} para improvisar). Martins também conversava familiarmente com um e outro, e ainda com sua filha; mais sérias, não, ~~seco~~ ^{seco} transcritas anotadas e (tiradas) de um caderninho, para que ele não falasse, nem mais nem menos, fora de hora. Ele declamava com ~~uma~~ ^{um} certo som próprio agradável e próprio ~~das~~ ^{das} palavras, e aten-

-tava meticularmente à tonalidade, mas, ~~barroco~~
por vezes, ele discursava ao povo com voz de
povoeiro público, mesmo ~~em~~ tendo a garganta
debidatada.

99-

No último dia de sua vida, ^{ao} perguntar
se o tumulto ~~estava~~ no povo era ~~para~~ a seu
respeito, tendo solicitado um expelle, onde ~~seu~~ que
seu cabelo fosse penteado, e suas ténporas caídas, ajeta-
das, e perguntar aos amigos presentes "se acaso
leus parecia que a forma de sua vida havia ~~transcorrido~~
transcorrido ~~de~~ → adequada mente". Então, ~~perguntando~~
~~os~~ presentes tendo todos se dispersado, pergunta-
mos que che paravam da cidade acerca da

↙ Universidade de São Paulo/FFLCH

Depto. de Letras Clássicas

e Vernáculos

FLC-715: Língua Portuguesa (Prosa
Arcaica do Período Trevadoresco)

Prof. Dr. Heitor Megale / 2ºS90

Aluno: Marcos Aurélio Pereira 1651165

Nível: Mestrado em Letras Clássicas

TRABALHO FINAL

ALGUNS METAPLASMOS: CONSIDERAÇÕES
SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA DE UM TEXTO DO SÉCULO XIII

Constitui o presente trabalho um breve apanhado de termos empregados no texto "A dona pee de cabra", do Livro das linhagens do Conde D. Pedro (século XIII), que ilustram mudanças fonéticas operadas quer na passagem do latim falado da Lusitânia ao português arcaico, quer na deste último ao português moderno. Tais mudanças, tradicionalmente referidas como "metaplasmos" na literatura lingüística, podem ser, como se sabe, de vários tipos, recebendo denominações diferentes de acordo com sua natureza. Interessou-nos apenas destacar alguns exemplos dessas mudanças, a partir do texto citado, bem como alguns pressupostos que subjazem às teorias que nos informam acerca das transformações pelas quais passou o português, no curso de seu desenvolvimento enquanto língua falada, a partir do latim. Neste sentido, tecemos considerações a respeito do estudo da linguagem, tal qual se fez nas diferentes épocas da história e por diferentes povos, desde a Antigüidade até o advento da Lingüística como ciência autônoma, em inícios do século passado. Tratamos, então, de modo bastante sumário, dos estudos românicos realizados por F. Diez também no período de oitocentos, mostrando a verdadeira "filiação" da língua portuguesa e suas "irmãs". Finalmente, apresentamos uma série de exemplos do fenômeno em questão (metaplasmos), a partir do texto que segue em apêndice ao final do trabalho, juntamente com as notas e a bibliografia por nós consultada.

I. DA HISTÓRIA DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA: PEQUENA PALAVRA

Em sua História da Lingüística, J. Mattoso Câmara Jr. aponta sete maneiras de se estudar a linguagem numa comunidade humana que, de acordo com seu enfoque, poderiam ser chamadas "O Estudo do Certo e Errado", "O Estudo da Língua Estrangeira", "O Estudo Filológico da Linguagem", "O Estudo Lógico da Linguagem", "O Estudo Biológico da Linguagem", "O Estudo Histórico da Linguagem" e "O Estudo Descritivo da Linguagem". As três primeiras abordagens do fenômeno lingüístico fariam parte do que o autor chama "Pré-lingüística", pois se fundam elas menos sobre a própria linguagem que sobre a busca de adequação de um dado sistema lingüístico àquele que seria seu "objetivo primeiro" - a comunicação entre os homens -, bem como sobre o estudo das culturas e literaturas expressas em

tal sistema. Em seguida, viriam as abordagens "paralingüísticas", que estariam ainda interessadas num certo uso da linguagem, qual seja o filosófico (ou "lógico"), e nos fundamentos biológicos desse uso pela espécie humana. A "Lingüística propriamente dita" só teria tido início, segundo Mattoso Câmara, com as investigações de caráter histórico sobre a linguagem, no século passado, em que se buscou compreender a origem e a evolução dos sistemas lingüísticos empregados no mundo, ou com as de caráter descritivo, em que se procurou ver seu funcionamento num dado momento e espaço, sem referência ao seu processo evolutivo.

Na Antigüidade, teriam prevalecido os estudos "do Certo e Errado", "Filológico" e "Filosófico", sendo que na Índia, particularmente, os dois primeiros parecem ter-se desenvolvido bastante, com a intenção de se preservar, tanto quanto possível, a estrutura dos textos sagrados (Vedas, Upanixades etc.) que, graças assim ao trabalho de vários "estudiosos", entre os quais o gramático Pāṇini (séc. IVaC), chegaram até nossos dias, dando-nos a conhecer a língua em que foram produzidos: o sânscrito ('saṃskṛta'), cuja descoberta, por eruditos do século passado, teria tamanha importância no posterior desenvolvimento da Lingüística como ciência. Na Grécia, desenvolveram-se tanto os estudos "filológicos", no trabalho de exegese realizado sobre as obras divulgadas a princípio oralmente, de geração a geração, como as de Homero, quanto os estudos "filosóficos" sobre a linguagem: interessaram-se os gregos por saber se ela era fruto de uma espécie de convenção entre os homens ou estava necessariamente ligada às coisas das quais se pode falar através dela, bem como pela categorização gramatical, pela etimologia (entendida então como a busca do "verdadeiro significado" de que se revestiam as palavras) etc. Roma, por sua vez, com seu interesse pela fixação de sua língua nos territórios conquistados, parece ter-se voltado mais para o primeiro dos estudos citados, o "do Certo e Errado", embora tenha também desenvolvido outros, mais ou menos na trilha do pensamento grego.

Na Idade Média, prevaleceu o "Estudo do Certo e Errado", bem como o "Estudo Lógico", com um interesse paralelo pelo estudo das línguas estrangeiras e vernáculas. É dessa época que data o fracionamento definitivo do latim falado nas chamadas línguas românicas, que viriam a tornar-se idiomas nacionais de grande parte da Europa, bem como a separação das línguas germânicas do antigo proto-germânico. O interesse, agora, passa a centrar-se também na origem da linguagem, ou, mais concretamente, das línguas então faladas e conhecidas. Datam da Idade Média os primeiros trabalhos de

comparação e classificação das línguas, levados a cabo por estudiosos que apontavam, entre outras, a língua hebraica como a origem de todas as línguas faladas pela humanidade - hipótese que possui clara conotação religiosa, por ser o hebraico a língua do Antigo Testamento (e, supostamente, também a dos primeiros homens). Surgiram também na Idade Média trabalhos de natureza incipientemente fonética, visando explicar o mecanismo fisiológico envolvido na produção da fala - o que, à exceção do que se passara com os hindus, não havia sido o forte dos antigos.

Com a Idade Moderna, cai a hipótese monogenista que apontava o hebraico (e outras línguas) como sendo a primeira língua a ser empregada pelos homens, do qual se teriam originado todas as demais. Leibniz, em inícios do século XVIII, proclamaria que a fonte das línguas do mundo não deveria ser buscada em qualquer língua histórica, mas numa "proto-língua" há muito desaparecida - idéia cara, como veremos, aos estudiosos que, no século seguinte, fundariam os estudos de Linguística Histórica. Da mesma forma, J. G. Herder procurará mostrar que a linguagem não teve origem divina, como se chegara a supor no passado, mas foi uma criação humana, nascida das necessidades do homem, e G. Vico a conceberá como uma espécie de poesia que teria recebido seu impulso da imaginação humana.

Até o século XVIII, imperaria o método de classificação geográfica das línguas. No século XIX, outras propostas serão apresentadas para aquela fim. É assim que A. Schleicher, por exemplo, falará em línguas isolantes, aglutinantes e flexionais, entendendo-se por "isolantes" aquelas línguas cujas palavras constariam apenas de raízes, sem nenhuma indicação gramatical (ex.: chinês), enquanto as de tipo "flexional" conteriam indicações gramaticais na base de afixos diversos (ex.: latim) e as "aglutinantes", situadas a meio caminho entre as primeiras e as "flexionais", constariam de raízes justapostas de natureza também diversa (ex.: turco). Tal classificação, de caráter tipológico e que diz respeito à morfologia das línguas, porém, se mostraria mesmo incapaz de incluir todos os sistemas lingüísticos conhecidos nas categorias propostas, além de agrupar nestas sistemas muito diferentes entre si - com a suposição, ademais, de que os de tipo flexional seriam "mais perfeitos" que os outros. Com isso, acabaria sendo rechaçada em favor de outras, como as de caráter genealógico (ou genético), na base das quais está um trabalho de comparação das línguas com vistas a chegar à proto-língua originária, da qual se teriam ramificado. Assim é, por exemplo, que o estudioso dinamarquês

Rask, pela primeira vez, empregará de modo sistemático o método da comparação, aplicando-o não apenas a itens de vocabulário, mas principalmente gramaticais, em suas investigações sobre a origem do antigo nórdico ou islandês. No entanto, por haver Rask escrito seu trabalho numa língua pouco conhecida, o dinamarquês, é Franz Bopp considerado, com seus estudos sobre o sânscrito e outras línguas antigas, o fundador da Ciência Histórico-Comparativa da Linguagem. E o estabelecimento dessa nova ciência foi grandemente impulsionado pela descoberta da antiga língua sagrada da Índia - o sânscrito.

Semelhanças entre o sânscrito e as línguas européias já vinham sendo apontadas desde o século XVI por missionários e viajantes como o italiano F. Sasseti e, após ele, o francês Coeurdoux - este, no século XVIII. Mas apenas as observações feitas naquele sentido pelo jurista inglês W. Jones, em fins do século XVIII, com a conquista britânica da Índia, tiveram repercussão⁽¹⁾. A partir daí, um grupo cada vez maior de estudiosos europeus se debruçaria sobre a língua dos Vedas para compreender as causas do fenômeno. Com a idéia em mente de que a maior parte das línguas da Europa e de parte da Ásia estava aparentada ao sânscrito, buscarão os pesquisadores estabelecer, através do método comparativo, qual teria sido a língua da qual se haviam originado. Essa língua, da qual não restaram vestígios escritos - naturalmente por ter sido supostamente falada em época anterior à do aparecimento da escrita -, foi então em parte reconstruída pelos estudiosos e recebeu o nome de Indo-Europeu, que se refere à área ocupada pelos falantes de suas línguas-filhas.

Interessava igualmente aos estudiosos da linguagem do último século saber que fatores estariam envolvidos na mudança lingüística, ou, noutras palavras, em como se havia processado a divisão do antigo indo-europeu, ou proto-indo-europeu, nas suas línguas-filhas (sânscrito, latim, grego, germânico etc.), e a destas nas modernas línguas faladas da Europa à Ásia Ocidental. Estabeleceram eles que a mudança seria primeiramente de natureza fonética, alterando-se a forma das palavras, com o passar do tempo, em função das unidades de que ^{elas} se compõem⁽²⁾. Assim é que o alemão Jacob Grimm, também conhecido pela edição que fez, com seu irmão, de contos populares, estudando as mudanças operadas na passagem das consoantes indo-européias ao gótico (mais antiga língua germânica documentada), via sânscrito (reputado a mais antiga das línguas indo-européias, dada a antiguidade dos documentos nela escritos, e portanto mais próximo da

proto-língua), e do gótico ao alemão, enunciará aquilo que ficaria sendo conhecido como a "Lei de Grimm". De modo muito sucinto, na evolução da proto-língua ao gótico e deste ao alemão moderno, segundo Grimm, pode-se observar que, em geral, as consoantes aspiradas (como /bh/ e /dh/, por exemplo) passam a sonoras (/b/ e /d/, no caso), as sonoras a surdas (/p/ e /t/) e estas últimas a aspiradas (/ph/ e /th/)⁽³⁾. Mais tarde, reformulando essa lei, o estudioso dinamarquês K. Verner mostrará que suas falhas, logo então apontadas, podiam ser corrigidas se se considerasse o primitivo acento indo-europeu - fazendo, com isso, que se avançasse mais um ponto nos estudos de Linguística Histórica: não bastava, segundo Verner, fazer referência aos sons da língua, mas era preciso ver como estes se articulavam entre si e com outros traços, como o acento⁽⁴⁾.

Ainda assim, entretanto, os estudiosos continuariam se debruçando com dificuldades no que tangia à aplicabilidade destas e outras leis formuladas pelos comparatistas. Será um novo grupo de estudiosos, apelidado a princípio pejorativamente de "neogramáticos" ('Junggrammatiker'), reunidos em torno da Universidade alemã de Leipzig, que se incumbirá de demonstrar a regularidade das chamadas leis fonéticas, afirmando seu caráter absoluto, no que se referia a dar conta de todas as transformações linguísticas, sugerindo que as aparentes exceções deviam ser explicadas pela ação do mecanismo psicológico da analogia: a tendência à criação de novas formas na língua, através da adoção de certos padrões mais comuns ou mais regulares⁽⁵⁾. Além disso, podiam as discrepâncias na aplicação das leis fonéticas dever-se ao fato de a língua estudada ter tomado a outras itens lexicais etc. por empréstimo - o que era de conhecimento dos estudiosos. Procurarão ainda os neogramáticos mostrar que, para se compreender como as línguas mudam, não era preciso tentar chegar à proto-língua (cometendo-se muitas vezes, na aventura, sérios abusos do método histórico-comparativo), pois, segundo eles, as línguas vivas mostravam os processos evolutivos em ação.

O método de reconstrução comparada, no entanto (fosse ela realizada internamente a uma só e mesma língua, visando-se ao conhecimento de uma sua fase anterior, fosse externamente, sobre mais de uma língua, visando-se ao estabelecimento de proto-línguas), encontraria opositores. J. Schmidt, na segunda metade do século XIX, por exemplo, publicaria um estudo no qual defendia que as mudanças linguísticas não se processariam pura e simples-

mente como uma evolução das proto-línguas às línguas-filhas, mas poderiam ser devidas à propagação simultânea (ou paralela), a partir de um determinado centro, de certas tendências em várias línguas situadas num dado território, cujos falantes se influenciariam, então, mutuamente. Mas tal hipótese, conhecida como "Teoria das ondas" ('Wellentheorie', em alemão, referindo-se ao efeito produzido, na superfície plana da água de um lago, por uma pedra que sobre ele cai), não lograria impor-se de todo à sua "rival", sendo a hipótese advogada pelos comparatistas e levada às últimas conseqüências pelos neogramáticos, bem como seu método (inequivocamente influenciados pelas teorias evolucionistas que imperavam na Biologia da época, em contraposição à atitude romântica de voltar-se à história das línguas, dos primeiros comparatistas), aquela que predominaria daí por diante nos estudos de Lingüística Histórica.

Do trabalho dos comparatistas a Lingüística Histórica herdou, entre outras, a classificação das línguas do mundo de acordo com o grau de "parentesco" que mantêm entre si - classificação, como já apontamos, de natureza genética. Embora nem todas as línguas faladas pela humanidade tenham sido devidamente estudadas para a confirmação dos acertos da classificação genética comumente aceita, esta aponta a existência de várias "famílias" lingüísticas, divididas em sub-grupos, das quais a indo-européia é a mais estudada e conhecida (naturalmente, pelo fato de terem sido falantes de suas línguas-filhas os estudiosos que, por razões diversas, mais se envolveram em investigações sobre a linguagem, tais como as concebemos, além de estarem tais línguas mais bem documentadas). Entre outras, são elas as famílias indo-chinesa, dravídica, malaio-polinésia, uralo-altaica, cafre ou banto, camítica, semítica e áfrica ou indo-européia, cada uma delas compreendendo muitas línguas, agrupadas em sub-famílias⁽⁶⁾. No caso do indo-europeu, tais sub-famílias seriam, por exemplo, a balto-eslávica, a germânica, a céltica, a itálica, a albanesa, a helênica, a armênia, a anatólica, a indo-iraniana e a tocariana⁽⁷⁾. Em que pese o fato por nós referido de que nem todas as línguas do mundo (cuja cifra ultrapassa a casa dos 3000) tenham sido estudadas a contento, com o passar do tempo, vem a classificação genética sendo revista e mesmo alterada, à medida em que mais línguas são estudadas, no sentido de um refinamento cada vez maior do método e de seus resultados. Atualmente, mesmo estudos que ousam ir mais além de tais famílias, em direção ao passado, vêm sendo realizados, chegando

alguns estudiosos a falar numa proto-língua ainda mais remota, que estaria na origem das famílias lingüísticas citadas - da qual não trataremos, dado o escopo do presente trabalho.

Nos alvares do movimento neogramático, situa-se um estudioso franco-suíço, considerado o divisor de águas dentro da história da Lingüística: Ferdinand de Saussure, que, nos seus cursos de "Lingüística Geral", ministrados na Universidade de Genebra, no início deste século, instituiria uma nova abordagem nas investigações sobre a linguagem. Saussure é o fundador dos estudos sincrónico-descritivos dentro da Lingüística, ao lado do historicismo de sua época, e sua visão sobre a linguagem está na base do que viria a ser chamado, mais tarde, de "Estruturalismo". Para ele, em suma, as línguas são sistemas cujas unidades contam não por elas mesmas, mas principalmente pelas relações que entre elas se estabelecem. Essas unidades ou formas lingüísticas resultariam, segundo Saussure, da associação arbitrária de uma forma fonética (ou "imagem acústica"), que ele chamou de "significante", a um dado significado (ou "conceito"), o que faz das línguas sistemas abstratos de signos, subjacentes à realidade concreta do discurso (ou fala), do qual podem ser abstraídos.

A concepção das línguas como sistemas de signos levou Saussure a considerar a Lingüística como o estudo dos sistemas enquanto tais, sem referência às mutações pelas quais tenham passado através do tempo. Em suma, poder-se-iam citar as palavras finais de seu Curso de Lingüística Geral, redigido a partir das anotações de aula de A. Sechehaye e Ch. Bally, dois de seus mais destacados discípulos, como resumo de tais postulados: sendo parte de uma Sema-siologia (ou ciência geral dos sinais), a Lingüística, enquanto ciência dos sinais vocais, "tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma".

À dimensão histórica ou diacrônica, pois, dos estudos lingüísticos realizados até sua época, Saussure opôs uma dimensão sincrônica, ao mostrar que as línguas poderiam ser estudadas, em quaisquer de suas fases, sem referência às transformações por elas sofridas no curso de seu desenvolvimento. Tal dimensão, de caráter descritivo, passaria a imperar na Lingüística deste século, que só voltaria ao antigo "historicismo" há poucas décadas, quando se percebeu que os dois pólos, sincronia e diacronia, podiam ser integrados no estudo da linguagem - como o demonstra, entre outros, P. Kiparsky, no âmbito da Gramática Gerativa, em artigo publicado na década dos sessenta, no qual busca explicar a conhecida mudança fonética (al. 'Lautverschiebung') em termos da adição de novas

regras fonológicas à gramática das línguas⁽⁸⁾.

II. A LINGUÍSTICA ROMÂNICA

No esteio do comparativismo lingüístico (tal como o expusemos, sumariamente, na primeira parte deste trabalho), que visava, paralelamente à reconstrução de fases antigas das línguas faladas pela humanidade, chegar a uma teoria geral acerca da linguagem, situa-se o trabalho realizado pelo alemão F. Diez, de grande importância tanto para os estudos de Linguística Românica, por ele verdadeiramente fundada, quanto para a verificação da validade da aplicação do método comparativo. Enquanto proto-línguas como o indo-europeu são apenas construtos hipotéticos (no caso teria sido a língua da qual as línguas conhecidas da Europa e parte da Ásia descendem), a proto-língua das línguas românicas, bem ou mal, está em parte documentada, permitindo ver se as inferências dos comparatistas batem com a realidade dos fatos.

Estudando as línguas literárias da Europa tidas como evoluções da língua dos antigos romanos, Diez mostrará, através da comparação sistemática de sua estrutura, que, contrariamente ao que se supusera até então, não descendiam elas da língua de Cícero e outros autores latinos, o chamado "Latim Clássico", fartamente documentado e de caráter literário (e, portanto, artificial), e sim do latim efetivamente utilizado cotidianamente, para fins de comunicação, pelo povo romano, do qual pouco resta de material escrito. Esse latim, chamado então "Latim Vulgar", pode entretanto ser visualizado em inscrições populares encontradas em monumentos do antigo Império Romano, em observações feitas por gramáticos romanos quanto ao "bom" ou "mau" uso da língua, bem como em obras nas quais se pretendeu reproduzir a fala do povo, ou mesmo nas quais, inadvertidamente, o autor empregou uma variedade de língua diferente da "clássica"⁽⁹⁾. Pôde também tal latim ser conhecido via reconstrução comparada das línguas românicas, como a fez Diez.

Constitui prova do fato de que as línguas românicas não descendem da variedade de latim empregada pelos autores clássicos o sistema vocálico de suas supostas línguas-filhas: em nenhuma delas a antiga distinção entre vogais breves e longas é pertinente, no sentido de opor, semanticamente, palavras daquelas línguas. Oposições tais como lat.cl. 'uēnit' ("ele vem", com a primeira vogal breve) : 'uēnit' ("ele veio", com a primeira vogal longa) e 'lūtum' ("lodo") : 'lūtum' ("amarelo") simplesmente não deixaram ves-

tígio nas chamadas línguas românicas (que, de resto, de um ponto de vista diacrônico, poderiam mesmo considerar-se variedades de latim empregadas hoje por diferentes povos em diferentes regiões do planeta). Ao contrário, é o timbre vocálico e o acento que nelas importam, naquele sentido - haja vista as oposições port. 'pê-lo' (subst.) : 'pélo' (verbo) e 'sábia' (adj.) : 'sabia' (verbo), a título de exemplo. Ademais, ao lado das dez vogais do latim clássico (ī, ĭ, ē, ĕ, ā, ă, ō, ŭ, ū), o espanhol, por exemplo, apresenta apenas cinco, sem distinção dos segmentos quanto à duração (/i, e, a, o, u/) - redução observada, ainda que de modo diferente, nas demais línguas românicas. Ora, como pôde o quadro de dez fonemas vocálicos do latim clássico ter perdido, de igual maneira, em todas as suas supostas línguas-filhas, faladas por povos de regiões conquistadas e colonizadas em diferentes épocas, um mesmo traço, qual seja o da duração vocálica?

O vocabulário das línguas românicas, igualmente, afasta a hipótese de que se tenham derivado do chamado latim clássico. Ao lado de 'equus', 'apis' e 'auris', por exemplo, que são vocábulos clássicos, o português exibe 'cavalo', 'abelha' e 'orelha', e o francês, por sua vez, 'cheval', 'abeille' e 'oreille' - vocábulos próximos dos portugueses equivalentes, mas distantes das formas clássicas. Não bastasse isto, a morfologia verbal e nominal das línguas românicas apresenta modificações tais, com relação à língua clássica, que dificilmente se poderia dizer que dela derivam. Fatos como os aqui apresentados, que servem tão-só para ilustrar alguns fenômenos, apontam para a existência de uma outra variedade de latim, de caráter eminentemente oral, que teria sofrido várias modificações antes de ramificar-se nas conhecidas línguas românicas.

Coube, pois, a F. Diez o mérito de haver demonstrado, em sua Gramática das Línguas Românicas (1836), a verdadeira ascendência das línguas por ele estudadas. Será Meyer-Lübke, entretanto, que consolidará os estudos de romanística, em sua também Gramática das Línguas Românicas (1890-1900), na qual refinou o método de Diez, aplicando-o à variedade oral das línguas estudadas por aquele, chegando mesmo a superá-lo.

III. EVOLUÇÃO DO LATIM FALADO AO PORTUGUÊS

Atendo-nos apenas às "tendências gerais" que explicam a passagem do latim falado na Lusitânia ao português, poderíamos des-

tacar, quanto ao vocalismo, a mudança já referida do sistema prosódico: o traço duração (ou "quantidade") deixa de ser fonologicamente relevante, passando os traços timbre e intensidade a serem pertinentes na distinção das vogais, observando-se ainda, quanto ao último traço, que as tônicas tendem a se manter, ao passo que as átonas ficam sujeitas à alteração ou à queda. Quanto às consoantes, verificam-se a manutenção das iniciais, a queda ou modificação (sonorização; palatalização) das mediais e o obscurecimento das finais.

Com base nestas tendências, poderíamos falar em "leis" que teriam regido a transformação do latim falado no (proto-)português, da mesma forma que falamos de "leis" que teriam regido, segundo os antigos comparatistas, a transformação do proto-indo-europeu em suas línguas-filhas. (Devem-se acrescentar, como fatores igualmente determinantes nesse processo, a analogia e o empréstimo - este, realizado de modo marcadamente intenso no século dezesseis, quando os humanistas introduziram na língua inúmeros vocábulos clássicos. Estamos, pois, tomando a palavra "lei" num sentido bastante brando, contrariamente ao que fariam os neogramáticos...)(10)

IV. METAPLASMOS: ALGUNS EXEMPLOS, A PARTIR DA LÍNGUA DO TEXTO 'A DONA PEE DE CABRA', DO LIVRO DAS LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO (SÉCULO XIII)

As modificações que ilustramos a seguir, e que são de natureza fonética, alterando ~~se~~ as palavras em sua forma, mas não em seu sentido, são referidas comumente na literatura lingüística como metaplasmos, e podem ser de quatro tipos: por aumento, subtração, transposição e permuta de segmentos. (Os números entre parênteses indicam, a partir daqui, as linhas do texto por nós utilizado neste trabalho, onde se encontram os termos sublinhados. Os termos utilizados para comparação, se colocados à esquerda, são latinos; à direita, são termos portugueses modernos.)

1. Metaplasmos por aumento ou adição de segmentos:

a) prótese ou próstase (em início de vocábulo):

stando > estado (1)

stare > estar (63)

staba- > estava (65)

synou-sse > persignou-se (28)

b) epêntese (no meio do vocábulo):

freo > freio (54)

c) paragoge ou epítese (em final de vocábulo):

ante > antes (68)

des > desde (66)

2. Metaplasmos por subtração de segmentos:

a) aférese (em início de vocábulo):

se inamoravi- > namorou-sse (5)

b) síncope (no meio do vocábulo):

penna > pena (=penha)(4)

porria > poria (60)

verria > viria (2)

c) apócope (em final de vocábulo):

ille > el(l)(e) (4 etc.)

pose(-o) > pô(-lo) (22)

vall > val(e) (29)

sinalefa ou elisão: da (40) , mas: em elle (60)

d'alto (8) em esse (61)

della (6) em o (67)

lho (12)

sobr'elle (25)

3. Metaplasmos por transposição de segmentos:

a) metátese (na mesma sílaba):

preguntou-lhe > perguntou-lhe (6)

4. Metaplasmos por permuta ou substituição de segmentos:

a) sonorização:

mater > madre (43)

pater > padre (50)

*potinca > podenga (25)

b) vocalização:

(facta >)*faita > feita (13)

multu > mujto (7)

c) consonantização:

jaceba- > jazia (61)

saluo > salvo, donde saluando (14)

vicisse- > vençesse (59)

vox > voz (3)

d) assimilação (aproximação ou identidade de segmentos):

palatalização:

mulier > molher (3)

consonantal:

beuer > beber (57)

e) dissimilação (diversificação ou queda de segmentos, por haver outro(s) semelhante(s) na palavra):

vocálica:

formosa > fermosa (5)

regressiva:

pollo > pelo (=per+lo) (55,56)

f) nasalação:

ad mi > a mym (47)

assy > assim (69)

g) metafonia (mudança no timbre de uma vogal, por influência de outra vogal ou semivogal):

fecisse- > fezesse (55)

posuisse- > posesse (62)

h) crase (os termos arrolados aparecem várias vezes, ao longo do texto):

aas > às (43)

paaço > paço (33)

alaa > a lá (=para lá) (44)

pee > pé (14)

alaão > alão (25)

seer > ser (4)

assēntaua > assentava (49)

soo > só (44)

boo > bom (1)

tijnha > tinha (54)

freesta > fresta (33)

veerom > vieram (24)

hūu(a) > um(a) (2,4)

uēes > vens (48)

māao > mão (31)

i) leixar > deixar (32) (11)

V. NOTAS AO TRABALHO

(1) Afirmava Jones, em 1786:

"A língua sânscrita, qualquer que seja sua antiguidade, tem uma estrutura maravilhosa. É mais perfeita do que o grego, mais copiosa do que o latim, e mais extraordinariamente refinada do que qualquer uma das duas; no entanto, tem com ambas as línguas uma afinidade tanto nas raízes verbais quanto nas formas gramaticais que não poderia ter sido produzida acidentalmente; tal afinidade é tão forte que nenhum filólogo poderia examinar as três sem acreditar que se originaram de uma fonte comum que, talvez, não mais exista: há uma razão semelhante, embora não exatamente tão contundente, para se supor que tanto o gótico quanto o celta, apesar de misturados com um idioma bem diferente, tiveram a mesma origem de que o sânscrito; e que o persa antigo poderia ser acrescentado à mesma família." (Apud LYONS, 1982:178.)

(2) Transformação em cuja base estaria, entre outros fatores (como a analogia e o empréstimo, dos quais trataremos mais adiante), uma motivação "psico-fisiológica" comumente chamada "lei do menor esforço": a mudança se processaria primeira-mente no âmbito da fala de um indivíduo ou na de uns poucos indivíduos, em certos contextos, espalhando-se então pelo sistema e pela comunidade, se esta estivesse predisposta à mudança, e consistiria na adoção de traços articulatórios "mais simples".

(3) Exemplificando mais concretamente:

- a) aspirada a sonora: sânscr. 'bhrātār-' / gót. 'brōthar';
- b) sonora a surda: sânscr. 'padas' / gót. 'fotus';
- c) surda a aspirada: sânscr. 'pitār-' / gót. 'fadar'.

Deve-se observar que os termos empregados por Grimm para denominar aquilo que chamamos aqui de "aspiradas", "sonoras" e "surdas" foram, na verdade, "aspiratae", "mediae" e "tenues", respectivamente - termos estes emprestados à antiga classificação das consoantes na gramática grega. O quadro por nós fornecido para exemplificação é bastante simplificado, em face do exposto nos trabalhos de Grimm, como frisa LYONS (1979: 27-29), de onde o reproduzimos, parcialmente.

(4) Exemplo de falha na "lei de Grimm" - entre outras que ele próprio admitia, já que não a considerava infalível - constitui uma das correspondências citadas à nota anterior (3): sânscr. 'pitār-' / gót. 'fadar', em que uma oclusiva surda (no caso, /t/) corresponde a uma sonora (gót. /d/). Como afirma LYONS (1979:29), "Verner supunha que o sânscrito havia conservado a

posição primitiva do acento das palavras indo-européias e que a alteração fonética germânica se tinha dado antes da mudança do acento para a posição inicial da palavra nalgum período pré-histórico do germânico". Assim, ocorrências de /d/ em gótico como a citada acima, "podiam explicar-se pela seguinte 'lei': as aspiradas surdas resultantes da 'lei de Grimm' (f, th, h) conservavam-se se a sílaba precedente era acentuada (daí gót. 'brōthar', etc.), mas, se não acentuada, sonorizavam-se (como b, d, g, respectivamente: daí gót. 'fadar', etc.)."

- (5) Assim explica COUTINHO o mecanismo da analogia, referindo-se a Saussure/Vendryes:

"'Todo fato analógico é, segundo Saussure, um drama de três personagens, que são: 1ª - o tipo transmitido, legítimo, hereditário (por exemplo, 'honōs'); 2ª - o concorrente ('honor'); 3ª - um personagem coletivo, constituído pelas formas que criaram este concorrente ('honōrem', 'ōrātor', 'ōrātōrem', etc.).' Daí afirmar que, em todo fato analógico, há um processo equivalente ao cálculo da regra de três:

$$\begin{array}{l} \text{orator : oratorem :: honorem : x} \\ x = \text{honor.} \end{array}$$

'Mas é necessário sempre evitar a aplicação do raciocínio matemático a objetos cuja natureza ou complexidade não o admitem. Aqui, a álgebra não dá idéia exata das coisas. Ela arrisca a fazer crer que a mudança é voluntária e consciente, quando justamente o contrário é o que se dá.'" (Apud COUTINHO, 1974:152.)

- (6) As famílias lingüísticas, a partir de Schleicher, costumam ser representadas, metaforicamente, como os ramos de uma árvore. Alguns problemas de tal representação são mais ou menos evidentes: por um lado, sugere-se nela que a linguagem, como os seres vivos, está sujeita às "leis naturais"; por outro, esconde-se nessa metáfora o fator dialetação, levando-se a crer que as proto-línguas e suas línguas-filhas seriam blocos homogêneos - o que está muito distante da realidade. Quanto à localização das línguas pertencentes a essas famílias, observa-se que à indo-européia pertence a maioria das línguas da Europa e do ramo indo-iraniano; à camito-semítica, o egípcio, o acádico, o fenício, o aramaico, o hebraico e o árabe; à dravídica, as línguas da Índia faladas anteriormente à ocupação indo-européia, bem como aquelas faladas atualmente ao sul da Península Índica e ao norte do Ceilão, representadas pelo télugo, tâmil, malaiala e canarês; à uralo-altaica,

o húngaro, o finlandês, o lapão e o samoiedo (urálicas), de um lado, e o turco, o mongol e o manchu (altaicas), de outro; à sino-tibetana/indo-chinesa, o chinês, as línguas tai e o tibeto-birmanês; à malaio-polinésia, as línguas do Pacífico. Restam ainda as línguas banto (África), as ameríndias e, entre outras, o basco, que não se deixa classificar em nenhuma das famílias citadas. (Naturalmente, damos aqui apenas alguns exemplares das línguas pertencentes a cada família, a partir do apresentado por VARGAS, p.10, modificado. Ver representação arbórea da família indo-européia à p.18 deste trabalho.)

- (7) À sub-família balto-eslávica pertencem, de um lado, o letão e o lituano (bálticas), e, de outro, o russo, o búlgaro, o polonês, o tcheco, o sérvio-croata etc. (eslavas); à germânica, de um modo geral, o alemão, o holandês, o inglês, o sueco, o dinamarquês, o norueguês, o islandês etc.; à céltica, o galês, o irlandês, o bretão etc.; à itálica, o latim, entre outras, e suas línguas-filhas atuais (português, espanhol, catalão, provençal, galego, francês, italiano, rético, sardo e romeno); à albanesa, isoladamente, o albanês; à helênica, o grego etc.; à armênia, o próprio armênio; à tochariana e à anatólica, várias línguas extintas, como o hitita (anatólica); e à indo-iraniana, entre várias outras, o antigo persa.
- (8) Segundo os defensores da Teoria Gerativa, noutros termos, a mudança lingüística poderia explicar-se, basicamente, como o resultado acumulado, por uma ou mais gerações, de diferenciações integradas pela criança ao sistema lingüístico dos pais, durante o período de sua aquisição. Voltaram-se os gerativistas em seu trabalho, ademais, para a comparação lingüística, base da Lingüística Histórica desde o século dezenove. Entre as razões que explicam tal fato, está a busca, por aqueles estudiosos, dos chamados "universais lingüísticos" (isto é, dos traços comuns a todas as línguas empregadas pela humanidade, que podem ser abstraídos dos sistemas que se nos apresentam tão discrepantes), os quais guiariam a criança na fase de aquisição da linguagem e fariam parte, por trás da "faculdade de linguagem", de sua dotação genética.
- (9) Mais especificamente, poderíamos citar como fontes do latim

vulgar, a título de exemplos, as inscrições encontradas em Pompéia; o chamado 'Appendix Probi', de autor desconhecido, que consiste em listas de palavras que não deviam ser empregadas por pessoas cultas, ao lado dos termos clássicos; a obra 'Peregrinatio ad Loca Sancta', da monja Egéria (ou Aethéria), que remonta ao quinto século de nossa era; o tratado sobre arquitetura de Vitrúvio; bem como trechos de obras de Plauto, em que o autor tenta reproduzir a fala do povo, e do 'Satyricon' de Petrônio.

- (10) Tradicionalmente, os vocábulos portugueses que resultam da ação de tais "leis fonéticas" sobre o latim vulgar são chamados "populares", ao passo que os resultantes do empréstimo referido à língua clássica se dizem "eruditos".
- (11) Apresentamos os exemplos acima de forma esquemática e em ordem alfabética, para facilitar sua visualização no contexto do trabalho. Nosso levantamento, como já dissemos, não quis ser exaustivo, mas apenas centrar-se em alguns fenômenos documentados no texto.

* * *

(Cont.)

VI. APÊNDICE I

Dom Diego Lopez era muy boe monteyro e, estãdo
hũu dia en sa armada e atemdendo quãdo verria
o porco, ouyo cantar muyta alta voz hũua molher
em cima de hũua pena e el foy para lá e vio-a seer
muy fermosa e muy bem vistida e namorou-sse logo
della muy fortemente e preguntou-lhe quẽ era e
ella lhe disse que era hũua molher de muyto alto
linhagem, e ell lhe disse que, pois era molher d'alto
linhagem, que casaria com ella, se ella quisesse, ca
ell era senhor daquella terra toda, e ella lhe disse
que o faria, se lhe promettesse que nunca se santi-
ficasse, e elle lho outorgou e e ella foi-sse logo com
elle. E esta dona era muy fermosa e muy bem feita
em todo seu corpo, saluando que auia hũu pee for-
cado, como pee de cabra. E viuerom gram tempo e
ouuerom dous filhos e hũu ouue nome Enheguez
Guerra e a outra foi molher e ouue nome dona...

E, quando comiam de sũu dom Diego Lopez e
sa molher, assçetaua ell apar de ssey o filho e ella
assçetaua apar de ssey a filha, da outra parte. E hũu
dia foy elle a seu monte e matou hũu porco muy
grande e trouxe-o pera sa casa e pose-o ante ssey
hu sya comendo com ssa molher e com seus filhos,
e lamçarom hũu osso da mesa e, veerom a pellejar
hũu alãão e hũua podenga sobr'elle em tall maneyra
que a podenga trauou ao alãão em a gargãta e matou-o.
E dom Diego Lopez, quando esto vyo, teue-o por milla-
gre e synou-sse e disse:

— Santa Maria, vall! quem vio nunca tall cousa?

E ssa molher, quando o vyo assy sinar, lamçou
mãao na filha e no filho, e dom Diego Lopez trauou

do filho e nom lho quis leixar filhar, e ella rrecudio
com a filha por hũua freesta do paaço e foy-sse pera
as montanhas em guisa que a nom virom mais nem
a filha.

Depois, a cabo de tempo, foy este dom Diego
Lopez a fazer mall aos mouros e prenderõ-no e leua-
rõ-no pera Tolledo preso. E a seu filho Enheguez
Guerra pesaua muyto de ssa¹ prisom e veo fallar
com os da terra, per que maneyra o poderia² auer
fora da prisom. E elles disserom que nom sabiam
maneyra por que o podesse² auer, saluando se fosse
aas montanhas e achasse sa madre e que ella lhe
diria³ como o tirasse. E ell foi alaa soo, em cima
de se seu cauallo, e achou-a em cima de hũua pena,
e ella lhe disse:

— Filho Enheguez Guerra, vem a mym, ca bẽ sey
eu ao que uẽes.

E ell foy pera ella e ella lhe disse:

— Vẽes a preguntar como tirarás teu padre da
prisom.

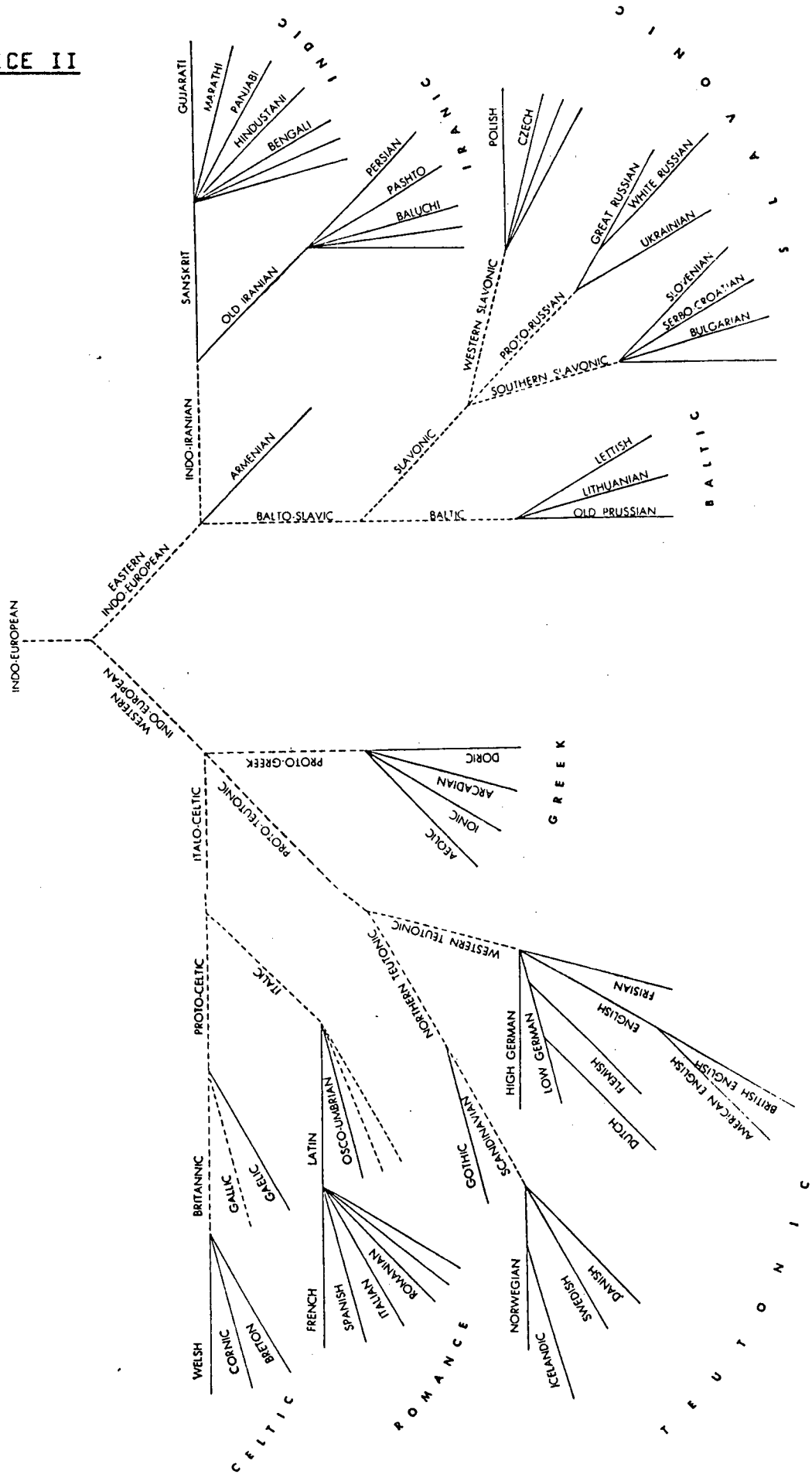
Eintom chamou hũu cauallo que amdaua solto pello
monte, que avia nome Pardallo, e chamou-o per seu
nome, e ella meteo hũa frego ao cauallo que tijna e
disse-lhe que nom fizesse força pollo desselar nem
pollo desemfrear, nem por lhe dar de comer nũ de
beuer, nem de ferrar, e disse-lhe que este cauallo
lhe duraria em toda sa vida e que nunca emtraria em
lide que nom vençesse delle. E disse-lhe que cauall-
gasse em elle e que o porria em Tolledo, ante a
porta hu jazia su padre logo em esse dia e que,
ante a porta hu o cauallo o posesse, que alli decesse,
e que acharia seu padre estar ã hũu currall e que
o filhasse pella mãao e fizesse que queria fallar com

elle e que o fosse tirãdo comtra a porta hu estava
ho cauallo e que, des que alli fosse, que cauall-
gasse em o cauallo e que posesse seu padre ante ssey
e que ante noite seria en sa terra com seu padre,
e assey foy. E depois, a cabo de tempo, morreo
dom Diego Lopez e ficou a terra a seu filho, dõ
Enheguez Guerra.

¹ No original *dessa*.

² Idem, *poderiam*, *podessam*.

³ Idem, *daria*.



Árvore lingüística da família indo-européia.
As linhas pontilhadas indicam línguas extintas.
(Apud THIEME, pp.66-7)

VIII. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COUTINHO, I. de Lima. Pontos de gramática histórica. 6ª ed. Rio de Janeiro, Livr. Acadêmica, 1974.

HAUY, A.B. História da língua portuguesa: I. Séculos XII, XIII e XIV. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

KIPARSKY, P. "Linguística Histórica". In: LYONS, J. (org.). Novos horizontes em linguística. (Trad. de Edward Lopes) São Paulo, Ed. Cultrix, 1976, pp.291-304.

LYONS, J. Introdução à linguística teórica. (Trad. de Rosa V.M. e Silva e Hélio Pimentel) São Paulo, Cia.Ed.Nacional/EDUSP, 1979.

———. Lingua(gem) e linguística: uma introdução. (Trad. de Marilda W. Averbug e Clarisse S. de Souza) Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.

MATTOSO CÂMARA JR., J. História da linguística. (Trad. de Maria do Amparo B. de Azevedo) 3ª ed. Petrópolis, Ed.Vozes, 1979.

———. Princípios de linguística geral. 4ª ed. Rio de Janeiro, Livr. Acadêmica, 1973.

NUNES, J.J. Crestomatia arcaica. 4ª ed. Lisboa, Livr. Clássica Ed., 1953.

SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral. (Trad. de Antônio Chelini e outros) 4ª ed. São Paulo, Ed. Cultrix, 1972.

THIEME, P. "The Indo-European Language". In: Scientific American, October 1958, Vol. 199, Nº 4, pp.66-67.

VARGAS, M.V.A. de Mello. "Sob os olhos do Ocidente". In: Folhetim, Nº 607, 3/9/88, pp.8-11.

* * *

Marcos Aurélio Pereira

Poema 9, de Catulo

Verani, omnibus e meis amicis
Antistans mihi milibus trecentis,
Venistine domum ad tuos Penates
Fratresque unanimos anumque matrem?
Venisti. O mihi nuntii beati ! 5
Visam te incolumem audiamque Hiberum
Narrantem loca, facta, nationes,
Ut mos est tuus, adplicansque collum
locundum os oculosque suauiabor.
O quantumst hominum beatiorum. 10
Quid me laetius est beatiusque?

Versos falésios (endecassílabos)

9.

Verani, omnibus e meis amicis
Antistans mihi milibus trecentis,
Venistine domum ad tuos Penates
Fratresque unanimos anumque matrem?
Venisti. O mihi nuntii beati ! 5
Visam te incolumem audiamque Hiberum
Narrantem loca, facta, nationes,
Ut mos est tuus, adplicansque collum
locundum os oculosque suauiabor.
O quantumst hominum beatiorum. 10
Quid me laetius est beatiusque?

Bibilografia

- ACHCAR, F. *Lírica e Lugar-comum*. São Paulo, Edusp, 1994.
CRUSIUS, F. *Iniciacion en la Metrica Latina*. Bosch, Barcelona. 1951.
ERNOUT, A. et FRANÇOIS, F. *Syntaxe Latine*. Paris, Klincksieck 1986.
ERNOUT, A. *Morphologie historique du latin*. Paris, Klincksieck 1986.
GENTILI, B. et alii. *Storia della letteratura latina*. Laterza, 1995.
GRIMAL, P. et alii. *Gramática latina*. São Paulo, Edusp, 1986.
GUBERNATIS, M. *Il Iber de Catulo*. Torino,
LAFAYE, G. *Catulle: poésies*. Les Belles-Lettres, paris, 1984.
PUTNAM, M. *Essays on Latin Lyric, Elegy and Epic*. New Jersey, Princeton, 1982.
TRAINA, A. et PERINI, G. *Propedeutica al Latino Universitario*. Patron, Bologna, 1992.
VASCONCELOS, P. S. de. *Catulo: o Cancioneiro de Lésbia*. Huítec, São Paulo, 1991.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes
Vice-Reitora: Prof.ª Dr.ª Myriam Krasilchik

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira
Vice-Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Prof. Dr. Benjamin Abdala Junior

Letras Clássicas

Comissão Editorial:

Adriane da Silva Duarte
Angélica Chiappetta
Jaa Torrano
Marcos Martinho dos Santos
Zélia de Almeida Cardoso

Conselho Editorial:

Donaldo Schuler (UFRGS)
Elizabeth de Del Sastre (UBA)
Francisco Marshall (UFRGS)
Giuseppina Grammatico (Chile)
Hector Benoit (UNICAMP)
Ingeborg Braren (USP)
Jacyntho J. L. Brandão (UFMG)
Joaquim Brasil Fontes (UNICAMP)
Nely Maria Pessanha (UFRJ)
Paula da Cunha Corrêa (USP)
Rachel Gazolla de Andrade (PUC-SP)
Silvia Milanezi (Grenoble)

Endereço para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL

LETRAS CLÁSSICAS - FFLCH/USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 403, 2º andar, sala 4
C. P. 3105 - Cid. Universitária
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: (00-55-11) 818-4294
Fax: (00-55-11) 818-5035

COMPRAS E/OU ASSINATURAS

HUMANITAS LIVRARIA - FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 - Cid. Universitária
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: (011) 818-4593 / 818-4589
Fax: (011) 211-6281
e-mail: publich@edu.usp.br
<http://www.usp.br/ffch/ffch.html>

USP

© Copyright 1997 dos autores. Direitos de publicação da Universidade de São Paulo.
setembro/1997

LETRAS CLÁSSICAS

Humanitas Publicações
FFLCH/USP
1997

SUMÁRIO

Editorial	7
Homens e deuses na <i>Orestéia</i> de Ésquilo	9
<i>Eliane Christina de Souza</i>	
Mito e violência na tragédia <i>Agamêmnon</i> de Ésquilo	29
<i>Jaa Torrano</i>	
O discurso didático de Aristófanos em <i>As nuvens</i>	39
<i>Aécio Flávio de Carvalho</i>	
Algumas questões sobre a parábase d' <i>As rãs</i>	51
<i>Adriane da Silva Duarte</i>	
<i>Quid ratio possit?</i> Considerações sobre o papel do irracional na <i>Fedra</i> de Sêneca	59
<i>Marcos Aurélio Pereira</i>	
Fato, mito e razão na composição dramática da pretexto <i>Otávia</i>	77
<i>Heitor Coradini</i>	
O palácio cego de Racine	97
<i>Joaquim Brasil Fontes</i>	
O <i>Anfitrião</i> ou <i>Júpiter e Alcmena</i> , de Antônio José da Silva, e a intertextualidade	133
<i>Flavia Maria Ferraz Sampaio Corradin</i>	
<i>Ulisses</i> , uma tragédia de Níkos Kazantzákis	147
<i>Isis Borges Belchior da Fonseca</i>	
Dario Fo e o mito de Dédalo e Ícaro	163
<i>Loredana de Stauber Caprara</i>	
Traduções:	
O sacrifício	
ÉSQUILO. <i>Agamêmnon</i> , 184-257	173
<i>Trad. Jaa Torrano</i>	

- GOLDHILL, S. *The Poet's Voice. Essays on Poetics and Greek Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- HEATH, M. *Political Comedy in Aristophanes*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1987.
- HUBBARD, T. *The Mask of Comedy: Aristophanes and the Intertextual Parabasis*. *Cornell Studies in Classical Philology*. n. 51, 1991.
- KONSTAN, D. Poésie, Politique et rituel dans *Les Grenouilles* d'Aristophane. *Metis*. Paris, n. 1, p. 291-308, 1986.
- MORTON, R. F. Jr. *Aristophanes on Alcibiades. Greece & Rome*. Oxford, n. 29, p. 345-359, 1988.
- ROMILLY, J. *Alcibiade*. Paris: Editions de Fallois, 1995.
- SEGAL, C. The character and cults of Dionysus and the unity of the *Frogs*. *Harvard Studies in Classical Philology*. Cambridge / Massachusetts, v. 65, p. 207-242, 1961.
- WHITMAN, C. *Aristophanes and the Comic Hero*. Cambridge / Massachusetts: Harvard University Press, 1964.
- ZIELINSKI, Th. *Die Gliederung der Altattischen Komoedie*. Leipzig: Teubner, 1885.

DUARTE, Adriane da Silva. Some matters on *Frogs* parabasis.

ABSTRACT: An examination of *Frogs* parabasis suggests two alternative interpretations to its formal anomalies in connexion with the other sections of the play. The issues raised by this paper are significant not only in a conclusive reading of this particular comedy, but also to the understanding of the role played by the parabasis in Aristophanes' plays.

KEY-WORDS: Ancient Greek comedy; Aristophanes; parabasis.

QUID RATIO POSSIT? CONSIDERAÇÕES SOBRE O IRRACIONAL NA FEDRA DE SÊNECA

MARCOS AURÉLIO PEREIRA *

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

RESUMO: O trabalho pretende examinar, brevemente, a função do elemento irracional (furor) presente em palavras, ações e acontecimentos na Fedra de Lúcio Aneu Sêneca (4aC?-65dC). A partir de uma análise das ações e das falas das personagens, bem como dos acontecimentos que têm lugar na tragédia, procura-se mostrar que o filósofo estaria apontando, no texto, para as consequências do abandono, pelo homem, do elemento que melhor o constitui, sua razão (ratio), ao deixar-se levar pelas inclinações que se mostram contrárias a seus ditames. Conclui-se, portanto, pelo caráter parênético da peça de Sêneca, que teria desejado mesmo transmitir, através da Fedra como de outras produções dramáticas, verdadeiras lições de moral estoica, sendo mesmo impossível considerar separadamente o filósofo e o trágico.

PALAVRAS-CHAVE: Estoicismo; Sêneca; tragédia; Fedra; irracional.

"Ninguém age racionalmente em Sêneca;
a paixão é o único impulso."
R. Mayer (1988, p.152s)

1. Natureza da razão no quadro da filosofia estoica

Ao tratar de uma questão como a do irracional na tragédia de Sêneca aqui considerada, deve-se, em primeiro lugar, definir o que se entende pelo termo "irracional". Segundo Corbisier et al. (1983, p. 6220),

o qualificativo "irracional", de que decorre o substantivo "irracionalismo", comporta várias acepções, significando não só o que é alheio ou estranho à razão, mas o que é inferior, superior ou contrário a ela. A definição de "irracionalismo" requer, portanto, a definição prévia do conceito de razão, de racional e de racionalidade (...).

Numa das acepções referidas pelos autores, "racionalidade" significa "a essência do pensamento, do conhecimento discursivo, do raciocínio"; em outra,

é "o pressuposto do conhecimento, do relacionamento adequado, ou da coincidência, entre o pensamento e o ser". Mas é ainda outra a acepção que interessa, aqui. Segundo ela, "racionalidade"

significa a estrutura mesmo do real, do mundo enquanto natureza. (...) A racionalidade da natureza, que é cosmos e não caos, constitui o pressuposto da ciência, que se interessa pelo real menos como objeto de percepção do que como estrutura inteligível, conjunto de leis, necessárias e universais (id. ib.).

Mas, enquanto no mundo material, por assim dizer, se observariam invariâncias, regularidades ou leis que fundam mesmo a possibilidade do conhecimento, a vida social ou cultural, ao menos, apresentaria caráter mais problemático, contraditório, o que leva algumas correntes da filosofia moderna a afirmar o primado do absurdo ou do caos, elegendo-os como ponto de partida para o estudo do ser e da vida do homem. Fala-se, então, no "irracionalismo" inerente a essas correntes filosóficas, constituindo aquele, no fim de contas, uma

posição (...) que sustenta a existência do irracional, seja nas coisas, seja no pensamento, seja nas relações do pensamento com as coisas (id. ib.).

Não se situa aqui, como se verá; o pensamento de Sêneca. O filósofo de modo algum defende o irracionalismo em sua peça, apresentando antes o irracional como uma privação ou transtorno, por assim dizer, do que ele chama razão (*ratio*). Mas, para compreender o que Sêneca entendia como razão, é preciso dizer antes algumas palavras sobre sua filosofia, o Estoicismo.

Fundada por Zenão de Cício, que viveu entre os séculos III e IVaC, a escola estóica deve seu nome ao lugar onde se reuniam os discípulos do filósofo, o Pórtico Pintado (*Stoa Poikile*), em Atenas.

Para os estóicos, tudo o que existe está subordinado à Ordem ou Razão Universal, identificada com o próprio Deus. O universo inteiro, formado de matéria organizada por aquela Razão, sustenta-se graças à ação divina que, na forma de um "sopro cáldo" (*pneûma*), pervade-o todo. Deus, entretanto, não é apenas Ordem ou Razão (*Lógos*), mas também Providência, determinando o fim de sua obra: de tempos em tempos, todo o universo é reabsorvido por Ele, que a tudo consome como fogo que é, num cataclisma conhecido por "ecpirose" ou "conflagração universal".

Possuidor de uma centelha daquela Razão Universal, cabe ao homem, por sua vez, obedecer ao Destino que lhe foi traçado, pois somente assim poderá realizar-se. Daí a grande importância dada pelos estóicos à conduta humana, estando acima de tudo a busca da virtude (que, para o homem, consiste em viver

e agir de conformidade com sua natureza racional) e, como consequência, da sabedoria e da tranquilidade do espírito. Não se submeter às leis predeterminadas pela Razão Universal só produz sofrimento inútil, nada modificando.

O homem, portanto, como tudo que existe, possui um corpo, e seu corpo é animado pelo sopro divino, que lhe faculta comungar de parte de sua natureza racional, o qual deve ser reintegrado em Deus. É a tal razão, parcela do divino integrada no homem, com suas exigências e prerrogativas, que se oporá a paixão, capaz de arrastar o homem para fora de si e fazê-lo cometer as maiores atrocidades contra si mesmo, os outros, o cosmos ou a própria divindade.

Este é, muito sumariamente e com as mudanças cabíveis, operadas pelo tempo e pelos homens cujos nomes estão associados ao Estoicismo e não citamos aqui, o cerne da doutrina filosófica professada por Sêneca em suas obras; de modo mais explícito, naturalmente, nos diálogos.

2. A *Fedra* de Sêneca: o enredo

A tragédia se abre com Hipólito, filho de Teseu e enteado de Fedra, numa caçada, distribuindo tarefas a seus servos e evocando Diana, de quem é devoto (vv. 1-84). Nesse ínterim, no palácio de Teseu, ora ausente – o herói descera com seu companheiro Pirítoos ao Hades, para tentar raptar a esposa de Plutão –, Fedra se queixa à Ama, falando do sofrimento que lhe causa seu amor não correspondido por Hipólito, e recebe daquela o conselho de abandonar seus propósitos, a fim de não se tornar ainda mais infeliz (vv. 85-249). No entanto, não encontrando uma saída e determinando que se matará, consegue que a Ama abandone a posição de conselheira e se disponha a convencer Hipólito a ceder ao seu amor (vv. 250-273).

Após as duas cenas referidas, ocorre o primeiro pronunciamento do Coro; a cantar a vitória do Amor sobre todas as criaturas (vv. 274-356). Abrindo o segundo ato, o mesmo Coro indaga da Ama acerca do estado de Fedra, que aparece em cena acometida de uma crise de delírio, enquanto a Ama descreve os efeitos da paixão sobre a rainha e firma o propósito de falar a Hipólito (vv. 357-430). Na cena seguinte, finalmente, é-nos apresentado o diálogo entre Hipólito e a Ama, que procura inutilmente convencê-lo da necessidade de abandonar a vida solitária que leva entre as feras, nos bosques, e ceder aos apelos de Vênus (vv. 431-579). Nos versos seguintes, fechando a cena, a rainha aparece, cambaleante, sendo amparada pelo próprio Hipólito (vv. 580-588).

Fechando o primeiro episódio ou segundo ato, Fedra pede para ficar a sós com o enteado e, após muita hesitação, confessa ao jovem seu amor (vv. 589-671). Horrorizado, Hipólito faz mesmo menção de matá-la, mas acaba fugindo e

abandonando ali sua espada, enquanto a Ama, vindo em auxílio de Fedra, forja a mentira de que o príncipe a tentara violar (vv. 672-735).

O segundo Coro, agora, canta a beleza efêmera de Hipólito, e termina anunciando a volta de Teseu (vv. 736-834). Em seguida, já no terceiro ato, a Ama dá notícia ao rei sobre o estado de Fedra (vv. 835-863), que entra em cena sem querer revelar a causa de seu desejo de matar-se mas acaba por fazê-lo, pois que o marido pretende tirar o segredo da Ama à força, torturando-a (vv. 864-902). Acreditando na mentira forjada pela Ama e repetida por Fedra, que aponta Hipólito como seu raptor, Teseu, cheio de cólera, pede a Netuno que lhe conceda a morte do filho naquele mesmo dia (vv. 903-958).

Segue-se, então, novo pronunciamento do Coro, que canta agora a submissão dos homens aos cegos desígnios da Fortuna e anuncia a chegada do Mensageiro, banhado em lágrimas (vv. 959-990). Abrindo o quarto ato ou terceiro episódio, o Mensageiro relata, instado por Teseu, a morte de Hipólito, em circunstâncias monstruosas, e o rei acaba por lamentar ser responsável por ela (vv. 991-1122).

O Coro, em seu quarto e último pronunciamento, canta a felicidade dos humildes e a dor dos grandes, anunciando, ao final, a entrada de Fedra, de espada à mão (vv. 1123-1155). Na primeira cena do quinto ato ou êxodo, Fedra confessa a Teseu a mentira forjada contra Hipólito e se mata, sobre o corpo dilacerado do enteado (vv. 1156-1200). Na última cena da peça, a mando do Coro, Teseu reúne os restos do filho, ordenando que se prepare a pira crematória, que se busquem outras partes do corpo de Hipólito e se enterre Fedra (vv. 1201-1280).

3. O irracional nas ações das personagens

O elemento irracional se faz presente na *Fedra* através da paixão (*furor*). Entendida como a forma pervertida de um sentimento natural, é a paixão que turva a visão das personagens e as faz sair de si de forma a se perderem, na exata medida em que abandonam a justa razão e seguem seus impulsos.

Assim é que Fedra, por exemplo, acaba por sucumbir a seu amor ilícito por Hipólito de tanto o alimentar em si, ao contrário do que lhe propõe a Ama:

NVTRIX: (...) *quisquis in primo obstitit/ pepulitque amorem, tutus ac uictor fuit;/ qui blandiendo dulce nutriuit malum,/ sero recusat ferre quod subiit iugum.* (vv. 132-135)

AMA: (...) aquele que de início contém e repele o amor sai ileso e vencedor; mas quem alimenta complacientemente o doce mal, tarde se recusa a suportar o fardo que lhe cabe.

LETRAS CLÁSSICAS

PHAEDRA: *Quae memoras scio/ uera esse, nutrix; sed furor cogit sequi/ peiora. Vadit animus in praeceps sciens/ remeatque frustra sana consilia appetens.* (vv. 177-180)

FEDRA: Sei da verdade que me lembrás, Ama. Mas a paixão me obriga a seguir o que é pior. Meu espírito se lança no abismo, sabendo-o, e se volta em vão, embora os deseje, para os bons conselhos.

Quid ratio possit? Vicit ac regnat furor/ potensque tota mente dominatur deus. (vv. 184-185)

Que pode a razão? A paixão a venceu e reina, um deus poderoso dela se assenhoreia por inteiro.

Que o amor de Fedra pelo enteado lhe tenha sido infundido por Vênus não muda o que se disse. A deusa, que de resto não aparece na peça de Sêneca, seria mais uma das marcas da Fortuna inelutável a constranger, com seus golpes, a vida dos homens. Como lembra Croisille (1964, p. 290), em seu ensaio sobre a *Fedra*,

As referências ao destino (...) servem apenas para lembrar que, numa perspectiva estoica, o homem está longe de ser inteiramente livre, que sua liberdade é limitada por "dados" aos quais ele pode recusar ou dar seu assentimento, mas desse fundo de fatalidade se destaca a responsabilidade das personagens principais (...). É preciso compreender que o destino no qual pensa Sêneca deixa ao indivíduo a liberdade de escolher entre os possíveis que lhe oferece.

Mas Fedra não se entrega de imediato à paixão que a consome. Em certo momento, deseja mesmo libertar-se dela, nem que seja pelo último recurso que lhe cabe, a morte:

Non omnis animo cessit ingenuo pudor./ Paremus, altrix. Qui regi non uult amor/ uincatur. Haud te, fama, maculari sinam./ Haec sola ratio est, unicum effugium mali:/ uirum sequamur, morte praeuertam nefas. (vv. 250-254)

O pudor não cedeu de todo ao frágil coração. Obedecerei, Ama! Vencamos este amor que não se deixa dobrar! Não permitirei, minha honra, que sejas manchada! Só há um partido a tomar, uma saída para meu mal: seguir o exemplo de meu marido. Que eu previna o crime com a morte!

Percebe-se bem a luta que se trava no interior da rainha entre razão e paixão, que a faz ora desejar, ora repelir a realização dos apelos desta, não ficando mesmo de lado crises de delírio (vv. 387-403) ou de profunda prostração e comoção (vv. 362-386), que são o reflexo daquela luta íntima, a acompanhar a rainha mesmo diante daquele que ela ama, impedindo-a de falar:

Sed ora coeptis transitum uerbis negant;/ uis magna uocem mittit et maior tenet./ Vos testor omnis, caelites, hoc quod uolo/ me nolle. (vv. 602-605)

Mas a boca nega passagem às palavras projetadas. Uma força poderosa me solta a voz; outra, maior, a retém. Tomo-vos todos por testemunhas, ó deuses, de que não quero o que desejo!

Também a Ama, que de início procura demover Fedra de seu amor, acaba por ceder, quando percebe que a única saída admitida pela rainha, além da realização de seu anelo, é a morte, e isso ela não pode admitir:

Solamen annis unicum fessis, era,/ si tam proteruus incubat menti furor,/ contemne famam: - fama uix uero fauet,/ peius merenti melior et peior bono./ Temptemus animum tristem et intractabilem./ Meus iste labor est aggredi iuuenem ferum/ mentemque saeuam flectere immitis uiri. (vv. 267-273)

Senhora, único alívio de meus estafados anos, se uma paixão tão violenta te pesa sobre o espírito, despreza a boa fama! Demais, a custo ela é favorável: dá o que é bom ao que merece o pior, o pior a quem é bom. Sondemos aquele espírito sombrio e indomável! Cabe a mim ir ter com o insensível jovem e dobrar o amargo homem.

(...) Quid dubitas? Dedit/ tempus locumque casus: utendum artibus./ Trepidamus? Haud est facile mandatum scelus/ audere; uerum iussa qui regis timet,/ deponat omne et pellat ex animo decus:/ malus est minister regii imperii pudor. (vv. 425-430)

(...) Por que vacilas? O acaso deu-te o tempo e o lugar: é usá-los habilmente. Tremes? Não é fácil aventurar-se ao crime ordenado. Mas quem teme a ordem real, que abandone e afaste sinceramente a decência: o pudor é mau conselheiro dos reis.

Tal transformação da Ama é mesmo significativa, se se lembra que uma das funções dessa personagem é servir de conselheira àqueles a quem se subordina. Suas falas estão carregadas de conselhos morais, frequentemente na forma de máximas (*sententiae*) que resumem, por assim dizer, a "lição de vida" que buscam passar. Mas, como bem observa Croisille (1964, p. 292),

A personagem da nutriz (...) é apenas um instrumento e não tem nenhuma firmeza em suas opiniões. (...) a facilidade com que ela passa de uma tirada de caráter estóico (v. 129ss.) a palavras complacentes para com a paixão de Fedra revela bem que, na ação, a nutriz é apenas uma "engrenagem" do mecanismo implacável da paixão, que exerce sobre a razão um império cada vez maior.

E conclui o mesmo autor, em uma nota interessante:

B.M.Marti (...) pensa que a mudança de atitude da nutriz simboliza "o contágio da parte racional da alma pela parte irracional", e mesmo "personifica o conflito interior de Fedra e a degradação progressiva da personagem" (id. ib.).

O comportamento de Hipólito, por sua vez, não corrobora a imagem que ele faz de si próprio como puro e livre de mancha, senhor tranquilo de si mesmo e das plagas que freqüenta, longe da cidade e de suas "torpezas". No dizer de Boyle (1985, p. 1306s),

A fantasia de Hipólito sobre sua própria inocência (*innocuus*, 502), ao retratar-se como personagem da Idade de Ouro, anterior à queda, comunicando com a bondosa natureza (501ss.), é contradita por sua própria agressão, seu desejo de domínio, seu impulso à matança exibidos nas instruções de caça e na saudação à divindade da cena inicial da peça.

De fato, é o que revelam várias passagens do texto de Sêneca. Ao dar instruções a seus servos caçadores, por exemplo, diz ele:

Tibi uibretur missile telum,/ tu graue dextra laeuaque simul/ robur lato dirige ferro,/ tu praecipites clamore feras/ subsessor ages; tu iam uictor/ curuo solues uiscera cultro. (vv. 48-53)

Vibra tu o dardo; tu, à direita e à esquerda, arremessa a lança com ponta de ferro; tu, de emboscada, apanharás as feras ligeiras, gritando; e tu, já vitorioso, lhes rasgarás o ventre com tua curva faca!

Dirigindo-se então a Diana, "deusa benévola", lembra que

(...) rostra canes/ sanguine multo rubicunda gerunt/ repetitque casas rustica longo/ turba triumpho. (vv. 77-80)

(...) os cães trazem o focinho rubro de tanto sangue, e o séquito grosseiro torna às cabanas com grande triunfo.

Ante as palavras da Ama, que o aconselha a gozar a própria mocidade, freqüentando a cidade e a companhia de "pessoas de bem", Hipólito responde:

*Non alia magis est libera et uitio carens/
ritusque melius uita quae priscos colat,
quam quae relictis moenibus siluas amat.*
(vv. 483-485)

Não há outra vida mais livre, que venere os antigos e seja isenta de vícios e melhor disposta do que a que ama as florestas, deixando para trás os palácios.

E, finalmente, lança a culpa pela corrupção progressiva do mundo à mulher:

*Sed dux malorum femina: haec scelerum
artifex/ obsedit animos, huius infestis
stupris/ fumant tot urbes, bella tot gentes
gerunt/ et uersa ab imo regna tot populos
premunt./ Sileantur aliae: sola coniunx
Aegei/ Medea reddet feminas dirum genus.*
(vv. 559-564)

Mas a mulher é a soberana dos males. Essa artífice do crime se apodera dos espíritos. Tantas cidades ardem por sua perigosa devassidão, tantas nações guerreiam e tantos povos são esmagados por governos transtornados. Não se mencionem outras: só a esposa de Egeu, Medéia, torna as mulheres uma funesta casta.

*Solamen unum matris amissae fero/ odisse
quod iam feminas omnis licet.* (vv. 578-579)

Um só consolo recebo da perda de minha mãe: poder agora odiar todas as mulheres.

Sua reação diante da confissão de Fedra é de uma virulência incomum (vv. 672-697). Hipólito a repele e ameaça matá-la, só não o fazendo porque percebe que estaria, de alguma forma, realizando exatamente o que a madrasta deseja, uma vez que não o pode ter:

*Procul impudicos corpore a casto amoue/
tactus: - quid hoc est? Etiam in amplexus
ruit?/ Stringatur ensis; merita supplicia
exigat./ En impudicum crine contorto
caput/ laeua reflexi: iustior numquam foci/
datus tuis est sanguis, arquitenens dea.* (vv. 704-709)

Afasta para longe esses toques impudicos de meu corpo casto! Mas o que é isto? Ainda se desfaz em abraços? Empunhemos a espada! Que execute o merecido castigo! Com a esquerda, dobro para trás, pelos cabelos, a cabeça impudente. Nunca se derramou sangue mais justamente sobre teu altar, ó deusa que levas o arco!

LETRAS CLÁSSICAS

Finalmente, sua conduta diante do monstro que lhe provocará a morte faz lembrar o controle que pretende exercer sobre o domínio da natureza, como consegue fazer, por certo tempo, com os cavalos assustados de seu carro, ante a súbita aparição:

*Haud frangit animum uanus hic terror
meum:/ nam mihi paternus uincere est
tauros labor.* (vv. 1066-1067)

Esse horror fútil não me abate o espírito, pois herdei de meu pai o ofício de vencer os touros.

Percebe-se como Hipólito está distanciado do que imagina ser o "mundo perfeito", para ele constituído pelo domínio de Diana. Suas ações implicam também uma violência sanguinária, uma pretensão a gestos heróicos, e sua misoginia beira as raías do absurdo. Tendo identificado os valores assim chamados "mundanos" (por ele ligados ao amor e ao poder) com a vida citadina ou palaciana, refugia-se nos bosques, onde se imagina distanciado de tudo que é "antinatural", e, na verdade, tem espaço para dar vazão à sua própria fúria. Não está, pois, totalmente isento de culpa, e paga um preço alto para redimi-la. Como frisa Boyle (1985, p. 1307),

A verdade é que Hipólito é um produto da quebra, pelo homem, da aliança com a divindade, tanto quanto os habitantes da cidade que ele censura, não estando mais livre da esperança e do medo (spei metusque liber, 492) do que eles, e em sua cegueira e sua ilusão é levado a distanciar-se do que a peça ressalta como sendo talvez a mais central das leis ou alianças da natureza, a sexual - nas palavras de Teseu do quarto ato (Veneris foedera, 910), "as alianças de Vênus". Ironicamente, Hipólito se revela como mais distanciado da visão ideal da harmonia entre homem e natureza, expressa em seu devaneio sobre a Idade de Ouro, do que aqueles que ele condena.

Teseu, por sua vez, de quem Fedra afirma que

*pergit furoris socius, haud illum timor/
pudorque tenuit: - stupra et illicitos toros/
Acheronte in imo quaerit Hippolyti pater*
(vv. 96-98)

o companheiro da loucura avança; nem temor, nem comedimento o retém: o pai de Hipólito busca no fundo Aqueronte o adultério em leito proibido,

desejará torturar a Ama de Fedra para saber por que a rainha deseja matar-se:

*Silere pergit. Verbere ac uinclis anus/
adstricta prodet quicquid haec fari abnuit./*

Ela insiste em calar. Mas, presa aos grilhões e sob o açoite, a velha dirá tudo

*Vincite ferro. Verberum uis extrahat/ se-
creta mentis. (vv. 882-885)*

que se recusa a dizer. Convença-a com as cadeias! Que a força dos açoites arranque o segredo de seu espírito!

E, tão logo sabe do suposto crime de Hipólito, dirige-se a Netuno, pedindo que o deus destrua o próprio filho:

*En perage donum triste, regnator freti!/ Non
cernat ultra lucidum Hippolytus diem/
adeatque manes iuuenis iratos patri./ (...)
Genitor, moraris? Cur adhuc undae silent?/
Nunc atra uentis nubila impellentibus/
subtexe noctem, sidera et caelum eripe,/
effunde pontum, uulgu aequoreum cie/
fluctusque ab imo tumidus Oceano uoca.
(vv. 945-958)*

Vamos, senhor dos mares! Conceda-me este horrível prêmio: não veja Hipólito de novo a luz do dia! Que vá ter o jovem com os manes enfurecidos contra mim! (...) Por que demoras, meu pai? Por que as ondas ainda se calam? Cobre a noite, agora, de nuvens escuras, agitadas pelos ventos, precipita os astros do céu, verte o mar sobre a terra, solta as multidões marinhas e manda vir do fundo oceano gigantesca onda!

Vingança da qual depois se arrependerá, como se vê na resposta dada ao mensageiro:

*NVNTIVS: Et si odia seruas, cur madent
fletu genae? THESEVS: Quod interemi non
quod amisi fleo. (vv. 1121-1122)*

MENSAGEIRO: Mas se tens ódio, por que o rosto coberto de lágrimas?
TESEU: Porque o matei, não porque o perdi.

Ao perceber seu erro, enfim, condenando o filho inocente, lança sobre si próprio outras maldições, pois, como reconhece ele mesmo,

(...) *incidi in uerum scelus. (v. 1210)* (...) cometi um verdadeiro crime.

As três personagens mitológicas de quem se procurou examinar algumas falas – Fedra, Hipólito e Teseu – mostram-se, portanto, como que meros instrumentos de suas próprias paixões. Pode-se considerá-los distanciados do domínio da “justa razão” por sua própria conta, uma vez que os deuses, embora nomeados na peça, nela não atuam “em pessoa”. Ao contrário do que se passa no Hipólito de Eurípides, que serviu de base à construção da tragédia senequiana, na Fedra não há epifanias. O único momento em que topamos com o sobrenatural, em Sêneca, é, aparentemente, na descrição da morte de Hipólito, feita a Teseu pelo Mensageiro, cuja fala se examinará agora.

Trazendo aos ouvidos do espectador o relato mais horrível da peça, a fala do Mensageiro dá início ao êxodo ou fim da tragédia. Sua função é contar a catástrofe que se abate sobre o herói, seu senhor. Como a Ama, o Mensageiro frequentemente não tem um nome próprio, dado seu estatuto de *simples mortal* – ao contrário dos heróis, seus senhores, que portam nomes mitológicos. Também ao contrário de seus senhores, os “simples mortais” estão livres da dor e do furor inumanos, e marcam as fronteiras da humanidade, tendo papel importante na peça: são eles que dão as regras da vida em sociedade e aconselham o protagonista a não se distanciar delas, funcionando como uma espécie de contraponto ao herói. Este, por sua vez, será um *furioso* (vítima ou algoz), isto é, aquele que, incitado por uma dor, vai aos poucos perdendo seu estatuto humano para, movido por seu furor, realizar o crime trágico (*scelus nefas*) que, ao mesmo tempo em que o alija para fora da humanidade, integra-o em definitivo ao universo mitológico, onde ele recupera sua identidade, perdida entre os mortais (cf. Dupont, 1988).

O discurso do Mensageiro era, nas tragédias, segundo Murray (1951, p.169), um elemento fixo, talvez até mesmo ritual, e

*não apenas deve ser um bom relato, como é preciso que seja preparado
(...) para o momento exato, de modo a ser já esperado.*

Logo ao entrar em cena, ele lamenta sua sorte, ao mesmo tempo em que dá a entender a gravidade de seu relato:

*O sors acerba et dura, famulatus grauis,/
cur me ad nefandum nuntium casus uocas?
(vv. 991-992)*

O destino duro e cruel, perversa escravidão! Por que me fazes mensageiro de horrível desventura?

Teseu, por sua vez, se julga preparado para ouvi-lo:

*Ne metue cladis fortiter fari asperas:/ non
imparatum pectus aenumnis fero. (vv. 993-994)*

Não receies falar-me com coragem de cruéis desastres! Não trago o coração despreparado para eles.

O Mensageiro, então, afirma que sua tristeza é suficientemente grande (ele entrara em cena aos prantos) para impedi-lo de falar, mas sob a instância de Teseu, faz seu relato, começando por afirmar sem mais rodeios que Hipólito está morto:

*NVNTIVS: Vocem dolori lingua luctificam
negat.*

MENSAGEIRO: A língua nega à dor a palavra funesta.

THESEVS: Proloquere quae sors aggrauet
quassam domum.
NVNTIVS: Hippolytus, heu me, flebili leto
occubat. (vv. 995-997)

TESEU: Fala abertamente! Que sorte
se abate sobre esta casa arruinada?
MENSAGEIRO: Hipólito - ai de mim!
- teve horrível morte!

Em seguida, num longo monólogo (vv. 1000-1113), narra a morte do jovem: Hipólito prepara-se para deixar a cidade, como "ordena" Teseu (vv. 1000-1006). Assim que toma o carro, tem início uma tempestade descomunal e estranha (vv. 1008-1014), e de uma enorme onda/tromba vinda do mar, sai um monstro (vv. 1015ss.), assim descrito:

*Caerulea taurus colla sublimis
gerens/ erexit altam fronte uiridanti
iubam:/ stant hispidae aures, orbibus uariis
color,/ et quem feri dominator habuisset
gregis/ et quem sub undis natus: hinc
flammam uomunt/ oculi, hinc relucet
caerulea insignes nota;/ opima ceruix arduos
tollit toros/ naresque hiulcis haustibus
patulae fremunt;/ musco tenaci pectus ac
paleae uiret,/ longum rubente spargitur fuco
latus;/ tum pone tergus ultima in monstrum
coit/ facies et ingens belua immensam
trahit/ squamosa partem. Talis extremo
mari/ pistrinx citatas sorbet aut frangit rates.
(vv. 1036-1049)*

Um touro enorme, de pescoço azul marinho, ergueu a alta juba com sua fronte viridente. As orelhas se lhe eriçam, as órbitas têm vária cor. Senhor de furioso rebanho, nascido de sob as ondas, aqueles olhos vomitam fogo dum lado; de outro, reluzem terríveis de um tom azul. A gorda cerviz eleva os altos músculos, e as ventas abertas rugem com seus ávidos tragos. O peito e a papada verdejam com musgo viscoso, o flanco extenso se cobre de rubra alga. Demais, o espectro termina por trás em prodigioso dorso, que o enorme animal escamoso arrasta, desmedido qual baleia imensa, capaz de tragar ou fender navios velozes no alto mar.

Todos fogem ante a aparição, menos Hipólito, que a desafia:

*Haud frangit animum uanus hic terror
meum:/ nam mihi paternus uincere est
tauros labor. (vv. 1066-1067)*

Esse horror fútil não me abate o espírito, pois herdei de meu pai o ofício de vencer os touros.

Os cavalos, a princípio assustados, acabam por fugir ao controle do jovem, precipitando-se no penhasco junto com seu condutor, cujo corpo, emaranhado nas rédeas, vai sendo dilacerado durante a queda (vv. 1093-1104). Teseu, então, lamenta a morte do filho (vv. 1114-1117), mas o Mensageiro lembra que fora esse mesmo seu desejo (v. 1118).

Dos autores que trataram do mito Fedra-Hipólito, apenas Sêneca, na sua tragédia, faz Teseu juntar os pedaços irreconhecíveis do filho na cena final. Ovídio (*Met.* 15, 497-546) e Virgílio (*Aen.* 7, 761-782) simplesmente o ignoram, e Eurípides, para citar apenas mais um exemplo, põe Teseu e o filho frente a frente, antes da morte do jovem. Por outro lado, Ovídio e Virgílio, que seguem, nesse pormenor, mais de perto o relato mitológico, apresentam Hipólito ressuscitado por artes de Esculápio, sob influência de Diana, a deusa caçadora, que lhe muda o aspecto e o chama Virbius, fazendo-o habitar um seu bosque na Arícia (Itália).

O importante, aqui, é o caráter profundamente macabro dessa cena final, que, juntamente com outros fatos tendentes ao irracional que perpassam toda a peça, faz pensar nas intenções do autor, ao trabalhar com o mito em questão. Antes disso, porém, é preciso atentar para o próprio significado da morte de Hipólito.

Como se viu, não apenas Fedra e Teseu agem de modo irracional na peça. O próprio Hipólito, embora se considere avesso àquilo que considera degradante na vida em sociedade (isto é, o poder, a riqueza e seus atrativos), preferindo a vida retirada dos bosques e a sua "ausência de artifícios", acaba por se tornar infenso à própria vida, uma vez que nega seu fundamento primeiro, biológico mesmo, ao fugir do amor. E mesmo em seu retiro, não se porta de modo tão "casto", havendo quem veja em sua fúria e violência nas caçadas, por exemplo, a realização simbólica daquilo que ele se esforça por negar a si próprio pelas vias "naturais" (Boyle, 1985, p. 1301ss). As três personagens mitológicas estão, assim, ligadas pelo irracional, pela paixão que devora cada uma a seu modo. Segundo Croisille (1964, p. 291),

A idéia principal que permite explicar o sentido da peça é a de que Sêneca põe em cena três passionais: Fedra (...), tipo do passional cuja atitude mostra os malefícios horríveis do mal que o aflige; Hipólito e Teseu, que respondem à paixão por meio de reações passionais. É o encadeamento inelutável das paixões, uma vez dado o consentimento ao impetus, que produz finalmente a catástrofe.

Desse modo, a morte de Hipólito não pode ser apenas resultado do castigo a ele imposto por Teseu, mas ritual. Também ele carrega em si a fatalidade de sua raça, e sua natureza esquiva com relação ao mundo "comum" leva-o a exceder-se em sua misoginia e até em sua fúria, desviada para o mundo da caça. Também ele acaba cometendo crimes, e embora seja inocente a respeito da acusação feita por Fedra, deve expiá-los. Assim se expressa Solimano (1986, p. 269) a esse respeito:

Como todas as personagens do drama, também Hipólito é (...) dominado pelo furor, por uma paixão que subverte as leis naturais no repúdio à vida civil e à procriação, mas que não transgride as obrigações impostas pelo vínculo do parentesco; exatamente porque não violou a pietas erga parentes, ao fim do drama a mors immatura o transforma em vítima inocente e o redime de sua culpa.

Há, pois, elementos na história de Teseu, Fedra e Hipólito que apontam mesmo para uma recorrência daquela "fatalidade" já referida, como que formando um ciclo, onde o irracional gera o irracional: a espada que salvara certa feita a vida a Teseu é a mesma que incrimina Hipólito e que Fedra usará para matar-se; o herói vencera o touro de Maratona e o Minotauro, filho de Pasífae, mãe de Fedra, e é por um touro monstruoso que Hipólito é morto; as circunstâncias da morte de Hipólito, ademais, lembram muito as da de Egeu, pai de Teseu; o herói baixa aos infernos para raptar Perséfone, retorna ao lar e acaba por desejar voltar ao Hades. Temos aqui uma série de crimes a reclamar uma expiação, e nenhuma das personagens dela escapa, cada uma realizando-a à sua maneira.

Essa circularidade, que obriga à expiação dos crimes do passado familiar de Teseu e desemboca na tragédia de Hipólito como uma maldição, também dá conta da explicação do paralelo que há entre o início e o final da peça de Sêneca. Se lá era Hipólito que comandava os companheiros de caçada, aqui ele próprio se torna a caça, por obra de Teseu, tendo este cobrado a fúria de Netuno sobre o filho e mandado aqueles mesmos companheiros de Hipólito buscarem seus despojos. Invertem-se os papéis de caçador e caçado. Como observa Boyle (1985, p. 1299),

Ironicamente, sua arte mortal de caçador, sua encarnação da violência e do poder de Diana² são lembradas (812-19) pouco antes da caçada final, na qual o mundo que ele pensara controlar arranca a carne de seus membros e os membros de seu corpo.

Indo um pouco mais além nessa analogia, poder-se-ia concluir, com aquele autor:

Associada desde o início da peça (1-84) com o tema do controle, do domínio e do poder, a metáfora (da caça) expressa a tentativa de cada uma das personagens, na fantasia ou de fato, de controlar as forças que moldam suas vidas, bem como o fracasso daquela tentativa. Hipólito, o confiante caçador da primeira cena, torna-se a fera e a presa caçada; Fedra e a Ama, parceiras unidas na caçada erótica a Hipólito, revelam-se instrumentos de uma caçada maior e mais sinistra; Teseu, o grande herói masculino, tendo retornado vivo do mundo dos mortos, inicia também uma caçada a Hipólito apenas para ser instrumento manifesto e vítima da

caçadora "par excellence", natura. Vindex (1210) iludido, Teseu assinala onde reside a real "vingança" (Boyle, 1985, p. 1305).

4. Conclusão: tragédia senequiana e parênese

Afirmou-se, no início deste trabalho, que Sêneca não tem em vista, na *Fedra*, uma pregação do irracionalismo, mas que, antes, pretende apontar o irracional como consequência do abandono, pelo homem, daquilo que melhor o constitui: sua razão, pela qual ele participaria da natureza divina. De fato, é assim que se tentou ver e entender o caos em que se debatem suas personagens, caos que tem como base uma inútil rebeldia contra a Ordem do Mundo, o Destino traçado para cada homem. O irracional é, portanto, a contraparte negativa da *ratio*, só cabível porque o homem a busca.

O apreço de Sêneca pela razão é tal, que o filósofo exime sua peça da ação direta dos deuses. Se eles aparecem nela "indiretamente", apenas através do pensamento das personagens, pode-se mesmo considerá-los símbolos. A única intervenção aparentemente sobrenatural se dá na morte de Hipólito, mas mesmo assim é possível encará-la de outra forma, como lembra Croisille (1964, p. 298), mais uma vez:

Hipólito é castigado por causa da invocação de Teseu a Netuno, e por uma ação que não cometeu. Seu castigo, segundo a lenda, tem um caráter sobrenatural (monstro enviado por Netuno). Mas não poderia esse castigo, numa perspectiva estoica, ter outra significação? Hipólito seria vítima de sua precipitação passional, de seu arrebatamento. Quanto ao animal encontrado, ele tem, em Sêneca, a aparência de um ser natural – a foca³ –, e sua presença não parece contrária às teorias físicas do estoicismo.

Sêneca não podia fugir aos dados do relato mitológico, principalmente a um dado importante como a morte de Hipólito. A saída parece ter sido apresentar o monstro e o acontecimento de forma tal, que o receptor da tragédia os pudesse também entender simbolicamente. E, aqui, talvez fosse permitido reduzir ainda mais o dado mitológico: o monstro responsável pela morte de Hipólito, associável simbolicamente ao impulso irracional/passional que reside nas personagens trágicas, bem poderia não ser outra coisa que não uma "vingança" irrompida de seu próprio Inconsciente, vindo à tona para reclamar a expiação de uma culpa hereditária⁴.

São temas desenvolvidos pelos Coros, na *Fedra*, a fugacidade da beleza, a inconstância da fortuna e o malefício da paixão, todos apontando para a valorização da justa razão e da virtude, como meio de sanar ou prevenir os males huma-

nos. Alguns autores costumam salientar o aspecto puramente lúdico do teatro romano, em contraposição ao papel preponderantemente educativo que possuía o teatro grego. Deixando um pouco de lado tal preconceito, bem como o de que Sêneca procura "pregar a todo custo a doutrina estoica ou a busca evidente do requinte retórico" (Ricci, 1967, p. 9ss; 36), pode-se ver como, de posse da "fábula" que lhe fornecia "um esquema para a ação e os caracteres",

ele os concebeu e modificou de modo a mostrar neles, realizados ou em sua gênese, os malefícios da paixão, e quis, por meio desse retrato, fornecer a seus contemporâneos uma verdadeira lição de moral estoica (Croisille, 1964, p. 300).

Se, mesmo tratando de geografia e astronomia, por exemplo, vemo-lo falar em moral, não porque isso constitua um vício seu de retórico, mas pela homologia das leis que regem o cosmos e o pensamento humano, segundo a visão estoica, tanto mais claro fica ver como, no presente caso, "é inútil querer separar, em Sêneca, o "moralista" do homem de teatro" (Croisille, 1964, p. 301).

NOTAS

- * Mestre em Latim, aluno do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da USP.
- 1 As citações referem-se à edição de L. Herrmann (cf. Sêneca [1985]).
- 2 A deusa assumia, de fato, três formas: Febe (a Lua), no Céu; Diana, na Terra; Hécate, nos Infernos. Cf. Séguier (1960, p. 1650).
- 3 *Veau marin* (!), no texto francês.
- 4 Mitologicamente, também se poderia falar, aqui, numa manifestação da Nêmesis grega contra uma antiga injustiça, tendo em vista o restabelecimento de um equilíbrio anterior a ela. Cf. Brandão (1986, p. 232).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOYLE, A. J. In *Nature's Bonds: A Study of Seneca's 'Phaedra'*. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*. Berlin / New York, v. 32, n. 2, 1985.
- BRANDÃO, J. S. *Mitologia Grega*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. v.1.
- BRÉHIER, É. *História da Filosofia*. Tradução de Eduardo S. Filho. São Paulo: Mestre Jou, 1978. t. 1, v. 2.
- CORBISIER, R. et al. Irracionalismo. In: *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo / Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1983. v. 12.

LETRAS CLÁSSICAS

- CROISILLE, J.-M. *Lieux communs, sententiae et intentions philosophiques dans la Phèdre de Sénèque*. *Revue des Études Latines*. Paris, n. 42, 1964.
- DUPONT, F. *Le théâtre latin*. Paris: A. Colin, 1988.
- EURÍPIDES. *Hipólito*. Tradução de J. E. do Prado Kelly. Rio de Janeiro: A.G.I.R., 1985.
- GRAVES, R. *Les Mythes Grecs*. Tradução de M. Hafez. Paris: Fayard, 1967.
- GRIMAL, P. *Sénèque: sa vie, son oeuvre, avec un exposé de sa philosophie*. 3 ed. Paris: P.U.F., 1966.
- MAYER, R. Recensão a *Poesia e Filosofia in Seneca Tragico*. La Fedra, de F. Giancotti. *The Classical Review*. Oxford, v. 38, n. 1, 1988.
- MÉRIDIÉ, L. *Hippolyte d'Euripide: étude et analyse*. Paris: Mellottée, 1931.
- MURRAY, G. *Eurípides y su época*. Trad. Alfonso Reyes. 2 ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1951.
- OVIDE. *Les Métamorphoses*. Traduit par Joseph Chamonard. Paris: Éditions Garnier Frères, 1936.
- RICCI, A. *O teatro de Sêneca*. Porto Alegre: CAD / UFRS, 1967.
- SÉGUIER, J. de (ed.) *Dicionário Prático Ilustrado*. Porto: Lello & Irmão, 1985. t. 1.
- SÉNÈQUE. *Tragédies*. Texte établi et traduit par L. Herrmann. Paris: Les Belles Lettres, 1985. t. 1.
- SOLIMANO, G. Recensão a *La scrittura tragica dell'irrazionale. Note di lettura al teatro di Seneca*, de G. Petrone. Maia. Bologna, v. 38, n. 1, 1986.
- VIRGILE. *Énéide*. Texte établi et traduit par A. Bellessort. Paris: Belles Lettres, 1952.

PEREIRA, Marcos Aurélio. *Quid ratio possit? Some considerations on the role of irrationality in Seneca's Phaedra*.

ABSTRACT: This paper aims to present a brief exam of the role of furor that appears under certain words, actions and events in Seneca's Phaedra. Starting from an analysis of the characters' actions and words, as well as of the facts that take place in the tragedy, it is argued that the author points in his text to the consequences of man's abandonment of reason (ratio), the element that constitutes him better, when he agrees to be taken away by inclinations contrary to its rules. It is showed that Seneca wished to present in the play, as he does in others of his works,

some moral lesson that has Stoicism as its background, being virtually impossible to consider separately the philosopher and the dramatist.

KEYWORDS: Stoicism; Seneca; tragedy; Phaedra; irrationality.

FATO, MITO E RAZÃO NA COMPOSIÇÃO DRAMÁTICA DA PRETEXTA OTÁVIA

HEITOR CORADINI *

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo analisar a construção da tragédia histórica praetexta Octavia de Sêneca (ou pseudo-Sêneca) em três aspectos. Primeiramente, o fato histórico, que constitui a infra-estrutura do enredo e que, elaborado poeticamente, determina a estrutura dramática e literária. Depois, o mito que, vivenciado pelos personagens, interage como forma interpretativa de seus pensamentos e emoções e realça a tragicidade do enredo. Finalmente, a razão que, em postura avançada, critica o mito em seu componente obsoleto, o eros em forma exclusiva de libido e o poder em sua face absoluta. Assim, fato, mito e razão se entrelaçam na obra, conferindo-lhe desempenho estrutural, funcional e ideológico. Historiador, poeta e filósofo, o autor pode contemplar o drama da civilização humana nos dois planos da realidade, o real-histórico e o ficcional-literário, e conclui, propondo-nos uma filosofia da história muito pouco otimista.

PALAVRAS-CHAVE: Tragédia histórica; pretexto latina; época de Nero; Otávia.

A pretexto Otávia é uma tragédia histórica latina, diversa das tragédias puramente mitológicas. E assim se define, por ser, sobretudo, uma história (Poe, 1989, p. 435-59) que constitui a matéria-prima do enredo literário. Os fatos e episódios – sobre o término da dinastia claudiana – foram registrados pelos historiadores Tácito¹ e Suetônio², mas transcenderam o plano real, quando um poeta-dramaturgo os assimilou, captou as emoções vividas na consciência dos espectadores contemporâneos, expressou-as em verso, conferindo-lhes autonomia no drama. Como participante – interno ou externo –, o poeta não só utilizou os esquemas míticos vigentes, – pois que o mito, conforme Aristóteles (Poét. VI, 35), é o princípio e a alma da tragédia –, mas também criticou os aspectos ingênuos do pensamento mítico e apontou o caminho luminoso da racionalidade em meio às trevas do absurdo e da fatalidade.

Entrelaçam-se, pois, na tragédia o fato histórico-literário, o dado mítico e o vigor da racionalidade. Dessa forma, a pretexto Otávia deixa de ser um relato a mais do final daquela dinastia, e passa a cumprir sua finalidade estética de suscitar emoções de dor, revolta, terror e piedade (Arist. Poét. VI, 27). Quer dizer, o

D E M Ô N I O

M U D O

Organização

Cláudia Longhi Farina
Marcos Antonio Siscar

CAMPINAS
1990

FICHA TÉCNICA

PUBLICAÇÃO DO CENTRO ACADÊMICO DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ORGANIZAÇÃO

Cláudia Longhi Farina
Marcos Antonio Siscar

CONSELHO EDITORIAL

Graduação:

Letras: Cláudia Longhi Farina
Linguística: Werner Plass

Pós-Graduação:

Teoria Literária: Marcos Antonio Siscar
Linguística: Nilson Gabas Júnior
Linguística Aplicada: Cláudia Deliza Jakubowski

Composição: Setor de Publicações IEL
Arte-final do texto: J.A. Duek
Capa: J.A. Duek

Publicações do CALL: Balaio de Costos
Lumen - Revista Literária

UNICAMP/IEL

CALL-Centro Acadêmico de Letras e Linguística
Caixa Postal 6045
13.091 - CAMPINAS - SP - BRASIL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

CONVIDADOS

MARISA LAJOLO

A voz infantil da e na literatura infantil 11

JOSE PAULO PAES

A rosa mais que rosa 25

ENSAIO

MARCOS A. PEREIRA

"Ninguém me Ofende Impunemente" - Uma Leitura
de Edgar A. Poe 31

LUIS GONÇALES BUENO DE CAMARGO

Comentada de um poema de Hopkins - Tradução 35

LÚCIA GRANJA

"O Colar de Diamantes" 45

GISELE URSINI FINARDI

O "Caráter Simbólico" em Bom-Crioulo 51

ANTONIO ALBERTO BUENO

O Japão de Wenceslau de Moraes 55

YARA MARIA DENADAI

Análise de uma Cantiga Medieval 61

MARCOS ANTONIO SISCAR

Nos Cadafalsos da Inquisição ou de Mosquitos,
de Perus e de Vacas 69

"NINGUÉM ME OFENDE IMPUNEMENTE"
(Uma leitura de Edgar A. Poe)

Marcos A. Pereira (Letras-UNICAMP)

"O Barril de Amontillado" é uma amostra que não se enquadra muito facilmente nas classificações usuais dos contos de Edgar Allan Poe: não parece tratar-se de um conto fantástico, de horror, raciocinante, grotesco, de aventura, filosófico, policial, ou de ficção científica - para utilizar os termos tradicionais. É mais propriamente, conforme aparece classificado na antologia de contos poéticos de cuja tradução nos servimos¹, um "conto de morte".

Narrado em primeira pessoa (o que é comum, em Poe), o conto trata da realização de uma vingança. Montresor, o protagonista, conta-nos, retrospectivamente, como, insultado por Fortunato, um italiano que se orgulhava de ser grande conhecedor de vinhos antigos, jurou vingar-se, sem, no entanto, jamais proferir qualquer "ameaça". E, como nos diz logo de início, esse juramento não pronunciado faz parte do que ele considera uma vingança bem sucedida: a ameaça não é proferida porque Montresor deseja "punir com impunidade", pois "não se desagrava uma injúria quando o castigo recai sobre o desagravante", embora também seja preciso que este não deixe "de fazer sentir sua qualidade de vingador a quem o injuriou". Eis, portanto, as condições para uma boa vingança: não ser punido por realizá-la, e, além disso, ser reconhecido como vingador pela vítima. E Montresor, paciente, aguarda com "cara alegre" o momento propício para a "imolação" daquele que o insultara - deixando-nos antever, assim, que este não terá uma morte comum.

O momento da desforra chega quando Montresor encontra o amigo, já embriagado, "ao escurecer duma tarde, durante o supremo delírio carnavalesco". A par da debilidade circunstancial de Fortunato, Montresor explora justamente seu "lado fraco", sugerindo-lhe que recebera um barril de vinho "dado como Amontillado", e que precisava saber se realmente o era. A princípio, Fortunato hesita, mas ao ver-se equiparado a um terceiro (Luchesi, apenas mencionado na estória) naquilo que provavelmente se considerava insuperável, termina por querer examinar o vinho. Montresor age de tal forma, para não comprometer-se, que acaba conseguindo que as pessoas (seus empregados; Fortunato) façam o contrário do que lhes pede - e que é o que realmente quer. Arranja a situação de modo a seguir as premissas que estabelece: providência para que não haja testemunhas (dando folga aos empregados), e, tendo conduzido sua vítima para o local do "sacrifício", dá-lhe por várias vezes indícios de que algo lhe acontecerá, sem que a vítima o perceba. Por fim, termina cumprindo seu desígnio: tardiamente, Fortunato se dá conta da situação, não podendo reagir, sabe que Montresor se vinga, e, sem o querer ou suspeitar, acaba, ademais, sendo conivente com ele.

Eis o enredo, cujas partes, em termos de extensão, são um tanto "desproporcionais": a complicação (o relato do insulto, que originou a idéia de vingança), que nos é apresentada de maneira muito abreviada nos primeiros parágrafos, onde também conhecemos a natureza das personagens; a crise, que se inicia com o encontro de Montresor e Fortunato, e se estende até ao clímax, com o emparedamento deste nos "recessos extremos das catacumbas" (também adegas) do primeiro; e o desenlace, quando se percebe que as condições pa-

ra uma vingança bem sucedida, tal como as estabelecera Montresor, se verificaram cabalmente: passaram-se 50 anos, e ele continuava impune ("mortal algum... remexeu os ossos empilhados frente ao nicho onde Fortunato fora sepultado em vida").

Também o cenário do conto é importante, no que tange à execução do plano de vingança: buscando eximir-se de culpa ou suspeita, Montresor a perpetra em sua própria residência (o palácio dos Montresor, com seus inúmeros recessos); não havendo testemunhas, como poderia ser aquele o lugar onde procurariam Fortunato?

Mas falamos de "natureza" das personagens. Tentemos caracterizá-las melhor. A observação de seu comportamento ao longo da narrativa nos mostra que são complexas. Utilizando a classificação de Forster², diríamos que são personagens esféricas; ou, ao menos, que estão mais "na direção da esfera" do que não planas. E justificamos tal afirmação, uma vez que as personagens do conto, bem como as da novela e as do romance linear, são geralmente tidas por planas. Assim, embora Montresor guie-se pelo desejo de vingança, nunca declarado, e, paciente e comedido, siga à risca o lema de sua família, não permitindo que o ofendam impunemente (*Nemo me impune lacessit*), ele humilha, ao tentar levar a cabo seu intento: chega mesmo a afirmar, próximo ao desfecho, que "tremia", e que sentia "um aperto no coração" (atribuindo-o, entretanto, "à umidade das catacumbas"). Sofre, pois, uma transformação, já que não realiza seu plano tão fria e firmemente quanto o arquitetara. Fortunato, por sua vez, o amigo que tem como fraco o orgulhar-se "de ser conhecedor de vinhos", e que, a julgar pelo fato de ter oferecido Montresor, bem como pela fantasia que veste no dia de carnaval, deveria ser o tipo galhofeiro, sarcástico, acaba por não se portar tão arrogantemente, ao pressentir a iminência da morte, quanto o havia até então.

Esta é, por assim dizer, a "superfície" do conto. Visto assim, ele parece não conter nada de excepcional. Mas é preciso inserir "O Barril de Amontillado" no quadro das concepções artísticas de seu autor para tentar desvendar relações menos evidentes. Poe, teórico do conto e contista, defendia que *uma* composição, como qualquer obra de arte, deve ser concebida para o desfecho (desenlace) e a partir dele, e que se deve trabalhar o que lhe vem antes de modo a provocar uma determinada impressão (ou efeito) no leitor. Para tanto, utiliza uma série de recursos - gradações, jogos de palavras, antecipações e contrastes todos apontando para o desfecho, que analisaremos a seguir, tentando justamente apreender a construção do conto em questão na sua intimidade.

Como exemplo de gradação, temos os indícios fornecidos pelo narrador-protagonista a sua vítima (que, se os compõe, é só muito tarde) e ao leitor (que vai ou compoendo, pouco a pouco, à medida que acompanha o desenrolar da trama), daquilo que irá fazer. Poe gradua, portanto, tais indícios, que aparecem sob a forma de antecipações, quando, por exemplo: a) logo ao pisarem o "chão úmido das catacumbas dos Montresor", Fortunato tem uma crise de tosse, mas, à sugestão feita pelo amigo de voltarem, replica que não morreria de tosse, e Montresor o confirma ("isto é verdade...isto é verdade"), aproveitando-se da situação para embriagá-lo ainda mais; b) Fortunato indaga do amigo quais as armas e a divisa de sua família, e Montresor lhe responde serem "um enorme pé humano (que) esmaga uma serpente (...) cujos colarinhos se lhe cravam no calcanhar" e *Nemo me impune lacessit* ("Ninguém me ofende impunemente"); e, c) tendo Fortunato pedido a Montresor que lhe mostrasse um "sinal", provando-lhe ser maçom, este lhe mostra uma colher de pedreiro (que utilizará posteriormente para consumir sua vingança). Há também uma espécie de gradação nos momentos que antecedem o clímax, quando Fortunato vai, pouco a pouco, recobrando a consciência e se dando conta do que se passava.

Um exemplo de jogo de palavras encontra-se ainda dentro do exposto mais acima (em c), mas trata-se de um trocadilho intraduzível, que compreendemos apenas indo ao texto original³. A pergunta de Fortunato sobre se Montresor era maçom (*maçon*, em inglês), este lhe responde que sim, mas exibe-lhe como prova ("sinal") disso a colher de pedreiro que portava ocultamente, como que dando a entender que era pedreiro (também *maçon*), e não maçom! Mas Fortunato não compreende o trocadilho malicioso do amigo: não suspeita nada do fato de Montresor levar consigo uma colher de pedreiro...

Finalmente, como exemplo de contraste, temos a própria transformação sofrida por Fortunato no fim da estória⁴. Lembremos que ele aparece fantasiado de bobo. (A tradução que utilizamos permite saber disso pela descrição de seu traje, no quarto parágrafo; no texto original, empregou-se a palavra *motley*, que se refere justamente àquele traje.) Ora, no início, Fortunato aparece divertindo-se no carnaval, a céu aberto; no final, emparedado vivo, ele não é mais feliz, e o fato de estar fantasiado de bobo adquire novo significado: ele é o tolo que se deixou enganar. Dito de outra forma, Fortunato aparece, no fim das contas, "como numa reversão irônica do seu próprio nome (...) exalta oposição com o início do conto (...): realmente afortunado, no carnaval, em céu aberto" - nos termos de Lúcia Santaella⁵.

Pretendemos ter evidenciado, com o exposto, como Poe faz com que tudo que se narra aponte de fato para o desfecho, de modo a constituir, para o leitor, um vislumbre do que nele se dará, e cujo intuito é provocar uma certa impressão nesse mesmo leitor. E essa impressão ou efeito, de acordo com os recursos explicitados, só pode ser, no presente caso, manter sua curiosidade, levando-o a desejar continuar a leitura do conto para saber o resultado da intriga, que aos poucos entrevê. O leitor é, assim, transformado numa espécie de "cúmplice" do narrador (ou do autor?), que desde o início o evoca, como quem pedindo-lhe para reparar no modo como vai procedendo.

O conto, como já ficou dito, trata da realização de uma vingança e cada detalhe, cada incidente, nele, revela ao leitor, gradativamente e por antecipações, que entretanto não desfazem de todo a atmosfera de suspense que o circunda e envolve, como ela foi levada a termo. Atenemos agora para um paralelismo que, embora sutil, não pode deixar de ser notado na estrutura de "O Barril de Amontillado". Já sabemos que o conto é construído para o (e a partir do) desfecho, e que a finalidade de tal procedimento, por parte do autor, é provocar um determinado efeito ou impressão em quem o lê - efeito esse que, no caso, é manter o leitor preso à narrativa até o fim. Ora, assim como Fortunato foi conduzido, durante a narrativa, sem o saber, para o local de sua "imolação", nós, como espectadores, também fomos conduzidos para lá, graças aos recursos empregados pelo autor, que nos prenderam a atenção. Fomos, como Fortunato, levados ao recesso mais íntimo das catacumbas dos Montresor. E, já que seu trabalho conseguiu cumprir tal função, que Poe atribui a "todas as intrigas, dignas desse nome"⁶, é como se ele, "veladamente", fizesse uma alusão ao conto bem realizado, na apresentação de uma vingança bem realizada - o que nos parece bastante justo.

NOTAS

1. Edgar A. Poe, Contos de terror, de mistério e de morte (Trad. de Oscar Mendes), Rio de Janeiro, José Aguilar, 1975, p.187.
2. Antônio Cândido, "A personagem do romance", in: Cândido, A. et al., A personagem de ficção, 4ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1974.

3. Edgar A. Poe, "The Cask of Amontillado", in: Snyder, E.D. & Snyder, F.B., A book of American literature, Nova Iorque, Macmillan, 1947.
4. A simetria referida a seguir é apontada por Lúcia Santaella, no seu estudo crítico "Edgar Allan Poe (O que em mim sonhou está pensando)", in: Poe, Edgar A., Contos (Trad. de José Paulo Paes), São Paulo, Cultrix, 1986, p.182.
5. id., ibid.
6. Edgar A. Poe, "A filosofia da composição", in: Ficção completa poesia & ensaios (Trad. de Oscar Mendes e Milton Amadi), Rio de Janeiro, José Aguilar, 1965, p. 911.

ISSN 0103-7706

HORIZONTES

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS
VOLUME 13 Nº 2 JUL-DEZ 1995



EDITORA DA
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

HORIZONTES, Brag.Pta., vol 13, nº 2, pp. 09 a 177, jul-dez., 1995

HORIZONTES - USF

ISSN 0103-7706

REITOR: Frei Constâncio Nogara, OFM
VICE-REITOR: Frei Fábio Panini, OFM
COORDENADOR DA EDUSF: Frei Orlando Bernardi, OFM
REDATOR-RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Alberto da Silva Moreira
CONSELHO EDITORIAL: Profa. Dra. Marta Alice Feiten Buriolla
Prof. Ms. Marcos Cezar de Freitas
Prof. Dr. Clóvis Carvalho Júnior
CONSELHO CONSULTIVO: Prof. Dr. Ladislau Dowbor
Prof. Dr. José J. Queiroz
Prof. Dr. Tullo Vigevani
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão
SUPERVISOR DE PRODUÇÃO: Sr. Fernando Aparecido Cunha Lima
REVISOR(A): Profa. Aparecida Moreira Pereira
Sr. Olmiro Ferreira da Silva

As opiniões emitidas nos artigos e comunicações
são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Correspondências para Revista Horizontes
Núcleo de Publicação e Divulgação Científica - IPPEX
- Redator Responsável: Prof. Dr. Alberto da Silva Moreira
Av. São Francisco de Assis, 218
Bragança Paulista - São Paulo
CEP 12.900-000 Cx. Postal 163
e. mail: USFBIB@EU.ANSP.BR

Horizontes / Universidade São Francisco.
Vol. 13, nº 2 (jul.-dez. 1995). Bragança
Paulista: EDUSF, 1995.

Semestral

Formada pela subdivisão de: Revista das
Faculdades Franciscanas (1983-1985);
Revista da Universidade São Francisco (1986-
1989).

ISSN 0103-7706

1. Ciências Humanas - periódicos // I.
Universidade São Francisco, ed. pp. 177

Pede-se permuta
Pide-se canje
We ask for exchange
On demande l'échange
Man bittet um Austausch
Si richiede lo scambio

ÍNDICE

EDITORIAL

Alberto da Silva Moreira

ARTIGOS

- DEFICIÊNCIA: A HISTORICIDADE DO PROCESSO DE
HUMANIZAÇÃO
Paulo Ricardo Ross..... 09
- "IMORTALIDADE DA ALMA" OU "RESSURREIÇÃO DO
CORPO"? CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PARALELISMO
ENTRE O PENSAMENTO DE SÊNECA E A ESCATOLOGIA
CRISTÃ
Marcos A. Pereira..... 31
- A VIDA NA VERDADE. A POÉTICA POLÍTICA DE VACLAV
HAVEL
José Antonio Trasferetti..... 59
- "O CORPO". PALCO E ATOR DE REPRESENTAÇÕES
SIMBÓLICAS: UM ESTUDO DAS QUESTÕES
PSICOSSOMÁTICAS, SUAS IMPLICAÇÕES CLÍNICAS E
TERAPÊUTICAS
Anália Martins Quelho, Giany Aparecida Pova, José Maurício
Haas Bueno, Mauro Salviatti..... 75
- NOTAS SOBRE ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS ECONÔMICOS
Manuel A. M. Payés..... 103
- PROJETO PARI: CRIANÇA E ADOLESCENTE - EDUCANDO E
CRESCENDO - UM RETRATO PARCIAL DESSA REALIDADE
Marta Alice Feiten Buriolla..... 119

dehumanized in this respect. Man's humanization or dehumanization is not merely attributable to the biological and psycho-sensorial conditions to which we are all subject. On the contrary, both his limitations and illimitations are also determined socially and historically.

"IMORTALIDADE DA ALMA" OU
"RESSURREIÇÃO DO CORPO" ?
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PARALELISMO ENTRE
O PENSAMENTO DE SÊNECA E A ESCATOLOGIA CRISTÃ

Marcos A. Pereira *

1. INTRODUÇÃO

Costuma-se, não pouco frequentemente, insistir em fazer ver na filosofia de Sêneca (Lúcio Aneu Sêneca, 4aC-65dC), especialmente no tocante a suas concepções de cunho ético-"religioso", uma espécie de espelho - na melhor das hipóteses - do Cristianismo, cuja difusão principia ainda no período de vida do cordovês, com as pregações dos apóstolos, fundadores da Igreja, em seguimento ao magistério de Jesus. Assim é que chegamos a ler, em Smiley (1934: 652), que

Se se estiver disposto a ler, lado a lado, os *Diálogos* e as *Epístolas Morais* de Sêneca, encontrar-se-ão, de forma um tanto modificadas, a parábola do semente, a parábola da semente de mostarda, a parábola dos talentos; também se encontrarão uma centena de outros paralelos com passagens do Novo Testamento¹.

A observação seguem-se, par a par, citações de trechos de obras do filósofo e de passagens dos Evangelhos, como que a demonstrar a quase identidade entre ambos e talvez a sugerir que se poderia, mesmo apressadamente e sem estranheza, ver na doutrina mesma da Igreja, que bebeu muito da filosofia antiga da Grécia, a irmã gêmea do Estoicismo de Sêneca...

Ora, nenhum sistema de pensamento surge do nada, erigindo-se a partir de esquemas totalmente avessos aos dos sistemas que o precederam, mas mantém, de alguma forma, um diálogo com aquilo que lhe veio antes, servindo-se mesmo de construtos já empregados para

* Professor de Língua e Literatura Latina da FCH/USF; mestrando em Letras Clássicas da FFLCH/USP.

desenvolveu uma nova teoria. Tomando-se isto em consideração, fica claro que não se poderia esperar de um sistema, como o constitui - em que pese o abuso, talvez, da expressão - o Cristianismo, na sua fase de elaboração teórico-doutrinal por parte da incipiente Igreja, que tivesse ignorado tudo o que a marcha do pensamento humano já lograra, fundamentando-se em bases de todo estranhas a uma certa tradição.

Por isso é, segundo cremos, que nada de substancial nos informa quem deseja ver, no caso do Cristianismo, um "desdobramento" (ou "aproveitamento"), em certo sentido, do que aquela mesma tradição foi maturando, ao longo do processo histórico, chegando, por outro lado, a cometer verdadeiro erro de perspectiva ao enxergar, radicalizando então o que afirmamos, apenas o apego à tradição, desprezando o que o novo "sistema" tem de específico. Importa ver aqui, lembrando Boissier (1900: 72), como tentaremos examinar melhor, que, "quando a Igreja formou sua língua, sem dúvida criou muitas expressões novas, mas também tomou muitas que pareciam feitas para ela aos filósofos da época".

No quadro das concepções escatológicas (gr. *éschatos*, "último") do Cristianismo, que constitui, juntamente com as idéias de Sêneca atinentes ao destino do homem, o cerne de nosso trabalho, a confusão não parece menor - conquanto autores como Van den Besselaar (1960: 24 e 46, n.155) nos chamem a atenção para diferenças entre concepções "clássicas" e "bíblicas". Ora se afirma, ao estabelecer um paralelo entre Sêneca e autores cristãos, que o homem tem uma alma imortal, ora que ele ressuscita, não ficando muito claro se existe diferença entre uma coisa e outra, nem onde ela reside. Nosso trabalho vai, justamente, no sentido de detectar e explicitar, na medida do possível, tal diferença - ou diferenças, pois cremos que as há -, na tentativa de mostrar que a doutrina cristã não coincide com o pensamento de Sêneca, no que se refere, em particular, à questão do destino do homem após a morte.

2. O ESTOICISMO DE SÊNECA E SEU PENSAMENTO SOBRE O PÓS-MORTE

Fundado por Zenão de Cício, que viveu entre os séculos III e IVaC, a escola estoica deve seu nome ao lugar onde se reuniam os discípulos do filósofo: o Pórtico Pintado (*Stoà Poikile*), em Atenas.

De forma bastante resumida, poderíamos dizer que, para os estoicos, tudo o que existe está subordinado a uma Ordem ou Razão Universal, identificada com o próprio Deus. O universo inteiro, formado de matéria organizada por aquela Razão, sustenta-se graças à ação divina que, na forma de um "sopro cáldo" (*pneûma*), pervade-o todo. Deus, entretanto, não é apenas Ordem ou Razão (*Lógos*), mas também Providência, determinando o fim de sua obra: de tempos em tempos, todo o universo é reabsorvido por Ele, que a tudo consome como fogo que é, num cataclisma denominado *ecpirose* (ou "conflagração universal").

Possuidor de uma centelha dessa Razão Universal, cabe ao homem, por sua vez, obedecer ao Destino que lhe foi traçado, pois somente assim poderá realizar-se. Daí a grande importância dada pelos estoicos à conduta humana, estando acima de tudo a busca da virtude (que, para o homem, consiste em agir de conformidade com sua natureza racional) e da sabedoria. Não submeter-se às leis predeterminadas pela Razão Universal só produz sofrimento inútil, nada modificando.

O homem, pois, como tudo que existe, possui um corpo material, animado pelo sopro divino, que lhe faculta comungar de parte de Sua natureza racional, o qual deve ser reintegrado em Deus a cada renovação do universo, que é finito.

Com as mudanças cabíveis, operadas pelo tempo e pelos homens cujos nomes estão associados ao Estoicismo e não citamos aqui, este é o cerne da doutrina filosófica professada por Sêneca, de quem se afirma que, embora se mostre por vezes não bem ortodoxo (Mara 1961: 155), mantém-se, no que toca à física, à gnoseologia e à lógica, fiel às idéias estoicas consagradas (Cizek 1972: 256).

Que Sêneca admita no homem algo não apenas material - o que está de acordo com a doutrina estoica -, provam-nos várias passagens de suas obras. Numa de suas epístolas (41,5,7), somos informados da

natureza da alma humana, de sua origem e do fato de constituir um bem inalienável ao homem:

Uma força divina desceu sobre ele. Um poder celeste impele o espírito superior, prudente, que tudo supera como se lhe fosse inferior, que se ri do que tememos e almejamos. Tão grande perfeição não pode subsistir sem o auxílio divino. Portanto, sua porção mais nobre se encontra lá donde proveio. Assim como os raios do sol seguramente atingem a Terra, mas pertencem àquele donde emanam, da mesma forma uma alma grande, invulnerável e enviada a este corpo a fim de conhecermos mais de perto as coisas divinas, habita de fato em nós, mas está presa a sua origem, à qual se atém, a qual contempla e à qual se dirige, e está entre o que faz parte de nós como o melhor. (A)

Louva num homem o que não se lhe pode arrebataram nem conceder, o que é próprio do homem. Perguntas o que é? Sua alma, e, na alma, uma razão perfeita. (B)²

O mesmo nos informa Sêneca numa passagem das *Questões Naturais* (NQ I, Praef., 13-14), onde o autor compara a natureza humana à divina:

Que é Deus? O espírito do universo. Que é Deus? Tudo que vês e tudo que não vês. (...) Ele envolve sua obra de dentro e de fora. Que diferença há, pois, entre a natureza divina e a nossa? Em nós, o espírito é a melhor parte; n'Ele, nada há que não seja espírito. Ele é todo razão (...). (C)

O homem, entretanto, não é só alma, espírito: carrega consigo um complexo material, seu corpo. Numa outra passagem (Ep.65,24), Sêneca nos informa disto, fazendo novamente um paralelo com a natureza divina - alma do mundo, que é Seu corpo - e extraíndo daí uma regra moral:

Deus ocupa neste mundo o lugar que a alma ocupa no homem: o que a matéria representa para aquele, o

corpo representa para nós. Sujeite-se, pois, o inferior ao superior; sejamos fortes perante o acaso; não receemos por demais as injustiças, as aflições, as amarras e a pobreza. (D)

Entretanto, numa visão tipicamente platônica, o filósofo nos fala das amarras que representa para o princípio racional, espiritual, o corpo do homem, aquilo para o qual estão guardados os reveses da fortuna (Ep.65,16,21):

Com efeito, este corpo é um fardo e um sofrimento para a alma: pesa sobre ela; a ele a alma permanece atada, se a filosofia não lhe vem ao socorro, obrigando-a a respirar ao espetáculo da natureza e enviando-a da terra ao céu. Esta é sua liberdade, esta sua evasão: algumas vezes, a alma se subtrai à prisão em que se detém e se refaz no céu. (E)

Sou maior e nascido para algo mais elevado, para ser escravo de meu corpo, que não vejo, de resto, senão como um nó a tolher minha liberdade. Por isso, a ele oponho a fortuna, nele a influência desta deve deter-se; e não permito que aflição alguma chegue até mim através dele. O que quer que possa, em mim, sofrer algum dano, é meu corpo. Um espírito livre habita esta pobre morada. (F)

Quando se trata, porém, de buscar uma posição de Sêneca a respeito do destino que cabe à alma do homem, de saber se ela, como parcela da alma divina inserida no corpo humano, morre com ele ou a ele sobrevive, o filósofo nos apresenta posições diversas e, por vezes, desencontradas. Consultando suas obras, encontramos ora a afirmação da imortalidade da alma humana, ora, e de forma bastante incisiva, sua negação. Ora, ainda, vemos posições que consistem em vincular o problema a questões outras, dentro do quadro da filosofia estoica, por exemplo, ora nos deparamos com a expressão de uma incerteza.

Tal falta de uma posição mais definida ou sistemática, da parte do filósofo, chega mesmo a receber críticas mais ou menos severas de

- quem não vê em seus escritos senão uma subordinação excessiva de questões de natureza mais propriamente filosófica (ou teológica?) a intenções moralizantes. Assim se expressa Bréhier (1978: 148) acerca de nosso autor:

Sua filosofia (...) não pretende ser mais do que elevação moral. (...) A origem divina da alma humana, parcela do divino integrada no corpo, é, ainda, para ele, matéria de desenvolvimento edificante; mas pouco lhe importa o que é a alma ou o que ela seja.

Resumindo as posições de Sêneca sobre o problema da imortalidade da alma, Sánchez (1984: 89) assinala que uma análise das passagens nas quais o autor trata do assunto nos leva à conclusão de que ele oscila entre a sua afirmação e a sua negação, passando pela dúvida, o que se explicaria "pela hipótese de que Sêneca tenha sofrido uma evolução ideológica, mudando de opinião ao longo de sua vida". A afirmação da imortalidade, segundo a autora, seria atribuível a "influências platônico-pitagóricas, explicáveis a partir do caráter literário dos mesmos [textos nos quais se mostra mais favorável à imortalidade] ou do contexto literário (...) em que foram redigidos", estando tal posição subordinada à doutrina estoica da conflagração universal, que o autor toma para si (ver, p.ex., *Consolação a Márcia* [Ad Marc. 26,6-7]), enquanto a dúvida ou negação da imortalidade se explicariam a partir de influências da filosofia epicurista em seu pensamento, ou de uma espécie de "repugnância que sentia por sair dos cânones da ortodoxia estoica e de sua cosmologia panteizante". Assim, a sustentação, pelo filósofo, de opiniões diversas sobre o assunto o situaria em posição peculiar dentro da tradição estoica, devida ao caráter eclético de seu pensamento. A autora lembra, ainda, que Sêneca atribui diferente sorte a "sábios" e "não-sábios" após a morte.

São muitos os passos das obras do filósofo que tratam de nosso problema. Respiguamos apenas algumas poucas passagens das epístolas e outras obras de Sêneca a título de ilustração do que dissemos até aqui. Sobre a afirmação da imortalidade, informam-nos, por exemplo, a Ep. 102,2, onde o autor afirma (ironicamente?) apreciar a idéia de imortalidade:

Entretinha-me a investigar acerca da imortalidade da alma, e até, por Hércules, a acreditar nela. Mostrava-me, pois, favorável à opinião de grandes homens, que mais anunciam do que provam coisa por demais agradável. Permitia-me tamanha esperança, já me desgostava a mim próprio, já desprezava imensamente aquele momento como resto de uma vida perdida e me imaginava entrando na posse de toda a eternidade, quando fui repentinamente despertado pelo recebimento de tua carta e perdi tão belo sonho. Mas eu o repetirei e o retomarei, tão logo te haja deixado; (G)

a Ep. 117,6, onde o autor afirma que a realidade da vida no pós-morte, como outras coisas, é assegurada pelo *consensus hominum*:

Costumamos dar muita importância à opinião de todos os homens, e constitui para nós prova da verdade que algo pareça comum a todos. De que os deuses existam, entre outras provas, aduzimos esta: em todos a natureza inscreveu a crença nos deuses, não havendo, em parte alguma, um povo tão infenso às leis e aos bons costumes que não creia em deuses. Quando discutimos acerca da imortalidade da alma, não tem para nós pouco peso o acordo entre os homens que temem ou veneram as regiões infernais; (H)

a Ep. 57,8-9, onde Sêneca nos fala da impassibilidade da alma imortal, de natureza ainda mais sutil que a do fogo:

Assim como o relâmpago, ao atingir a terra, brilha intensamente e se escapa por estreita abertura, de igual modo a alma, muito mais tênue que o relâmpago, se evade por todo o corpo. Pergunta-se, pois, se ela pode ser imortal. Tem isto por certo: se ela sobrevive ao corpo, de forma alguma se pode dissolver, visto que não há imortalidade alguma sujeita a condições, nem pode algo ser nocivo ao que é eterno; (I)

a *Ep.* 36,10-12, onde a questão da imortalidade parece ligar-se à doutrina estoica do eterno retorno, verificado após cada renovação do cosmos pela epirose. Note-se, também, o platonismo implicado pela idéia de que saberíamos já ter vivido, caso não houvésssemos esquecido o que se passou antes de nascermos:

Pois, se te acomete um desejo tão grande de uma vida mais longa, pensa que nada do que nos foge à vista e retorna à natureza, da qual brotou e para a qual logo avança, deixa de existir. Tais coisas terminam, não morrem, é a morte, que muito receamos e recusamos, interrompe a vida, não a arrebatava. Virá de novo o dia que nos devolva à luz, que muitos não recusariam, se ele não os trouxesse esquecidos. Mas depois ensinarei com maior cuidado que tudo que parece morrer apenas muda. De boa mente deve deixar a vida o que há de voltar a ela. Observa o curso das coisas, que sempre retornam: nada verás neste mundo que se extinga, mas que sucessivamente declina e ressurgue. O calor se foi, mas outro ano o trará de volta; o frio acabou, mas os meses o restituirão a si próprio; a noite escondeu o sol, mas logo o dia a expulsará. Os astros, em seu movimento, retornam ao lugar por onde já passaram. Parte do céu se eleva incessantemente, parte dele submerge. (J)

Sêneca também trata a questão da imortalidade reduzindo-a ao exercício da sabedoria e da virtude, que conferem ao homem (sábio) um certo tipo de transcendência. Veja-se, por exemplo, a *Ep.* 78,10, onde o tema é associado à vida do sábio, que se ocupa mais com o cultivo de sua alma que de seu corpo:

Por isso, o homem nobre e prudente separa o espírito do corpo e muito se ocupa da sua parte melhor e divina, ao passo que faz só o necessário com a outra, lastimosa e frágil, (K)

bem como a *Ep.* 98,9, onde o autor nos ensina que a sabedoria e a virtude são os únicos bens imortais que possuímos:

Parece-me, portanto, honroso que Metrodoro tenha dito isto, na carta onde consola a irmã, tendo ela perdido um filho de muito boa índole: "Todo bem dos mortais é mortal". Ele se refere àqueles bens aos quais normalmente se acorre, pois o verdadeiro bem não morre, é seguro e imortal: a sabedoria e a virtude. Só estes bens imortais cabem aos mortais, (L)

e a *Ep.* 58,27-29, onde vimos a saber que, se bem a matéria se mostre de alguma forma avessa à ação divina, que não pode, assim, torná-la imortal, podemos prolongar nossa vida, vencendo as paixões que nos oprimem:

Pusilânimes e fracos, perseveramos no que é vão. Voltemos o espírito para o que é eterno! Contemplemos, no alto, as formas ideais de todas as coisas e Deus, que reside entre elas e tudo provê. Não podendo tornar as coisas imortais, porque a matéria o proibia, ao menos Ele as defende da morte e as faz vencer, com a razão, a imperfeição do corpo. (...) Ao mesmo tempo, pensemos que, se a Providência subtrai aos perigos o próprio mundo, que não é menos mortal que nós, podemos também, com nossa providência, prolongar um pouco mais o tempo para este corpúsculo, se pudermos regular e conter nossas paixões, às quais a maioria se entrega. (M)

Sobre a dúvida quanto à sobrevivência da alma, informam-nos, por exemplo, a *Ep.* 93,10, onde nos vemos diante das duas hipóteses (o sim e o não), e da afirmação da grandeza do sábio, seja a morte o que for:

'E não deixo esta vida', diz o sábio, 'com a esperança de que, segundo penso, o caminho que leva aos deuses me foi aberto. Na verdade, eu mereci ser lá admitido, e já estive no meio deles; enviei-lhes meu espírito, e eles me enviaram o seu. Mas, supõe que eu seja tirado do meio deles, e que nada reste do homem após a morte. Tenho, da mesma maneira, um grande espírito, ainda que não me retire daqui para passar a parte alguma; (N)

a *Ep.* 24, 18, ainda com as duas hipóteses, mas onde Sêneca também parece apoiar certas crenças sobre o "além-túmulo":

Não sou tolo a ponto de seguir aqui a cantilena epicuréia e dizer que são inúteis os temores dos infernos, que nem Ixião está a girar numa roda, nem Sísifo impele com os ombros uma pedra, nem as vísceras de alguém podem renascer e arrancar-se-lhe diariamente. Ninguém é tão criança a ponto de temer o Cérbero, as trevas e espectros de ossos à mostra. A morte nos destrói ou nos liberta: deixando este fardo, resta-nos o que temos de melhor; anulados, nada resta, de bom ou de ruim; (O - grifos nossos)

a *Ep.* 65, 24, frisando ainda a mesma dúvida, mas afirmando o caráter liberador da morte:

A morte é, certamente, ou fim, ou passagem. E não receio terminar, pois é o mesmo que não ter começado; nem transpor os umbrais da morte, porque em parte alguma me verei dentro de tão estreitos limites. (P)

Finalmente, sobre a negação da imortalidade, vejamos, por exemplo, a *Ep.* 124, 14, onde o filósofo contrapõe os homens aos deuses, quanto à duração da vida, e os demais seres aos primeiros, quanto à posse da razão, que constitui a perfeição da natureza:

Tais naturezas são quatro: a das plantas, a dos animais, a do homem e a de Deus. Estas duas, que são racionais, têm a mesma natureza, mas diferem quanto ao fato de ser um imortal, e o outro, mortal; (Q)

a *Ep.* 54, 4-5, onde Sêneca define a morte como o retorno ao não-ser:

'Que é isto?' digo. 'A morte tantas vezes a me experimentar? Pois, faça-o! Eu a experimentei por muito tempo'. 'Quando?' perguntas-me. Antes de nascer. A morte é não ser. O que seja isto, já o sei bem: será, depois de mim, o que foi antes. E se há aí algum tormento, é necessário que já o tenha havido antes de virmos à luz; e no entanto, não experimentamos então

nenhum sofrimento. Pergunto-te: não consideras por demais tolo que alguém julgue de uma lâmpada que é pior quando se extingue do que antes de acender-se? Nós, igualmente, nos extinguimos e acendemos: em meio a essas duas coisas, experimentamos algo, mas, na verdade, em ambas há uma profunda tranquilidade. Nisso, pois, caro Lucílio, se não me engano, nós erramos: pensar que a morte nos vem à frente, quando ela tanto nos precede quanto nos segue. Tudo que houve antes de nós é morte; que, pois, representa não começar ou terminar, quando o efeito de ambas as coisas é não ser? (R)

Em seguimento à idéia desenvolvida acima, por fim, fazemos referência ao trecho encontrável nas *Troianas* (vv. 371-408) que, segundo Sánchez (1984: 88), constitui "a passagem mais explícita em que Sêneca rechaça a imortalidade", e onde fica patente um vezo epicurista no pensamento do filósofo, ao apresentar a morte como pura dissolução do homem:

É verdade ou fábula a enganar os temerosos
que às sombras vivem, sepultados os seus corpos?

.....
Nada há depois da morte, e a morte mesma nada é
senão o último termo de nossa rápida existência.
Os sequiosos ponham de lado a esperança; os
inquietos, o medo:
o avaro tempo e o caos nos devoram.

A morte é indivisível: nociva para o corpo,
não poupa também a alma. Os Infernos, o reino
submetido a severo soberano e o Cérbero,
indócil guardião assentado à sua entrada,
são rumores vãos, palavras vazias
e fábula semelhante a um sonho agitado.
Perguntas onde jazerás depois de tua morte?
Lá onde jaz o que não nasceu. (S)

Que podemos concluir, a partir do exame dos trechos que apresentamos - os quais, embora poucos, acreditamos serem representativos do pensamento de Sêneca sobre a questão? Alguns autores, como Sánchez (1984: 86) e Mara (1961: 149), parecem sugerir que a melhor opção é ficar com a fórmula que o próprio Sêneca nos legou, como que resumindo seu pensamento a respeito da natureza da morte e do fim do homem: *Mors aut finis est aut transitus* (Ep.65,24. Ver item P.). Com efeito, parece ser de fato a única conclusão acertada, em meio a tantos desencontros.

Como afirma ainda Mara (1961: 158),

decerto que, diante das maravilhosas perspectivas de um céu onde satisfazer suas ânsias de sabedoria, a alma de Sêneca se sentisse inclinada a crer e a desejar impulsionar-se por esse anelo. Contudo, (...) a perviência real foi para ele um belo sonho, uma alimentada esperança, talvez uma opinião pessoal e até uma secreta crença, mas jamais chegou a ser uma absoluta certeza. Ao menos, sempre permaneceu em seu espírito a negra sombra, e por isso preferiu aceitá-la como a melhor hipótese (...).

3. O DESTINO DO HOMEM, SEGUNDO O CRISTIANISMO

Como fizemos no caso de Sêneca, não pretendemos esgotar, agora, todo o arcabouço teórico e a tradição que, ao lado da Revelação - a que temos acesso, hoje, via Escritura -, sustenta a doutrina cristã, especialmente aquela professada pelo Catolicismo. Contentamo-nos com examinar sumariamente um determinado ponto daquela doutrina, buscando ver o que nela se diz sobre o destino do homem para, finalmente, confrontá-lo com o pensamento de Sêneca e descobrir as diferenças subjacentes aos dois sistemas: filosofia senequiana e filosofia (ou, se se preferir, teologia) cristã.

Começamos, então, por lembrar que a filosofia cristã, tal como se nos apresenta hoje, é fruto de longa elaboração, que se inicia por volta

do segundo século de nossa era. Em contraposição à filosofia grega, que se ocupava da livre investigação e busca da verdade, fixando para tanto seus próprios limites e métodos, a filosofia cristã, nascida da necessidade de fundamentar racionalmente uma crença religiosa, parte, por isso mesmo, de um dado básico: não se trata mais de alcançar a verdade última acerca do mundo, pois esta já foi anunciada ao homem por Jesus, mas de buscar o melhor modo de exercer as virtudes por ele proclamadas e perfazer o caminho que conduz à meta por ele fixada.

É verdade, entretanto, que não foi apenas por aquela necessidade que a filosofia cristã se desenvolveu: era preciso, igualmente, estabelecer bases muito sólidas, quanto à interpretação dos ensinamentos de Cristo, para que a incipiente Igreja pudesse fundamentar-se contra dissidências já visíveis em seu próprio meio. Por tudo isto, os primeiros Padres serviram-se de categorias emprestadas à filosofia grega, que a seu ver se casava bem com os dogmas cristãos, e que na época já se constituía em ponto de referência obrigatório. Resta examinar como se deu essa progressiva influência do pensamento grego sobre o Cristianismo.

Com a expansão do Império de Alexandre, a cultura grega pôde por primeiro aportar em terras distantes: era o período helenístico que se inaugurava. Assim, os habitantes da Terra Santa, em 331aC, travaram conhecimento com a filosofia grega, ao mesmo tempo que judeus se espalhavam pelo Império, especialmente Alexandria (cf. Abbagnano 1979: 109ss.; Rey-Mermet 1979: 282). A partir daí, teria início uma convivência bastante profícua entre gregos e não-gregos. Ora, a convivência de povos de culturas distintas num mesmo ambiente, como aquele, não poderia deixar de ocasionar a penetração de umas por outras, e foi o que de fato ocorreu. E como, pela época, a filosofia grega estava carregada de concepções religiosas de origens diversas, não deve ter sido vista com olhos pouco simpáticos por povos de forte tradição religiosa, como o povo judeu, o que certamente favoreceu a sua absorção, ainda que restrita a certos domínios. De modo semelhante, o Cristianismo, brotando do seio do Judaísmo, não ficaria, com o tempo, alheio à influência do pensamento grego; recorde-se mesmo que a nova religião foi, a princípio, difundida principalmente em língua grega, na qual se escreveram quase todos os livros do Novo Testamento.

A realidade da penetração da filosofia grega no mundo helenizado fica patente quando se observa, o que por demais nos interessa, que nos textos sagrados cuja redação precede na história a chegada de Alexandre à Palestina, a noção dos judeus sobre a vida no pós-morte se resumia quase em sua pura negação, como vemos em *Jó 14,7-12*:

A árvore tem esperança,
pois cortada poderá renascer,
e seus ramos continuam a crescer.
Ainda que envelheçam suas raízes na terra
e seu tronco esteja amortecido no solo,
ao cheiro da água reverdece
e produz folhagem, como planta tenra.
O homem, porém, morre e jaz inerte;
expira o mortal, e onde está ele?
As águas do mar podem sumir,
baixar os rios e secar:
jaz, porém, o homem e não pode levantar-se,
o céus se gastariam antes de ele despertar
ou ser acordado de seu sono.

Em contraposição, no Livro da Sabedoria (*Sab 3,1-15*), escrito por volta de 50aC, em pleno helenismo, surpreendemos a expressão de idéias platonizantes a respeito do mesmo tema:

A vida dos justos está nas mãos de Deus,
nenhum tormento os atingirá.
Aos olhos dos insensatos *pareceram morrer;*
sua partida foi tida como uma desgraça,
sua viagem para longe de nós como um
aniquilamento,
mas eles estão em paz.
Aos olhos dos humanos pareciam cumprir uma pena,
mas sua esperança estava cheia de imortalidade;
por um pequeno castigo receberam grandes favores.
Deus os colocou à prova
e os achou dignos de si. (grifos nossos)

Tal concepção da morte como passagem para a eternidade, entendida em termos de *imortalidade* (para a alma), que é de fundo grego, não se limitou a figurar, todavia, apenas na Escritura. Os Padres da Igreja, mais tarde, ao buscarem uma fundamentação filosófica para sua doutrina, tomaram-na para si, impregnados que estavam de conceitos provindos da filosofia grega, na qual haviam sido formados. E durante séculos a Igreja oscilou entre a pregação da imortalidade da alma, visão herdada do pensamento helênico, e a de uma outra crença, da qual nos fala o Novo Testamento: a *ressurreição dos mortos*, em certa medida também difundida no Velho Testamento. Vejam-se, a título de exemplo, estes versículos, tirados do segundo livro dos Macabeus (2Mc 7,7-9):

Tendo passado o primeiro desta forma à outra vida
trouxeram o segundo para o ludíbrio. Tendo-lhe
arrancado a pele da cabeça com os cabelos,
perguntaram-lhe: "Queres comer, antes que teu corpo
seja torturado membro por membro?" Ele, porém, na
língua de seus pais, respondeu: "Não!" Por isso, foi
também submetido aos mesmos tormentos que o
primeiro. Chegado já ao último alento, disse: "Tu,
celerado, nos tiras *desta vida presente*. Mas o *Rei do*
mundo nos fará ressurgir para uma vida eterna, a nós
que morremos por suas leis!" (grifos nossos)

Resta perguntar, então, onde reside a essência do Cristianismo, se no pensamento helênico ou bíblico, grego ou semita. Que as duas coisas sejam diferentes, mostra-nos, por exemplo, o fato lembrado por Boff de que a morte representava uma coisa para o grego, outra para o judeu. Com efeito, lendo-se o relato da morte de Sócrates, feito por Platão, percebe-se como, para o grego, não havia motivo de grande perturbação no momento que a precede: o filósofo, com uma calma inabalável, aceita a sentença a ele imposta e chega mesmo a discorrer sobre o fenômeno da morte com os circunstantes. Calma que se justifica, se pensarmos que, para o grego, a morte é apenas a separação de alma (*psychê*) e corpo (*sôma*), após o que a primeira, que representa a verdadeira essência humana, resta livre para ascender ao lugar donde veio, na contemplação do Mundo Ideal. Para o judeu, todavia, a morte é motivo de grande desespero, pois não concebia

ele o homem bipartido, como o grego, mas como um ser único e indivisível (a palavra hebraica *nefesh*, traduzida normalmente como 'alma', acarretaria uma imprecisão, pois que designa, na língua da Escritura, o *homem inteiro, enquanto ser vivente*). Veja-se o modo como o próprio Cristo encarou, em certos momentos, sua morte; segundo as Escrituras, esteve muito longe da atitude socrática:

sua alma "*está triste até à morte*" (Mt 26,38) (...) "e cheio de angústia orava com mais instância. E seu suor tornou-se como grossas gotas de sangue, que corriam até à terra" (Lc 22,44). Ele estremece, sente-se só e abandonado pelos seus (Mt 26,40): "Pai, se puderes afasta de mim este cálice" (Mc 14,36). (...) O autor da epístola aos Hebreus, com tons existencialistas, nota que Jesus "elevou orações e súplicas com grande clamor e lágrimas. Àquele que o podia salvar da morte" (5,7). A diferença de Sócrates, não morre sereno, mas quase às raias do desespero: "dando um grande grito, expirou" (Mc 15,37). (Cf. BOFF 1972: 70)

O mesmo teólogo apresenta-nos o dado que considera livre de questão:

Não pertence ao querigma fundamental do Novo Testamento o tema da imortalidade da alma. O Novo Testamento conhece e professa sua fé na ressurreição dos mortos. A filosofia grega, nomeadamente o platonismo, sob cuja influência esteve a jovem Igreja missionária no mundo helênico, conhece a imortalidade da alma. Mas não conhece nem pode imaginar uma ressurreição. (id., *ibid.*, p.67)

Ao que parece, portanto, os termos *corpo*, *alma* e *espírito*, que encontramos nos textos bíblicos, apontam para outra coisa, não significando o mesmo que representam para nós, também imbuídos das categorias do pensamento grego. Reconhecem-no, ainda, outros estudiosos:

O pensamento bíblico não oferece nenhuma base para uma concepção tricotômica ou dicotômica do

homem. Na Bíblia, a alma não corresponde a uma parte do ser humano, mas ao homem em sua manifestação de ser vivo, não no sentido biológico simplesmente, porque a alma é a vida humana como vida individual de um sujeito consciente e voluntário (cf. Mt 10,28; 16,26; Lc 12,19-20). No esforço de redescobrir o verdadeiro e original sentido do vocabulário bíblico (...), os exegetas e teólogos modernos têm sublinhado que, nas Escrituras, tanto do Antigo como do Novo Testamento, o homem é concebido como uma unidade de tal natureza que, dependendo do ponto de vista pelo qual é ele considerado, tanto pode ser chamado *soma* (corpo) como *psyche* (alma) ou *sarx* (carne) ou *pneuma* (espírito), sendo que nenhum destes termos se refere jamais a uma só parte do homem, mas a este como um todo. (Cf. MOTA & CÉSAR 1987: 404, nn.10-11)

E, ademais,

quão fundamentalmente era o homem, no Antigo Testamento, visto como um ser corporal, se pode ver no fato de não só ao "coração" serem atribuídas funções psíquicas, mas também às *entranhas* (Is 16,11; Jer 4,19; 31,20; etc.), aos *rins* (Sl 7,10; Jer 11,20; etc.), ao *figado* (Lam 2,11; Prov 7,23; Sl 16,9; etc.). (Cf. Bauer 1984: 465ab)

Tal visão do ser do homem aponta para um fato que o pensamento platônico jamais admitiria: o corpo do homem, suposto adversário de sua alma, não pertence a ele como uma coisa, um objeto. No dizer de R. Bultmann (apud Bauer 1984: 469a), "o homem não *tem* corpo, ele *é* corpo" - o que constituiria um absurdo para Platão, cuja filosofia "não conhece a valorização do corpo nem aceita que a alma, finalmente livre, possa voltar ao corpo-cárcere" (cf. BOFF 1972: 68).

Se tudo isto é verdade, resulta que a filosofia platônica, dualística, não é adequada para explicar ou expressar um dado da Revelação que, algumas vezes, como que se põs de lado no anúncio do

que, para empregar os termos do teólogo, constitui mais um "axioma filosófico" que uma "verdade de fé": a imortalidade da alma. É interessante notar que, se Platão considera o homem um ser composto de corpo e alma, sendo o primeiro apenas o pesado invólucro do segundo, que daquele visa libertar-se, não o fazem, por outro lado, Aristóteles e Santo Tomás. Este último, buscando no pensamento do Estagirita (como Santo Agostinho por primeiro o tentara com Platão!) pontos de apoio e bases filosóficas para fundamentar sua fé, conciliando assim filosofia pagã e doutrina cristã, via com nitidez, como a tradição que o seguiu, que corpo e alma não são (...) duas coisas no homem, mas (...) dois princípios, apenas metafisicamente separáveis do único ser humano. Alma é a subjetividade do ser humano concreto, o que inclui também a dimensão corpo. Corpo é o próprio espírito se realizando dentro da matéria. Não é apenas um instrumento do espírito. É o espírito mesmo em sua encarnação (sic) e expressão no espaço e no tempo materiais. Nesse sentido podemos dizer que a alma é visível. Quando olhamos um rosto humano, não vemos apenas olhos, boca, nariz e o jogo dos músculos. Surpreendemos simultaneamente traços finos ou rudes, brutalidade ou humor, felicidade ou angústia, sabedoria ou estultície, resignação ou confiança. O que se vê, pois, não é pura e simplesmente corpo, mas corpo vivificado e penetrado pela alma. Com isso, (...) não se afirma um nivelamento das plúrimas dimensões da realidade humana, mas sua unidade plural que não significa uniformidade nem unicidade. (Cf. Boff 1972: 85s.)

E essa unidade do ser do homem já aparece atestada pelo próprio autor do livro do Gênesis (Gn 2,7), ao afirmar que "Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente"³.

Vale afirmar, então, que sem corpo ou sem alma, o homem não é mais homem; em outros termos, "sem corpo, não existe alma. Pois uma

'alma' que nada 'anima' não é alma; não é coisa alguma. O homem não é uma alma; é um homem, quer dizer, *um corpo animado*" (cf. Rey-Mermet 1979: 283).

O Magistério da Igreja, por sua vez, servindo-se das noções de "corpo" e "alma", aponta para a unidade da natureza humana. Conforme a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS I, 14, 242 in *Compêndio do Vaticano II*, p. 156), promulgada no último Concílio, há três décadas,

Corpo e alma, mas realmente uno, o homem, por sua própria condição corporal, sintetiza em si os elementos do mundo material, que nele assim atinge sua plenitude. (...) Não é portanto lícito ao homem desprezar a vida corporal, mas, ao contrário, deve estimar e honrar seu corpo, porque criado por Deus e destinado à ressurreição do último dia.

Finalizando nossa brevíssima consideração sobre a relação corpo-alma, no homem, para avançarmos sobre outro ponto, reportamo-nos a M. Schmaus (*apud* Boff 1972: 69), que afirma, em seu manual de dogmática:

Não há nenhuma declaração do Magistério que defina obrigatoriamente a morte como separação do corpo e da alma. As declarações oficiais querem garantir a continuidade da vida do homem para além da morte, mas não afirmam expressa e formalmente que esta vida deva ser entendida exclusivamente como imortalidade da alma espiritual. Quando os textos do Magistério (...) afirmam a imortalidade da alma espiritual, utilizam uma formulação emprestada ao modelo grego de pensar, através do qual era explicada a sobrevivência do homem para além da morte.

Pelo visto, ao menos na doutrina bíblica da ressurreição não está implicada a noção de separação dos princípios que formariam o homem total. Nem sequer possui a língua hebraica um termo para a representação da alma separada do corpo, que traduza perfeitamente o termo grego *psyché*⁴. Para o sistema, a noção de 'corpo' carrega consigo a de

'personalidade' de 'identidade'. Falando, então, de identidade em termos corporais, não poderíamos confundi-la puramente com outra noção paralela, a de identidade material (da matéria do corpo): sabe-se, pela Biologia, que o corpo, materialmente considerado, tem sua estrutura celular alterada a certos intervalos de tempo (sete anos, aproximadamente), e, todavia, o homem não perde, com isso, sua identidade (cf. Boff 1972: 104). Sabe-se, por outro lado, que a personalidade possui algo de material, fundado no corpo, o que mostraria que a concepção bíblica está menos distanciada da Antropologia moderna que a visão dualística grega.

Ora, se o judeu via no homem um ser uno, não o dissociando em partes, fica então explicado o terror que para ele representava a morte. Em termos figurativos, tendo o sopro vital (*ruach*) sido retirado por Deus, resta ao homem a imperfeição, o inacabamento; ele se aniquila⁵. Compreende-se, então, que São Paulo tenha provocado, com a pregação da ressurreição dos mortos, reações diferentes em gregos e judeus. Os primeiros a chamaram loucura (*moría*), pois que a ressurreição lhes parecia certamente inútil, sendo a alma do homem *naturaliter* imortal; os últimos se escandalizaram, e pediram-lhe "sinais" (*semeia*) (cf. 1 Cor 1,21-25).

A doutrina da ressurreição, portanto, representa algo de novo, tanto para o pensamento grego quanto para o semita, mas está fincada em terreno semita: o homem, sendo uno, morre por inteiro, e inteiro é que ressuscitaria. Não, decerto, da forma impressionante descrita, por exemplo, no livro de Ezequiel (37,1-11) - que constitui, como atesta o próprio texto bíblico, uma alegoria -, mas como a conservação, pelo homem, de sua identidade corporal, sua personalidade, após a morte, seja como for. Obviamente, tal corpo terá sofrido mudanças profundíssimas, mas permanecerá sendo o daquele que morreu. É o que parece ensinar São Paulo aos habitantes de Corinto, sequiosos de uma explicação:

Mas, dirá alguém, como ressuscitam os mortos? Com que corpo voltam? Insensato! O que semeias não readquire vida a não ser que morra. E o que semeias não é o corpo da futura planta que deve nascer, mas um simples grão de trigo ou de qualquer outra espécie. A seguir, Deus lhe dá corpo como quer; a cada uma

das sementes ele dá o corpo que lhe é próprio. Nenhuma carne é igual às outras, mas uma é a carne dos homens, outra a carne dos quadrúpedes, outra a dos pássaros, outra a dos peixes. Há corpos celestes e há corpos terrestres. São, porém, diversos o brilho dos celestes e o brilho dos terrestres. Um é o brilho do sol, outro o brilho da lua, e outro o brilho das estrelas. E até de estrela para estrela há diferença de brilho. O mesmo se dá com a ressurreição dos mortos; semeado corruptível, ressuscita reluzente de glória; semeado na fraqueza, ressuscita cheio de força; semeado corpo psíquico, ressuscita corpo espiritual. Se há um corpo psíquico, há também um corpo espiritual. (...) Com efeito, é necessário que este ser corruptível revista a incorruptibilidade e que este ser mortal revista a imortalidade. (1Cor 15,35-53)

Os evangelistas, por sua vez, procuram frisar a concretude desse corpo ressuscitado, que *não* é um fantasma:

Falavam ainda, quando ele próprio se apresentou no meio deles e disse: "A paz esteja convosco!" Tomados de espanto e temor, imaginavam ver um espírito. Mas ele disse: "Por que estais perturbados e por que surgem tais dúvidas em vossos corações? Vede minhas mãos e meus pés: sou eu! Apalpai-me e entendei que um espírito não tem carne, nem ossos, como estais vendo que eu tenho". Dizendo isso, mostrou-lhes as mãos e os pés. E como, por causa da alegria, não podiam acreditar ainda e permaneciam surpresos, disse-lhes: "Tendes o que comer?" Apresentaram-lhe um pedaço de peixe assado. Tomou-o, então, e comeu-o diante deles (Lc 24,36-43).

Também serve a frisar tal concretude que no símbolo apostólico se fale, não bem de ressurreição dos mortos, mas da própria carne.

Não bastasse tudo o que afirmamos aqui, a dignidade conferida pelo Cristianismo ao corpo humano, até materialmente considerado, seria garantida pelo simples fato da Encarnação: foi como homem concreto que o fundador do Cristianismo viveu numa época datada da história.

4. CONCLUSÃO

Que haja pontos de contato entre a doutrina cristã e o pensamento de Sêneca não deveria causar espécie⁶. Pelo exposto, contudo, cremos que a insistência em apontar correspondências entre os dois sistemas, especialmente se referidas, no caso, à Escatologia, assenta sobre alguns equívocos.

O pensamento escatológico cristão, fundado sobre as Escrituras, está em flagrante discrepância com o de Sêneca. Por isso, peca-se desde o princípio, segundo cremos, ao sustentar um paralelismo estrito entre os dois sistemas, pois nem sequer se leva em conta o fato de não possuir o filósofo uma posição perfeitamente clara e unívoca sobre o tema da vida no pós-morte. Entre outros pontos, não batem com a pregação bíblica, além da própria noção de imortalidade, reservada à alma:

1º Que Sêneca considere, seguindo Platão, que o corpo é uma prisão para a alma (itens 2E, 2F e 2P deste trabalho), da qual ela é libertada pela morte;

2º Que apenas o corpo sofra os "reveses da fortuna", permanecendo a alma sempre impassível (itens 2F e 2I);

3º Que a imortalidade, seja como for, esteja condicionada ao ciclo que constitui o "grande ano" de que falam os estóicos, segundo os quais tudo volta a acontecer de novo (item 2J; também a este respeito, ver *Consolação a Márcia* [Ad Marc. 26,6-7]);

4º Que, pondo às vezes em dúvida a existência de vida eterna para a alma, Sêneca afirme que somente a virtude e a sabedoria sejam bens imorredouros (item 2L), e que apenas o sábio, portanto, goze de algum tipo de imortalidade (item 2M);

5º Que o homem, não sendo imortal como a divindade (item 2Q), esteja destinado à total aniquilação com a morte, fenômeno inevitável (itens 2R e 2S).

Choca-se, ademais, e frontalmente, contra o Cristianismo a idéia de que Deus - que teria um corpo de natureza idêntica à do fogo (I) -, não fez o homem imortal porque a matéria não o permitiria (item 2M), bem como a de que Deus, sendo a Razão ou Mente Universal, seja tudo - e, portanto, tudo seja Deus? - (item 2C). O universo seria de certa forma o próprio Deus a julgar também pelo raciocínio desenvolvido na Ep.65,24 (item 2D). É mesmo contrastante com a doutrina cristã, outrossim, que Sêneca por vezes fale em *deuses*, no plural (itens 2H e 2N).

Chama a atenção, ainda, que o autor pareça exigir provas racionais e convincentes da imortalidade (item 2G) e, ao mesmo tempo, ofereça como argumento o puro consenso de opiniões (item 2H). Ou que, criticando os "terrores de além-túmulo" (item 2S), afirme ao mesmo tempo não ser tolo para negá-los (item 2O).

Seria ainda possível estabelecer um liame seguro entre duas concepções de mundo - Cristianismo e filosofia senequiana - tão díspares no que têm de fundamental? No passado, a crença numa resposta afirmativa a tal pergunta engendrou uma falsificação: os dois sistemas eram vistos tão "próximos", que se imaginou (e forjou) um intercâmbio de idéias entre o filósofo e São Paulo. Que erros se cometeriam hoje?

Examinando a mesma relação entre o pensamento de Sêneca e o Cristianismo, observava Boissier (1900: 79s), há quase cem anos:

Observemos a este propósito que se pode dizer, de maneira geral, que Sêneca se aproxima do Cristianismo na prática e que se afasta dele pelas teorias. É o que ocorre, de resto, com todas as filosofias e mesmo com todas as religiões: elas se assemelham nos preceitos e diferem pelos princípios. (...) A especulação é como um vasto terreno sem limites precisos, sem rotas determinadas, onde as teorias podem folgar e tomar as direções que desejem. Longe de ser um obstáculo ao sucesso das opiniões, essa marcha independente atrai, pelo contrário, os espíritos audaciosos que amam os caminhos novos. Mas quando se passa dos princípios à aplicação, quando se pretende fornecer preceitos para a conduta

da vida, vê-se de repente as opiniões errantes se aproximarem e virem de todas as partes em direção a uma meta comum. O bom senso popular impõe a todos aqueles que se ocupam de moral aplicada algumas regras gerais que todas as escolas filosóficas são obrigadas a seguir. De qualquer sistema que se parta, é preciso aceitar estas soluções do senso comum, e antes resignar-se a ser inconseqüente que tomar contra si a opinião pública. É o que ocorre a Sêneca como aos outros; quanto mais sua filosofia desce à aplicação e ao detalhe, mais ela se aproxima do Cristianismo. Ela se afasta dele, ao contrário, à medida que se generaliza e se eleva. Na verdade, não há nada aí para nos surpreender.

Não resistimos a mencionar, também, o que outro estudioso, há bem pouco, afirmou sobre o mesmo tema, e que poderíamos apresentar quase que como um resumo do que aqui dissemos:

A questão das relações entre Sêneca e o Cristianismo se pode, decerto, resolver de duas formas opostas: pensando ou que Sêneca derive do Cristianismo, ou que o Cristianismo derive de Sêneca, mas são ambas teses absurdas. A cultura de Sêneca e sua sabedoria fincam raízes na filosofia grega e na sua experiência de homem de Estado romano; o Cristianismo, por sua vez, não deriva de Sêneca porque os autores dos escritos neotestamentários são de língua grega e têm matriz hebraica. Sêneca não se pode considerar sequer um *Christianus ante litteram*. Toda a filosofia grega apresenta pontos de contato com o Cristianismo, e é inegável que o Cristianismo foi imerso no mundo filosófico grego, do qual traz a língua que o fez acessível e aceito também às classes cultas do paganismo. Mas, por outro lado, repete-se muito e mecanicamente que as doutrinas estoicas e epicuristas, que embebiaram o mundo greco-romano ao

tempo de Paulo e que tão próximas são por vezes das máximas cristãs, prepararam o terreno para a pregação cristã. Na verdade, não o prepararam de fato: se assim fosse, o Cristianismo deveria ter contado entre os seus adeptos as pessoas cultas da época. Em vez disso, teve entre os seus perseguidores mais decididos Marco Aurélio, cujos escritos estão entre os mais avizinados à doutrina cristã. Antes dele, Tácito, Quintiliano, Aulo-Gélio, Frontão reservaram ao Cristianismo só palavras de desprezo. Os prosélitos cristãos não foram os doutos romanos ou gregos, mas sobretudo hebreus ou pobre gente grega, escravos ou libertos: esse levar a boa nova aos pobres (*o evangelizare pauperibus*) distingue nitidamente o Cristianismo do Estoicismo, seita aristocrática que desprezava, ou ao menos não se ocupava do vulgo (cf. SCARPAT 1983: 120ss).

Faça a tais sínteses, pouco nos resta acrescentar. Não podemos deixar de registrar, entretanto, que o presente estudo, sendo, como é, um ensaio muito breve de comparação entre dois sistemas de pensamento, não pretende tê-los esgotado, por isso mesmo, sequer minimamente. Muito menos, ainda, visariamos obliterar, de algum modo, o valor de qualquer um deles pelo simples fato de opô-los entre si. E como nenhum dos sistemas "depende" do outro, nem a grandeza da obra de Sêneca resta modificada, com este tão-só confronto de idéias, nem o Cristianismo se altera em sua essência. Qualquer tentativa de propor o contrário correria o risco, assim pensamos, de cair no excesso. Como nos lembra Horácio, *est modus in rebus*⁷.

NOTAS

1. A tradução de todas as passagens, bem como de todas as citações, quando for o caso, é de nossa autoria. No caso de tratar-se de trechos das *Cartas a Lucílio* [*Ad Lucilium Epistularum Moraliu Libri XX*,

- ou simplesmente *Epistulae Morales*], obra da qual nos ocupamos de modo especial, as citações (abreviadas Ep.) referem-se à edição de F. e P. Richard (cf. bibl. ind. SÊNEQUE).
2. Ao longo de nossa exposição, permitimo-nos considerar *animus* como sinônimo de *anima*, empregados pelo próprio autor com sentidos amiúde equivalentes. Por isso é que falamos mais em 'alma', e muito pouco em 'espírito', entendendo ambos como um princípio de natureza imaterial, no homem. Embora haja diferenças entre um e outro daqueles termos, cremos que, para o que nos interessa aqui, elas sejam secundárias. Portanto, *animus* equivalerá a *anima* e opor-se-á a *corpus*.
 3. Observação efetuada pelo tradutor, ao pé da página: "'Ser vivente' traduz aqui o vocábulo *nefesh*, que designa o ser animado por um sopro vital (manifestado também pelo 'espírito', *ruah* [sic]...)".
 4. Os termos hebraicos com os quais a Escritura se refere ao homem - *basar* (~gr. *sôma/sárx*), *nefesh* (~gr. *psychê*) e *ruach* (~gr. *pneûma*) - não ensinam, segundo Schmaus (1982: 94), "que a natureza do homem conste de três componentes essenciais, mas com múltiplas expressões designa(m) as diferentes funções da essência humanitária do homem", tendo, pois, valor *ético*.
 5. Uma outra crença do povo hebreu fala numa "*descensio ad inferos* (xeol), onde reina sombra e vida imperfeita" (cf. Boff 1972: 68).
 6. "Já Sêneca (Epist. 102) chegou a dizer que o dia da morte *dies aeterni natalis est*", escreve o padre P. Cerruti (1968: 276) em seu manual de Teologia.
 7. *Sat. I, 1, 106*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ABBAGNANO, N. História da Filosofia. Vol. II. 2ª ed. Trad. por Antônio Borges Coelho. Lisboa: Presença, 1979.
02. BAUER, J.B. Dicionário de Teologia Bíblica. Vol. I. 3ª ed. Trad. por Helmuth Alfredo Simon. São Paulo: Loyola, 1984.
03. BOFF, L. A ressurreição de Cristo; a nossa ressurreição na morte. Petrópolis: Vozes, 1972.

04. BOISSIER, G. La religion romaine d'Auguste aux Antonins. Tome II. 5e éd. Paris: Hachette, 1900.
05. BRÉHIER, É. História da Filosofia. Tomo I/Vol. II. Trad. por Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
06. CERRUTI, P. Síntese da Teologia Católica. Vol. I. 3ª ed. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1968.
07. CIZEK, E. L'époque de Néron et ses controverses idéologiques. Leiden: E.J.Brill, 1972.
08. HORACE. Satires. Trad. de F. Villeneuve. Paris: "Les Belles Lettres", 1989.
09. MARA, L.D. 'Pervivencia'. In: Humanidades 13(29), 1961.
10. MOTA, J.C. & CÉSAR, W.A.L. 'Alma'. In: Enciclopédia Mirador Internacional. Vol. 2. São Paulo/Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1987.
11. REY-MERMET, T. A fé. Vol. I. Trad. por João Pedro Mendes. São Paulo: Paulinas, 1979.
12. SÁNCHEZ, M.A.F.M. 'La inmortalidad del sabio en Séneca'. In: Helmántica 25(106), 1984.
13. SCARPAT, G. Il pensiero religioso di Seneca e l'ambiente ebraico e cristiano. 2ª ed. Brescia: Paideia, 1983.
14. SCHMAUS, M. A fé da Igreja. Vol. II. 2ª ed. Trad. por Marçal Versiani. Petrópolis: Vozes, 1982.
15. SÊNEQUE. Lettres à Lucilius. 3 tomes/1 vol. Texte ét., trad. et annoté par François et Pierre Richard. Paris: Garnier, 1932.
16. _____. Questions naturelles. 2e éd. Texte ét. et trad. para Paul Oltramare. Paris: "Les Belles Lettres", 1961.
17. _____. Tragédies. Tome I. Texte ét. et trad. par Léon Hermann. Paris: "Les Belles Lettres", 1985.
18. SMILEY, C.N. 'Stoicism and its influence on Roman life and thought'. In: The Classical Journal 29(9), 1934.
19. VAN DEN BESSELAAR, J. O progressismo de Sêneca. Assis: FFCL, 1960.
20. A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1985.
21. COMPÊNDIO DO VATICANO II: CONSTITUIÇÕES, DECRETOS, DECLARAÇÕES. Petrópolis: Vozes, 1979.

SUMÁRIO: O texto discute o paralelismo comumente traçado entre a filosofia de Sêneca e o Cristianismo, especialmente no tocante ao que afirmam sobre o destino do homem após a morte. Procura-se mostrar como tal paralelismo não pode ser traçado por demais à risca, uma vez que os dois sistemas assentam sobre bases diferentes e não admitiriam, por isso, uma identificação pura e simples a partir dos traços que, por razões de ordem histórica, têm em comum.

SUMMARY: The text discusses the similarities commonly pointed out between Seneca's philosophy and the Christian doctrine with special regard to what is asserted in both about man's fate after death. It is argued that those similarities cannot be too seriously held, since the two systems are founded on different bases and do not admit, therefore, an identification supported solely by the traces that for historical reasons they have in common.

UNITERMOS: Sêneca; Cristianismo; Escatologia.

UNITERMS: Seneca; Christianity; Eschatology.

"A VIDA NA VERDADE" A POÉTICA POLÍTICA DE VACLAV HAVEL¹

José Antonio Trasferetti *

1. Vaclav Havel é um filósofo que pensa a sociedade a partir de categorias filosóficas delimitadas e circunscritas dentro do seu tempo. O presente ensaio é um estudo filosófico sobre a filosofia que se encontra nos seus textos. Havel não é um filósofo especulativo. Sua filosofia retrata a sua experiência de vida marcada por um país, onde a liberdade sempre se constituiu num desafio. Vivendo em condições adversas, procurou descobrir os caminhos da filosofia como luz que se descortina no final do túnel.

Nesse sentido, a filosofia supera a si mesma como forma racional de entender o mundo e, como Boécio, passa a ser companheira e inspiradora dos momentos mais dramáticos da experiência do ser no mundo. Segundo alguns comentaristas, a filosofia de Havel surgiu nas catacumbas e assumiu a forma socrática de estar no mundo, algumas vezes entendida como "absurdo" (dramaturgia), outras como "esperança" (ensaio político) e outras, ainda, como "busca do absoluto" (cartas da prisão).

Jiri Dienstbier, Mario Soares, Sidonius e outros destacam a importância do testemunho de Havel. Para Milan Kundera, a sua própria vida, tal como se deu, se apresenta ela mesma como uma obra de arte. Na verdade, ela representa a forma maior de se inserir no mundo, como resposta ao sofrimento imposto por um regime cruel.

Esta investigação nasceu junto com as transformações no Leste Europeu. Havel foi fortemente influenciado pelas mudanças ocorridas no seu país em 1948, quando os comunistas tomaram o poder. Sua filosofia está enraizada neste mundo e aparece como crítica e como compromisso, sendo impossível dissociar o filósofo desta realidade fundante. Ao mesmo

* Doutor em Filosofia e em Teologia, Professor Titular da Puccamp.

Trab. apres. no curso de
Fonética e Fonoologia II (H.310)
no 1.º sem. 96 — IEL

DA DURAÇÃO COMO TRAÇO DISTINTIVO NA LÍNGUA LATINA:
BREVES CONSIDERAÇÕES

("Indocti diccant et ament meminisse periti.")

MARCOS A. PEREIRA

É sabido que os segmentos que compõem a cadeia sonora da fala podem diferir entre si, além de outras coisas, quanto ao tempo gasto em sua produção. Tal propriedade é referida na literatura linguística como duração ou, mais tradicionalmente, como quantidade. Assim é que, em português, por exemplo, a primeira vogal de "lâmpada" e a segunda de "batata" cobrem as duas, não apenas por serem mais salientes em termos de intensidade acústica — como consequência de um maior esforço muscular empregado em sua realização —, mas também pelo maior tempo que levam para ser pronunciadas. Intensidade acústica e duração não estão, entretanto, necessariamente assim associadas, como se pode perceber, por exemplo, em "jovem", onde a segunda vogal, embora menos intensa que a primeira, naquele sentido, parece demandar maior tempo para ser articulada.

Citamos alguns poucos exemplos do português para ilustrar a propriedade que estamos discutindo, mas deve-se observar que ela parece extensiva a todas as línguas, contrastando uns segmentos com outros. Há línguas, no entanto, em que a duração não é tão-somente uma propriedade a contrastar elementos; no caso do latim e do grego clássicos (e, ao que parece, no do húngaro, do finlandês, do tcheco e, em certa medida, do inglês modernos, para citar outros exemplos), a duração opõe unidades lexicais, servindo, portanto, para distinguir palavras daquelas línguas. No presente trabalho, pretendemos examinar, sumariamente, como o fenômeno da duração operava, paralelamente a outros, no chamado latim clássico.

Como traço do sistema prosódico latino, a duração servia, pois, para opor unidades lexicais portadoras de segmentos ditos "longos" àqueles que portavam segmentos ditos "breves", definindo-se uns em função de outros. Tradicionalmente, a relação entre um segmento longo e outro, breve, tem sido apontada como sendo de um para dois, isto é, um segmento longo ocupa, na prolação, um espaço de tempo equivalente a dois segmentos breves; vice-versa, dois segmentos breves equivalem a um segmento longo. E, muito embora o caráter de longas ou breves tenha sido geralmente imputado só às vogais, vale aqui observar que ele

também dá conta da classificação das consoantes, com a diferença de que, no caso destas, ocorria o fenómeno da "geminção", dividindo-se uma consoante longa em duas breves, pertencendo cada uma a uma fronteira, final e inicial, de duas sílabas vizinhas. Alguns exemplos ilustram bem o carácter não meramente fonético, mas fonológico, da duração em latim clássico: ela é responsável pela oposição entre, por exemplo, os nomes 'mālus' ("macieira", s.f.) e 'mālus' ("mau", adj.m.), as formas verbais 'lēgimus' ("lemos", pres.ind.) e 'lēgimus' ("lemos", perf.ind.) e entre os nomes 'anus' ("velha", subst.) e 'annus' ("ano").¹ É bem verdade, entretanto, que o traço "duração" não era sempre o único responsável por tais oposições. Ao lado das vogais ditas longas, representadas nos dicionários atuais, tratados sobre a língua latina e livros didáticos ā ē ī ō ū, o latim clássico exibia um quadro de vogais breves, representadas ă ě ĭ ǫ ŭ, que parecem ter diferido das longas não apenas na duração com que eram pronunciadas, mas também, à exceção talvez do, que se passava com o ā e o ă, quanto ao timbre, sendo as médias e as altas, quando longas, apreciavelmente mais fechadas que as breves correspondentes (Allen 1989: 47). Ainda assim, parece justo que continuemos a considerar a duração como traço distintivo em latim clássico, pois sabe-se que a ela normalmente se podem associar outras qualidades (fonéticas) do segmento (Dubois 1978: 204).

Sabe-se que a ortografia latina não costumava distinguir vogais longas de vogais breves, na escrita comum. Como, então, podemos saber, hoje, se uma vogal de determinada palavra latina é longa ou breve? O recurso à métrica tem sido de grande auxílio aos estudiosos para tanto, exceto no que se tem chamado "quantidade oculta" (gerada pelo facto de a vogal, numa dada sílaba, ser seguida de certos grupos consonânticos), quando então se tem de lançar mão de outros recursos, quais sejam: a) as declarações específicas de gramáticos e outros escritores; b) as transcrições de palavras latinas em grego; c) as considerações da fonologia histórica; e d) o desenvolvimento de tais fonemas nas línguas românicas (Allen 1989: 64s.). Naturalmente, estas considerações todas estão na base da elaboração dos modernos dicionários, que minimizam, então, para o estudioso de hoje, o problema aqui apontado. Reconhecendo, por outro lado, a importância da métrica na determinação da duração vocálica do latim clássico, apresentamos, ao final deste trabalho, algumas considerações a ela avinentes.

No início deste trabalho, afirmávamos que a propriedade que têm os segmentos de uma língua de variar em termos de sua extensão no tempo se denomina duração ou quantidade. O último termo, mais encontradiço em tratados gramaticais tradicionais, costuma ser usado também na caracterização da sílaba, sendo uma sílaba que contém vogal breve classificada como breve, enquanto aquela que contém uma vogal longa é igualmente classificada como longa. Ocorre, porém, que determinadas sílabas classificadas como longas costumam apresentar em seu núcleo uma vogal breve, seguida de consoante, classificada então - absurdamente, como observa W.S.Allen - como "longa por posição"! Naturalmente, o que ocorre em tais casos não é uma mudança na duração da vogal, que continua breve, mas que a consoante, fechando a sílaba, torna esta "longa" (para utilizar a classificação tradicional). Fica claro, assim, que é preciso fazer uma distinção entre o que ocorre com a sílaba e o que se passa com a vogal dessa sílaba. Assim é que Allen (1989: 91; 1973: 53s.), apontando aquela confusão e mostrando sua origem nos trabalhos de gramáticos gregos, reserva o termo "duração" ("length", segundo a terminologia inglesa) para a caracterização das vogais, e "quantidade" ("quantity") para caracterizar as sílabas. Para Allen, as vogais podem ser longas ou breves; as sílabas, entretanto, serão "leves" ou "pesadas", de acordo com sua estrutura interna (não consideraremos, aqui, a base dos fatores levados em conta pelo autor em tal caracterização da sílaba; baste, apenas, dizer que sua classificação é motora, remetendo aos trabalhos de Stetson e outros estudiosos): serão leves (ξ) se forem também abertas e tiverem por núcleo uma vogal breve; serão, por outro lado, pesadas (Σ), se tiverem por núcleo uma vogal longa e forem igualmente abertas, ou, travadas por consoante(s), tiverem por núcleo uma vogal breve.

É preciso reconhecer, entretanto, e em que pese a confusão por nós referida, que a consideração, pelos estudiosos mais antigos, da sílaba como unidade importante na caracterização do sistema lingüístico latino (e não apenas por razões de métrica, já que esta implica tal consideração; Allen (1973: 27), citando Longino, lembra que "The material ($\psi\lambda\eta$) of metre is the syllable, and without the syllable there could be no metre") não é de pouco interesse, pois ela auxiliará na determinação de outro traço prosódico do latim clássico, igualmente importante, ainda que não relevante do ponto de vista fonológico: o acento.

Ten-se discutido bastante a respeito da natureza do acento latino no período clássico/histórico, embora se saiba, com um certo grau de certeza, que o acento pré-histórico era de natureza intensiva e fixa, recaindo sempre na primeira sílaba das palavras. Prova-o, entre outras coisas, a queda ou enfraquecimento de segmentos médios não acentuados, atestada no período clássico, fenômeno recorrente noutras línguas de acento de mesma natureza. A terminologia empregada pelos autores na descrição do acento latino clássico, que remete ao acento do grego, sugere que o primeiro, à semelhança do segundo, terá sido melódico: em geral, o chamado "acento agudo" (ὀξύς) do grego, por exemplo, representado na escrita por (´), correspondia a um tom de voz ascendente ou alto, se considerarmos a pauta musical, e era propriedade das chamadas vogais breves; o "acento circunflexo" (περισπωμενόν), por sua vez, representado (˘), correspondia a um tom de voz cambiante, ascendente-descendente, caracterizando as vogais longas. Ora, Sérvio, reportado por Faria (1970: 146), dirá: 'acutus dicitur accentus, quotiens cursim syllabam proferimus, ut arma; circumflexo uero, quotiens tractim, ut musa...' ("chama-se agudo o acento toda vez que pronunciamos rapidamente a sílaba, como em 'arma'; circunflexo, porém, toda vez que a pronunciamos demoradamente, como em 'musa'..."). Parece, pois, que estamos diante de uma língua de acento melódico, a julgar pelas palavras daquele autor. Não nos demoraremos nesta questão, referindo apenas que, segundo autores como E. Faria e W.S. Allen, é pouco provável que o acento clássico tenha sido musical, como faz supor, em primeiro lugar, a própria nomenclatura empregada por autores latinos, como já dissemos: 'gravis', 'acutus', 'altitudo' etc. Se levarmos em consideração o fato de que, mesmo em línguas faladas atualmente, como o português, o francês, o inglês etc., que possuem um acento de natureza indiscutivelmente intensiva (dinâmica), aqueles termos ainda são correntes, servindo para caracterizar traços prosódicos, estaremos autorizados a afirmar que tais línguas têm acento musical, pelo que sugerem os termos citados? A resposta, obviamente, será negativa. Com certeza, o que ocorreu com o latim, e posteriormente com as línguas modernas, que conservaram os termos empregados pelos autores clássicos, os quais traduzem termos gregos, foi a aplicação, a tais línguas, de um modelo de análise próprio à língua de que foram importados. Não bastasse tal consideração, há referências de outros autores ao fenômeno em questão que se chocam

contra a citação acima: Sérvio (o mesmo?), referido por Allen (1989: 04; 1973: 152), afirma que 'Accentus in ea syllaba est quae plus sonat' ("Há acento naquela sílaba que soa mais" - tradução nossa)! Ademais, não parece concebível, como afirma Allen, que o acento pré-histórico, que era dinâmico, tenha sido substituído por um acento melódico no período clássico para, ^{mais} tarde, voltar a ser dinâmico. Por estas e outras razões, os autores a que nos referimos, entre outros, atribuem ao latim clássico um acento intensivo. Na verdade, importa-nos, mais que a natureza do acento clássico, seu comportamento com relação à quantidade silábica, à qual está intimamente associado e pela qual sua posição nas palavras da língua é determinada, como procuraremos mostrar.

Na época conhecida como clássica (sécs. Ia.C.-Ia.C.), de sua primitiva localização na primeira sílaba das palavras, o acento latino passara a ser governado pela chamada "Lei da Penúltima", tendo um caráter culminativo e só parcialmente fixo/demarcativo. Tal lei determinava simplesmente que o acento deveria cair na penúltima sílaba das palavras com mais de duas sílabas, se ela fosse pesada; se fosse leve, deveria cair na sílaba imediatamente anterior a ela, sendo o vocábulo, então, o que chamamos proparoxítono. No caso das palavras dissilábicas, o acento clássico, que então coincide com o pré-histórico, recaía sobre a primeira sílaba, não havendo, a princípio, palavras oxítonas em latim. Esta última possibilidade ficava reservada a formas arcaicas que haviam perdido segmentos finais em fases anteriores da língua (e.g. 'illíc' < 'illíce'), ou aos vocábulos jâmbicos (dissílabos contendo vogal breve na primeira sílaba e longa na segunda), quando ocorriam antes de pausa - ao menos na poesia. Juntamente com o que se passava com os clíticos (especialmente '-que'), que tinham a propriedade de ocasionar mudança na posição do acento "normal" dos vocábulos (em que pese, neste caso, a consideração, feita por Allen, de que se trata, mais uma vez, de um seguimento de princípios válidos para o grego mas não tanto para o latim, como o atesta a poesia, em que se encontra, por exemplo, 'suspectaque dóna', em vez do "esperado" 'suspectaque dóna' (1973: 159)), tal ocorrência de acento final em palavras jâmbicas aponta para a importância da sintaxe na determinação da incidência do acento latino, ao menos parcialmente. Também se deve lembrar, neste sentido, a possibilidade de

ocorrência de um acento secundário em palavras latinas de extensão relativamente longa, geralmente resultantes de combinações (e.g. 'sus/picabar', 'miseri/cordia', 'male/ficium', 'ad/similiter'). Como afirma Allen, com pouquíssimas exceções este acento secundário recaía em uma sílaba que não a inicial, reportando, pois, ao acento pré-histórico, fato que se casa bem com o princípio enunciado por Lindsay de que 'The change from the old accentuation to the new would be, in reality, nothing but a usurpation by the secondary accent of the prominence of the main accent' (Allen 1973: 191).

Fica, pois, demonstrada a necessidade de considerar-se a estrutura (mais particularmente, a quantidade) silábica para a determinação do lugar de ocorrência, nas palavras latinas, do acento de intensidade: em regra geral, se a sílaba de uma palavra for pesada (porque travada por consoante² ou aberta e portadora de vogal longa³), será então acentuada; se leve (porque aberta e portadora de vogal breve⁴), será átona. Se o vocábulo for dissilábico, porém, o acento deverá recair na primeira sílaba, não importando, então, sua quantidade. Permanece, entretanto, válida a afirmação de que é a quantidade silábica, e não a vocálica (tal como tem sido considerado o fenômeno da duração, mais tradicionalmente), a responsável pela localização do acento clássico.

→ esta conclusão é particularmente interessante para o estudo da fonologia recente. Naturalmente + holística a
Para o escopo geral deste trabalho, que não quis ser exaustivo, mas apenas demonstrar como a duração opera em latim e observar, sumariamente, como se articula com outros traços prosódicos da língua, e bastante o que dissemos até aqui. Apresentamos, porém, algumas poucas notas sobre métrica, a fim de mostrar como o fenômeno era utilizado na versificação. Observamos, ainda, que uma abordagem de assunto tão extenso num trabalho desta natureza só pode ser, naturalmente, um tanto simplificadora. (Optamos por oferecer um pequeno resumo, a partir do apresentado por Almeida (1983: 440ss.), modificando-o, porém, de acordo com o interesse deste trabalho.)

A poesia latina é, por essência, quantitativa. Os versos latinos têm, por isso, um ritmo diferente, por exemplo, dos versos portugueses, embora algumas descrições destes os tratem como se fossem latinos, ao menos na nomenclatura. Enquanto o ritmo do verso português é obtido, basicamente, a partir de certas combinações de sílabas tônicas e átonas, no caso do latim, ele o é, rigorosamente, pela combinação de sí-

labas leves e pesadas - ou, se se preferir, pela combinação de sílabas portando segmentos breves e longos. Além disso, não têm rima, e constituem-se de pés, que são sua medida.

Cada pé pode ter de duas a quatro sílabas, dizendo-se próprios quando constituídos de sílabas de quantidades diferentes, e impróprios quando constituídos de sílabas de mesma quantidade, podendo estes últimos substituir os primeiros de quantidade equivalente (sabemos que uma sílaba pesada corresponde a duas leves). Há vinte e oito combinações possíveis, em latim, de sílabas de diferentes quantidades;

4 de duas sílabas:

espondeu - - ('seruis')	jambo v - ('deos')
troqueu - v ('diua')	pirríquio v v ('dea')

8 de três sílabas:

molosso - - - ('uiderunt')	tríbaco v v v ('legite')
antibáquio - - v ('spectare')	anapesto v v - ('pietas')
dátilo - v v ('carmina')	báquio v - - ('potestas')
anfímacro - v - ('dignitas')	anfíbraco v - v ('amare')

e 16 de quatro sílabas:

dispondeu	- - - - ('responderunt')
ditroqueu	- v - v ('comprobare')
dijambo	v - v - ('parauerant')
proceleusmático	v v v v ('reficite')
coriambo	- v v - ('percipiunt')
antipasto	v - - v ('reportanda')
jônio grande	- - v v ('incumbere')
jônio pequeno	v v - - ('metuentes')
péon 1º	- v v v ('concupere')
péon 2º	v - v v ('fidelia')
péon 3º	v v - v ('recreare')
péon 4º	v v v - ('reficiunt')
epítrito 1º	v - - - ('reuelarent')
epítrito 2º	- v - - ('concinebas')
epítrito 3º	- - v - ('cognouerint')
epítrito 4º	- - - v ('delectare').

De acordo com o número de pés que o constituem, o verso recebe nomes diferentes: se constituído de dois pés, será dímeter; de três,

trímetro; de quatro, tetrâmetro; de cinco, pentâmetro; de seis, hexâmetro. Geralmente, o pé dominante em cada verso é o penúltimo, podendo os demais variar - é o penúltimo, pois, que vai dizer qual o ritmo (ou cadência) do verso.

Os ritmos mais empregados nos versos latinos são o datílico e o jâmbico. O primeiro ocorre em hexâmetros, pentâmetros (elegíacos), tetrâmetros (alcâmânicos ou faliscos) etc., advindo seus nomes da combinação específica de dátilos, espondeus, troqueus e jambos, sendo o dátilo, naturalmente, dominante. O mais usado dos versos jâmbicos, por sua vez, é o senário, assim chamado porque exige o jambo somente no sexto pé, podendo os demais ser dátilos, espondeus, anapestos etc. Eis um exemplo de verso hexâmetro e outro, de pentâmetro, ambos datílicos, extraídos de Ovídio (Tristes, 1,1,39), formando um dístico (os pés estão compreendidos entre os traços verticais (|) que os separam):

 'Dōnēc. ē-| rīs rē-| līx, mūl-| tōs nūmē-| rābīs ā-| mīcos;
 Tēmpōrā | sī fūē-| rīnt || nūbīlā, | sōlūs ē-| rīs.'
("Enquanto fores feliz, terás muitos amigos;
Se o céu se cobrir de nuvens, ficarás só.")

Há em latim, como em português e outras línguas, umas tantas liberdades de métrica de que o poeta pode lançar mão ao compor os seus versos: supressão ou acréscimo de segmentos em determinadas posições da palavra, contrações, distrações, alterações na quantidade dos segmentos, omissão de preposições etc. Entre tais procedimentos, encontra-se a cesura, que é o corte, o descanso, a pausa, a separação de leitura, ocorrendo quase sempre dentro de um pé, conforme exigem o sentido e o "agrado ao ouvido". Conforme sua ocorrência em determinado pé, receberá a cesura um nome específico; no segundo verso de Ovídio citado acima, por exemplo, ela se dá logo após o quinto meio pé (ou, logo após o segundo pé), sendo então chamada pentemímere. (Ela está representada por dois traços verticais (||), no verso em questão.)

Como já dissemos anteriormente, a métrica foi (e ainda é) de grande valia aos estudiosos da prosódia latina. Através dela, determinam-se não apenas quantidade silábica e duração vocálica, dado seu rigor, como se testam hipóteses a respeito, por exemplo, do acento latino, já tratado neste trabalho. A partir da poesia latina, é possível, ainda, "imaginar", embora haja também outros meios para isso, qual teria sido

9
a pronúncia da língua no período em que foi escrito determinado poema (Allen 1973; 1989): uma vez que a poesia foi feita, a princípio, para ser "recitada" e "cantada" (Cagliari 1981), ela tem mais vínculo com a linguagem falada do que a prosa, correspondendo as tais "liberdades de métrica", com certeza, como asseveram vários autores referidos por Allen, a realizações concretas da fala quotidiana de sua época.

NOTAS

(1) Convencionou-se representar as vogais longas com o sinal - (macron) e as breves com o sinal ˇ (braquia) a elas sobrepostos. É preciso notar, entretanto, que os próprios autores latinos chegaram a sugerir outros procedimentos, visando tornar a escrita mais representativa da língua falada. Tais foram, por exemplo, o uso de um sinal chamado então "apex" (´, ˘ ou ˙) sobre as vogais ditas longas, ou mesmo que fossem escritas dobradas, mas nenhum destes procedimentos foi sempre observado. Como se verá, no caso das consoantes longas, adotou-se justamente o último procedimento citado.

(2) A determinação do caráter fechado (travado) de uma sílaba é relativamente simples, e pode ser feita, grosso modo, da seguinte maneira: de duas ou mais consoantes sucessivas, pelo menos a primeira pertence à sílaba precedente (e.g. 'pec-tus'), regra que se aplica, naturalmente, no caso de consoantes geminadas (e.g. 'an-nus'). Quando uma oclusiva for seguida de uma líquida, porém, ter-se-á sílaba travada no caso dos compostos (e.g. 'ab-lego'). Uma consoante simples, intervocálica, por sua vez, pertencerá à sílaba seguinte (e.g. 'pecus'). Tais regras, de caráter eminentemente prático, embora talvez não infalíveis, são referidas por Allen (1989: 89s.).

(3) A determinação, seja de vogais longas, seja de vogais breves, em tais condições, é geralmente difícil de se fazer sem o auxílio de um dicionário ou apelo à métrica, pois são muitas as possibilidades. (Constitui este, pois, o único problema não resolvido pela consideração da estrutura silábica, assim como a expusemos.) Ao lado das regras que prevêem a ocorrência de umas ou outras, as gramáticas, por sua vez, costumam apresentar muitas exceções, mostrando que somente com o domínio da língua, talvez, se pode granjear mais segurança nes-

se particular. (Ver, a título de exemplificação, Almeida 1983: pars. 454-475.) Outras abordagens do fenômeno, entretanto, são possíveis, conseguindo generalizações que igualmente propiciam tal segurança. É o caso, por exemplo, dos estudos de W.S.Allen (que propõe um tratamento em termos motores da prosódia latina), cujos ensinamentos, entretanto, não seguimos aqui totalmente, embora tenhamos aproveitado vários conceitos expostos por aquele autor no seu Accent and Rhythm, cuja indicação bibliográfica se encontra ao final deste trabalho.

(4) Vide nota 3.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABERCROMBIE, D. (1967) Elements of General Phonetics. Edinburgh, E.U.P.
- ALLEN, W.S. (1973) Accent and Rhythm: Prosodic Features of Latin and Greek: A Study in Theory and Reconstruction. Cambridge, C.U.P.
- . (1989) Vox Latina: A Guide to the Pronunciation of Classical Latin. 2nd ed. (1st ed. 1965). Cambridge, C.U.P.
- ALMEIDA, N.M. de (1983) Gramática Latina: Curso Único e Completo. 19ª ed. São Paulo, Saraiva.
- CAGLIARI, L.C. (1981) Elementos de Fonética do Português Brasileiro (Tese de Livre-Docência). Campinas, UNICAMP/IEL.
- DUBOIS, J. et al. (1978) Dicionário de Linguística. São Paulo, Cultrix.
- FARIA, E. (1970) Fonética Histórica do Latim. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- GARDE, P. (1968) L'Accent. Paris, P.U.F.
- JANSON, T. (1977) 'Latin Vowel Reduction and the Reality of Phonological Rules': Studia Linguistica XXXI, I, 1-17.
- LINDSAY, W.M. (1937) A Short Historical Latin Grammar. 2nd ed. Oxford, Clarendon Press.

* * * *

OS CAPÍTULOS GRAMATICAIS DA *INSTITUTIO ORATORIA* DE QUINTILIANO ¹

Marcos A. PEREIRA (P.G. - Universidade de São Paulo)

Embora seja longa a tradição de estudos clássicos e gramaticais entre nós, são poucos os trabalhos que apresentam atualmente uma análise específica do pensamento legado pelos antigos sobre a linguagem. Na verdade, nem mesmo as várias publicações existentes em português que tratam da história do pensamento lingüístico costumam dedicar muito espaço à chamada Antigüidade Clássica². No que diz respeito, especificamente, ao tratamento dado pelos romanos a questões lingüísticas, a tônica dos trabalhos existentes, com raras exceções, costuma ser a de considerá-los meros reprodutores daquilo que os gregos pensaram e disseram sobre a linguagem³.

Em sua *História da Lingüística* (cuja primeira edição, publicada em inglês, data de 1962), Mattoso Câmara aponta sete maneiras de estudar a linguagem numa comunidade humana que, de acordo com seu enfoque, poderiam ser chamadas “o Estudo do Certo e Errado”, “o Estudo da Língua Estrangeira”, “o Estudo Filológico da Linguagem”, “o Estudo Lógico da Linguagem”, “o Estudo Biológico da Linguagem”, “o Estudo Histórico da Linguagem” e “o Estudo Descritivo da Linguagem”. As três primeiras abordagens do fenômeno lingüístico fariam parte do que o autor chama “Pré-Lingüística”, pois se fundam elas menos sobre a própria linguagem que sobre a busca de adequação de um dado sistema lingüístico àquele que seria seu “objetivo primeiro”, a comunicação entre os homens, bem como sobre o estudo das culturas e literaturas expressas em tal sistema. Em seguida, viriam as abordagens “paralingüísticas”, que estariam ainda interessadas num certo uso da linguagem, qual seja o “filosófico” (ou “lógico”), e nos fundamentos biológicos de seu uso pela espécie humana. A “Lingüística propriamente dita” só teria início com as investigações de caráter histórico sobre a linguagem, no século passado, em que se buscou compreender a origem e a evolução dos sistemas lingüísticos empregados no mundo, e com as de caráter descritivo, em que se procurou mostrar seu funcionamento num dado momento e espaço, sem referência a seu processo evolutivo.

Na Antigüidade, teriam prevalecido os estudos “do Certo e Errado”, “Filológico” e “Filosófico”, sendo que na Índia, particularmente, os dois primeiros parecem ter-se desenvolvido bastante, com a intenção precípua de preservar, tanto quanto possível, a estrutura dos textos sagrados (*Vedas*, *Upanixades*). Graças, ao menos em parte, a trabalhos como os do gramático Panini (séc. IVaC), por exemplo, é que eles puderam chegar até os dias atuais, dando a conhecer a

*Trabalho apresentado
no 2.º Ce/Sul (cf. doc. anexa)*

língua em que foram produzidos, o sânscrito, cuja “descoberta”, por eruditos do século XVIII, teria tamanha importância no posterior desenvolvimento da Linguística como ciência. Na Grécia, desenvolveram-se tanto os estudos “filológicos”, no trabalho de edição e exegese das obras divulgadas a princípio oralmente, de geração a geração, como as de Homero, quanto os estudos “filosóficos” sobre a linguagem. Nesse pormenor, interessaram-se os gregos, basicamente, por saber se a linguagem era fruto de uma espécie de convenção entre os homens ou estava necessariamente ligada às coisas das quais se pode falar através dela, bem como pela categorização gramatical e pela etimologia (entendida então como a busca do “verdadeiro significado” veiculado pelas palavras).

Ainda segundo Mattoso Câmara (1983), os estudos de linguagem realizados no período clássico pelos autores latinos estiveram, por sua vez, mais centrados no que ele denomina “Estudo do Certo e Errado”, motivados pela preocupação dos romanos com a implantação do latim nas suas colônias. Assim, se em sua investigação sobre a natureza e a origem da linguagem os gregos foram primeiro filósofos, os romanos teriam sido, desde muito cedo, gramáticos, emprestando daqueles as categorias desde então utilizadas na descrição e análise das línguas. Pondo de parte as especificidades da reflexão romana sobre a linguagem, incorre-se também aí no preconceito de considerar que o trabalho dos autores latinos consistiu num simples decalque daquele realizado pelos gregos. É na tentativa e com o ensejo de contribuir para uma reavaliação do trabalho desenvolvido pelos romanos sobre a linguagem que optamos por traduzir um texto não muito conhecido ou divulgado, mas de não pequena importância quando de seu surgimento e mesmo para épocas posteriores: os capítulos referentes à gramática presentes na *Institutio Oratoria* (*A Educação Oratória*) de Marco Fábio Quintiliano (30?-96?dC), geralmente levado em conta, como sói acontecer à grande maioria dos autores latinos, apenas por questões que dizem respeito mais à Literatura ou à Retórica.

A importância de Quintiliano, não apenas para seu tempo como para a história cultural do Ocidente, é unanimemente reconhecida⁴. Advogado e mestre de Tácito e Plínio o Jovem, defensor de uma oratória livre do que considerava a “corrupção da eloquência”, representada pelo estilo de autores como Sêneca, por exemplo, Quintiliano apregoa a velha fórmula de Catão na apresentação do seu método: o bom orador é, antes de mais nada, “um homem de bem, experimentado na arte de discursar” (*uir bonus dicendi peritus*), a serviço de sua pátria e do direito. No primeiro livro da *Institutio*, considerado verdadeiro tratado pedagógico (cf. Paratore, 1987: 700), o autor procura justamente delinear a figura desse orador, cuja formação na antiga Roma principiava muito cedo. Fala, nos capítulos 4-9, do papel do gramático, aquele que, tendo já a criança dominado os

princípios da leitura e da escrita, iria guiá-la no conhecimento da língua dos autores que constituíam o patrimônio cultural da época⁵. Ao mesmo tempo que a discute, Quintiliano faz então uma apresentação da gramática latina, na qual trata questões relativas aos diferentes níveis da análise gramatical, passando pela etimologia, pela controvérsia entre analogistas e anomalistas, e por considerações sobre o valor da leitura e os métodos de ensino então em voga.

Referido à Antigüidade, o termo *gramático*, de origem grega, recobre, como se depreende da leitura do texto de Quintiliano, um sentido não de todo coincidente com o que lhe é atribuído hoje. Era apenas uma das funções do *grammaticus* ministrar conhecimentos relativos ao “bom” uso da linguagem; entendido como o uso que dela faziam os poetas, oradores e historiadores; aqueles que, em suma, haviam empregado a língua de forma especialmente elaborada com objetivos também e principalmente de ordem estética. Sobretudo por isso, os escritores passaram a ser tomados como modelos, donde a necessidade de imitá-los. Resta examinar em que se fundava - para o orador, no caso -, tal necessidade de “imitar” os escritores no uso que faziam da língua.

Como informa Kennedy (1962: 145),

o bom orador, como ideal de vida humana, pode não se mostrar imediatamente simpático aos olhos dos leitores modernos, mas precisamos nos dar conta de que a palavra pronunciada significou para a Antigüidade muito do que a razão significou para o século dezoito, de que ela envolvia tanto o poder do pensamento humano e a posição do homem na sociedade, como envolvia, ademais, criatividade e poder pessoal.

Noutros termos, o discurso - artisticamente elaborado - possuía uma importância considerável dentro da vida do homem culto e do homem de Estado. Ora, quem, senão os poetas e escritores em geral, eram então os responsáveis pela construção de um discurso que mobilizasse de tal modo a linguagem para *ensinar-comover-deleitar* (a conhecida tríade horaciana); para *encantar*, enfim? E o orador devia, justamente, encantar - para *persuadir* - no seu uso da linguagem, que devia primar, portanto, por aquelas qualidades inerentes ao texto artístico. Seu trabalho era de fato uma *arte*, dominada por regras que constituíam o corpo daquilo que se chamou um dia Retórica, entendida não apenas como a “arte de bem falar”, mas antes como o conjunto de normas que governava o uso da linguagem pelo orador.

Nesse contexto deve ser compreendida a gramática na Antigüidade: ela era a primeira das chamadas *artes liberais* e aquela disciplina sem a qual não se podia, pelas razões referidas, fazer o orador, o qual devia, antes mesmo de saber discursar, mobilizando todos os recursos expressivos da

língua para convencer, como era seu papel, conhecer esse instrumento. E só se podia conhecer a língua, então, naqueles textos em que ela se atualizava melhor. Cabia, portanto, ao gramático, encarregado do ensino da disciplina gramatical, tornar o futuro orador capaz de empregar a língua de modo apropriado a partir daqueles textos onde ela melhor se realizava, cuja explicação também era sua incumbência. Não cabe exigir dos antigos uma preocupação com a língua falada do cotidiano, muito simplesmente porque ela não possuía estatuto de língua literária. Por isso mesmo, não era a ela que cabia figurar nos discursos, e não é dela que tratou a gramática antiga (cf. a respeito tb. Versteegh, 1986).

É como auxiliar, portanto, aos estudos retóricos que essa gramática deve ser encarada. Sua independência como disciplina que visava à “descrição” ou antes à sistematização, autônomas, de fenômenos de linguagem, só pôde ser posterior às investigações realizadas pelos gregos vários séculos antes de nossa era - os quais, por necessidades ditadas pela situação helenística, transformaram a gramática em disciplina normativa (cf. Neves, 1987) -, bem como ao serviço por ela prestado à retórica, que tamanha importância teve em Roma (cf. Mattos e Silva, 1989: 19s). E é exatamente assim que ela figura no trabalho de Quintiliano, que, de resto, não é apenas um tratado de retórica, mas sobretudo pedagógico. De fato, é a figura do educador que ressalta no primeiro livro da *Institutio Oratoria*, onde o autor descreve a educação daquele que se desejava fazer orador, para quem o estudo sério da gramática, como disciplina que devia conduzir ao conhecimento da língua dos escritores, era imprescindível.

Nos capítulos 4-9 do livro I da *Institutio*, Quintiliano se dirige aos *grammatici*, “aconselhando”, como diz, “aqueles que vão ensinar” (*Instit. Orat.* I, 4, 17). E qual é, em resumo, o conteúdo de tal “aconselhamento”? Quintiliano procura, em primeiro lugar, defender o ensino/estudo sério da gramática como meio necessário tanto para uma inteligência e uma fruição válidas das obras clássicas das literaturas grega e latina, quanto para a própria formação do orador⁶. Em segundo, discutir o papel do gramático e de sua disciplina, passando em revista os tradicionais níveis gramaticais encontráveis nos “tratados” da época, apontando falhas em determinados pontos, propondo soluções em outros, centrando-se no efetivo *uso* da língua pelos grandes autores.

O trabalho de Quintiliano representa uma tentativa de reafirmar a importância da disciplina gramatical, tendo em vista a formação do orador, interesse central da *Institutio*. Ao que parece, a obra surge num momento de crise na história da gramática em Roma, certamente devida, ainda que apenas em parte, ao trabalho mal exercido por alguns *grammatici*. Lembrem-se, a título de exemplo, as críticas de Sêneca, Juvenal e Aulo Gélcio, que apontam para um declínio no prestígio daqueles

profissionais, que sempre o procuraram extrair do conhecimento da tradição que se esforçavam por passar adiante (cf. Kaster, 1986). Ao mesmo tempo, depreende-se de textos como a *Institutio* um esforço de procurar na língua/linguagem aquilo que a definisse, que por assim dizer explicitasse sua natureza/seu funcionamento: a língua devia ser lógica como o pensamento, ou ao menos possuir uma lógica que não fugisse àquela que se supunha governá-lo. Daí a busca de regularidades, pelo que foram grandemente responsáveis os filósofos da escola estóica, a qual posteriormente se transformaria, como se sabe, numa exposição de “regras” (*regulae*) que pretendiam não apenas “descrever” o que se passava com as línguas, mas também o modo como elas deveriam ser empregadas. Condenar, aqui, o caminho trilhado pela antiga disciplina gramatical significa exigir dos antigos gramáticos uma visão de linguagem em tudo semelhante àquela que apenas recentemente viemos a possuir, o que constitui evidente contrasenso e uma prova de como nossa visão de seus trabalhos também está contaminada por preconceitos.

Em resumo, ressalta da exposição de Quintiliano um senso de conveniência, de aplicabilidade do conhecimento e, acima de tudo, de respeito tanto pelo educando quanto pelo trabalho de seu educador. Poder-se-ia, talvez, resumir com suas próprias palavras sua visão do ensino/estudo da gramática, eivado, à época, de elementos por assim dizer nem sempre indispensáveis e, muitas vezes, é verdade, colocado nas mãos de profissionais nem sempre zelosos de seu *métier*⁷. Se, por um lado, como afirma o autor, “[...] não [...] parece deselegante que se diga ser uma coisa falar latim, outra falar gramatiquês” (*Instit. Orat.* I, 6, 27), também é verdade que “[...] nada do que diz respeito à gramática será nocivo, senão aquilo que é inútil” (*Instit. Orat.* I, 7, 34). E mais: “Tais matérias não constituem embaraço aos que passam por elas, mas aos que se detêm nelas” (*Instit. Orat.* I, 7, 35). “Por isso, contarei entre as virtudes de um gramático o desconhecimento de algumas coisas” (*Instit. Orat.* I, 8, 21).

A obra de Quintiliano não foi, entretanto, um trabalho isolado produzido pela erudição de sua época, tendo mesmo vindo a servir de modelo de pedagogia escolar tanto no que diz respeito ao *como* quanto no que diz respeito ao *quê* ensinar. Em Quintiliano, de fato, se buscou um paradigma na elaboração de programas educacionais especialmente a partir do Renascimento (cf. Carpeaux & Neves, 1983: 9528; Kennedy, 1962: 142), quando não apenas os estudos clássicos floresceram, mas também o interesse pelas novas línguas da Europa, bem como pelo seu ensino.

A concepção de língua e de gramática com a qual lidamos, e da qual somos herdeiros (a história gramatical do Ocidente, como é sabido, assenta sobre os estudos do período clássico, assim grego como latino), principiou, é verdade, por considerar os fenômenos lingüísticos a partir de uma

língua até certo ponto “artificial” e marcada pela escrita (cf. Lyons, 1979: 9); mais precisamente, a língua daqueles autores, especialmente os poetas clássicos, que legaram à posteridade monumentos de grande valor artístico, tomados por isso mesmo como modelos. Em seu conjunto, foram esses estudos, iniciados pelos gregos como uma reflexão sobre a natureza da linguagem, que passaram à posteridade, embora bastante modificados - em grande parte por obra de autores latinos - como a busca do estabelecimento de uma *norma*, que visava ao mesmo tempo sobrepujar outras tantas normas possíveis e fixar um modelo, abstrato, que a elas pudesse servir de referência, procurando escapar às mudanças operadas pelo tempo sobre as línguas, com todas as conseqüências daí decorrentes.

A *Institutio Oratoria* de Quintiliano, sem ter por meta constituir propriamente um tratado gramatical, tira sua importância exatamente do fato de documentar essa tradição de estudos gramaticais em seus inícios, possibilitando-nos, assim, o contato com o que por primeiro se produziu no Ocidente, em língua latina, sobre doutrinas gramaticais, raiz de toda a reflexão posterior sobre língua e linguagem⁸.

NOTAS

¹ Este trabalho, que tem por único objetivo apresentar um breve comentário acerca dos capítulos gramaticais presentes no primeiro livro da *Institutio Oratoria* de Quintiliano, constitui uma versão resumida de minha dissertação de Mestrado, defendida em abril de 1997 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² Lyons (1979) e Mattoso Câmara (1983), referidos aqui, dedicam espaço à Antigüidade Clássica em seus manuais, fornecendo muitas informações valiosas. No entanto, das várias “Histórias da Linguística” por nós conhecidas, apenas Robins (1983) inclui um estudo mais aprofundado da reflexão antiga sobre a linguagem. Conferir também, sobre o tema, Della Casa (1987: 41-91).

³ Tal é o caso, especialmente, de obras como a de Mounin (1970¹: 95), que afirma textualmente: “Roma merece um capítulo numa história da linguística (...) bem menos por ter produzido que por haver transmitido”.

⁴ Cousin (1975: XCIV), cuja edição do texto de Quintiliano seguimos no trabalho, considera-o mesmo “um dos mestres das formas de expressão do pensamento ocidental e o ‘instituidor’ da retórica universal”.

⁵ Sobre a educação na Antigüidade Greco-Romana, conferir o conhecido trabalho de Marrou (1955). Rocha Pereira (1984) trata especificamente da antiga educação romana.

⁶ Não é de outra coisa, senão da formação do orador (veja-se o próprio título da obra de Quintiliano), que se trata na *Institutio*. O trabalho do antigo *grammaticus*, ensinar a língua literária e explicar os poetas clássicos, estava situado antes daquele a ser realizado pelo *rhetor*, a quem o jovem romano era confiado quando já dominasse perfeitamente a língua culta.

⁷ Carcopino (1990), por exemplo, faz uma avaliação negativa do trabalho desenvolvido pelos *grammatici* da antiga Roma. Mas foi muito cedo que eles tiveram seus detratores, como Sêneca e Juvenal, à época de Quintiliano; depois, o próprio Erasmo, já no século XVI.

⁸ Essa é, de fato, a história da gramática, tradicionalmente considerada, com seu caráter eminentemente escolar e todos os problemas, por demais conhecidos, que ela apresenta. O que se procura mostrar, aqui, é sua natureza e a razão de sua valorização na Antiguidade Clássica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARCOPINO, J. (1990) *Roma no apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro.
- CARPEAUX, O.M. & NEVES, M.C.B. (1983) Quintiliano. In: *Enciclopédia Mirador Internacional*. Vol. 10. São Paulo/Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil.
- COUSIN, J. [ed.] (1975) *Quintilien: Institution Oratoire*. Tomo I/Vol. I. Paris: Belles Lettres.
- DELLA CASA, A. (1987) La Grammatica. In: AA.VV. *Introduzione allo studio della cultura classica*. Vol. II. Milão: Marzorati.
- KASTER, R.A. (1986) Islands in the stream: the grammarians of late antiquity. In: *Historiographia Linguistica* XIII(2/3): 323-342.
- KENNEDY, G.A. (1962) An estimate of Quintilian. In: *American Journal of Philology* 83(2): 130-146.
- LYONS, J. (1979) *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo: Nacional/Edusp.
- MARROU, H.-I. (1955) *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*. 3.^a ed. Paris: Éditions du Seuil.
- MATTOS E SILVA, R.V. (1989) *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1983) *História da Linguística*. 3.^a ed. Petrópolis: Vozes.
- MOUNIN, G. (1970¹) *História da Linguística*. Porto: Edições Despertar.
- NEVES, M.H.M. (1987) *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB.
- PARATORE, E. (1987) *História da Literatura Latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROBINS, R.H. (1983) *Pequena História da Linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- ROCHA PEREIRA, M.H. (1984) *Estudos de História da Cultura Clássica*. Vol. II: Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VERSTEEGH, K. (1986) Latinitas, Hellenismos, 'Arabiyya. In: *Historiographia Linguistica* XIII(2/3): 425-448.

CURRICULUM VITAE
MARCOS AURELIO PEREIRA

CURRICULUM VITAE

MARCOS AURELIO PEREIRA

30 anos

☎ (019) 235 26 87 (próprio)

Solteiro

(019) 232 08 03 (recados)

Rua Dr. Falcão Filho, 103 apto. 112 - Centro - 13020-160 Campinas, SP

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Mestre em Letras Clássicas (Língua e Literatura Latina)

Universidade de São Paulo (USP) - Abril de 1997

Título da Dissertação: "*De officio grammatici*: os capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria* de Quintiliano e o papel do mestre de gramática"

- Licenciado em Letras (Língua e Literaturas de Língua Portuguesa)

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Janeiro de 1990

Reg. MEC Nº 145.650-LP

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Docência

- Professor de Língua Latina da Faculdade de Letras da Universidade Paulista-UNIP, campus de Campinas (SP), desde fevereiro/1996
- Professor de Língua Latina da Faculdade de Ciências e Letras da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista (SP), desde fevereiro/1996
- Professor de Língua e Literatura Latina da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade São Francisco, campus de Itatiba (SP), desde fevereiro/1994
- Professor efetivo concursado de Língua Portuguesa da rede municipal de ensino de Campinas (SP), junto à Escola Municipal de Primeiro Grau "Prof. Benevenuto de Figueiredo Torres", de agosto/1991 a julho/1996
- Professor de Gramática do Curso e Colégio OBJETIVO, unidades de Mogi-Guaçu e Mogi-Mirim (SP), de março/1993 a dezembro/1995

Monitorias

- Monitor do curso de Língua Russa, junto ao Departamento de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, em 1988 e 1989

Aprovações em concursos de provas e títulos

- para provimento de cargos de Professor de Nível Superior realizado pela Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN) em 1996
- para provimento de cargos de Professor III-Português, em 5º lugar na DRE-Campinas, conforme publicação no D.O.E. de 06/05/94 e homologação publicada no D.O.E. de 10/05/94
- para provimento de cargo de professor de Língua e Literatura Latina realizado pelo Centro de Ciências Humanas e Artes da Universidade Federal de Uberlândia (MG) de 11 a 13/08/93, e nomeado para o cargo através da Portaria Nº 1039, de 30/08/93, publicada no D.O.U. de 08/09/93

Participações em eventos com apresentação de trabalhos

- Apresentação, no dia 10/06/97, da palestra “A *Institutio Oratoria* de Quintiliano e os estudos gramaticais na Antigüidade” na XI Semana de Estudos de Letras (“Linguagens e Ensino”), realizada na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade São Francisco, campus de Itatiba (SP), de 9 a 13/06/97
- Apresentação do trabalho “Os capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria* de Quintiliano” no 2º Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul (CelSul), realizado em Florianópolis, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina, de 10 a 12/04/97
- Apresentação do trabalho “A epístola a Luceio (*Fam. V*, 12): esboço de uma reflexão sobre a natureza da História a partir de Cícero” no 1º Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul (CelSul), realizado em Florianópolis, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina, de 13 a 14/11/95

Participações em eventos sem apresentação de trabalhos

- XLIV Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos (GEL) do Estado de São Paulo, realizado de 23 a 25/05/96 no campus da UNITAU/Universidade de Taubaté (SP)
- XLIII Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos (GEL) do Estado de São Paulo, realizado de 25 a 27/05/95 no campus da UNAERP/Universidade de Ribeirão Preto (SP)
- Banca de correção da prova de Língua Estrangeira (Inglês) do Vestibular Nacional da UNICAMP, de 17 a 31/01/94 e de 16 a 28/02/96
- Banca de correção da prova de Redação do Vestibular Nacional da UNICAMP, de 29/11 a 14/12/93
- Grupo de trabalho "Teorias e Métodos da Lingüística Histórica Contemporânea Aplicada ao Português", no IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, de 6 a 10/08/90
- II Semana de Estudos de Letras e Lingüística, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, de 27 a 31/05/85

Outros cursos realizados

- Curso de introdução à filosofia do programa LOGO ("O computador como instrumento pedagógico-I"), ministrado pela Escola de Extensão da UNICAMP, em convênio com a Secretaria de Educação do Município de Campinas (SP), na Faculdade de Educação da UNICAMP, de 23/08 a 04/10/95
- Curso sobre História da Gramática Latina (séculos XVI a XVIII), ministrado pelo professor Bernard Colombat (Grenoble, França) no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP de 01 a 24/08/95
- Cursos sobre correção da prova de Língua Estrangeira (Inglês) do Vestibular UNICAMP, ministrados pela Coordenação Acadêmica da Comissão Permanente para os Vestibulares da UNICAMP, com a carga de 44 horas, de 21/11/93 a 19/01/94, e de 05 a 25/11/95
- Cursos sobre correção da prova de Redação do Vestibular UNICAMP, ministrados pela Coordenação Acadêmica da Comissão Permanente para os Vestibulares da UNICAMP, com a carga de 36 horas, de 07/10 a 14/11/92, e de 02/10 a 06/11/93

Idiomas

- Conhecimento, com diferentes graus de domínio e/ou fluência, dos idiomas *inglês, francês, espanhol, italiano, latim, grego e russo*

Informática

- Familiaridade com o programa *WordPerfect 6.0 for Windows* e experiência com o programa *LOGO(WRITER)*

Publicações [artigos em periódicos científicos]

- "Os capítulos gramaticais da *Institutio Oratoria* de Quintiliano". In: *Anais do 2º Encontro do CelSul* (a sair), Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, 1999)
- "*Quid ratio possit?* Considerações sobre o papel do irracional na *Fedra* de Sêneca". In: *Letras Clássicas*, Nº 1, pp. 59-76, revista do Curso de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (São Paulo, 1997)
- "A epístola a Luceio (*Fam.* V,12): esboço de uma reflexão sobre a natureza da História a partir de Cícero". In: *Anais do 1º Encontro do CelSul*, Vol. 2, pp.844-853, Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, 1997)
- "*Imortalidade da alma ou ressurreição do corpo?* Considerações acerca do paralelismo entre a filosofia de Sêneca e a Escatologia cristã". In: *Horizontes*, Nº 13, Vol. 2, pp.31-58, revista da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade São Francisco (Bragança Paulista, 1995)
- "*Ninguém me ofende impunemente*: uma leitura de Edgar Allan Poe". In: *Demônio Mudo*, Nº 1, pp.31-34, revista do Centro Acadêmico de Lingüística e Literatura do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP (Campinas, 1990)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Rua do Lago, 717 - C.P. 8.105 - CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo
CCC: 63.025.530/0016-90

1ª VIA

Guia Nº 7166

RECEITAS CORRENTES - RECEITAS DIVERSAS

O Sr. (a) MARCOS AURELIO PEREIRA

Recolhe a esta Tesouraria a quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais)

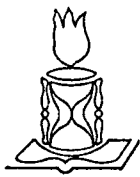
Origem: ADMINISTRAÇÃO

Referente: Taxa de Pós-Graduação

Obs: CH.110082

Recolhido à Reitoria
em...../...../.....
Guia RUSP nº

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo	de 1997
TESOURARIA	
☆ 17 SET. 1997 ☆	
RECEBIDO	



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

CERTIFICADO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

CERTIFICO, para os devidos fins que, aos **24 de abril de 1997**, no(a) **Sala de Reuniões** desta Faculdade, realizou-se a Defesa da Dissertação de Mestrado do(a) Sr(a). **Marcos Aurélio Pereira**, intitulada: "**DE OFFICIO GRAMMATICI Os Capítulos gramaticais da Institutio Oratoria de Quintiliano e o papel do mestre de gramática**", apresentada para a obtenção do Título de MESTRE em **LETRAS: Letras Clássicas**.

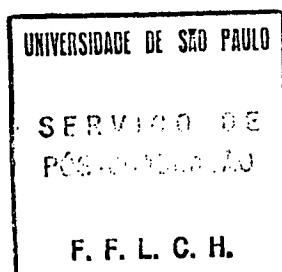
Terminadas as arguições, que se desenvolveram nos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo atribuído ao(à) candidato(a) as seguintes notas:

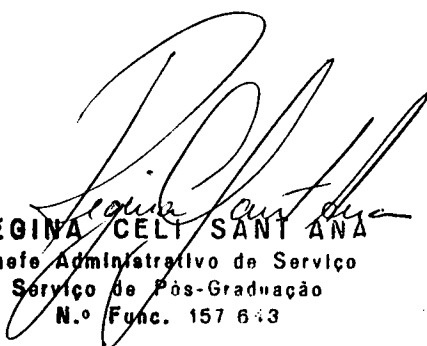
Prof(a) Dr(a). Rodolfo Ilari	Nota: 10,0
Prof(a) Dr(a). Ataliba Teixeira de Castilho	Nota: 10,0
Prof(a) Dr(a). Antonio da Silveira Mendonça (orientador)	Nota: 10,0

A média obtida pelo(a) candidato(a) na Defesa de sua Dissertação foi de **10,0 (dez inteiros)**.

À vista deste resultado, o(a) Sr(a). **Marcos Aurélio Pereira** foi APROVADO(A) "**Com Distinção e Louvor**".

Serviço de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aos **25 de abril de 1997**.




REGINA CELI SANTANA
Chefe Administrativo de Serviço
Serviço de Pós-Graduação
N.º Func. 157 643

HISTÓRICO ESCOLAR

Interessado: MARCOS AURÉLIO PEREIRA
Departamento: Letras Clássicas e Vernáculas
Área: Letras Clássicas
Nível: Mestrado
Orientador: Prof(a). Dr(a). Antonio da Silveira Mendonça
Ano de Ingresso: 1990 (02.03.90)
Mestrado Obtido em: -.-.-.-
Título de Mestre Reconhecido pela FFLCH/USP em -.-.-.-
Proficiência em Línguas: Inglês (27.09.91)
Data do Exame Geral de Qualificação: 22.02.95 Nível Obtido: "A"

Código	Disciplina(s)	Sem/ano	Freq.(%)	Nível	Crédito
FLC873	Língua Latina (Sintaxe e estilística das formas nominais do verbo em latim, na comédia (Plauto e Terêncio) e na prosa e poesia clássicas (Cícero, Salustio e Vergílio)	1º/90	100%	B	06
FLC715	Língua Portuguesa (Prosa Arcaica do Período Trovadoresco)	2º/90	100%	A	06
FLC892	Literatura Latina. A Epistolografia de Sêneca	1º/91	100%	A	06
FLC874	Literatura Latina (A Construção da Tragédia de Sêneca)	1º/92	100%	A	06
FLC869	Literatura Latina: Historiografia (Salústio)	2º/92	83%	A	06
LL013	Introdução à Sintaxe	1º/91	100%	T	03
LL132	Linguística Histórica (Créditos transferidos por disciplinas cursadas na UNICAMP) -.-.-.-.-	1º/92	100%	T	03

OBS.: Cada Unidade de Crédito corresponde a 12 horas/aula.

Código	Disciplina(s)	Sem/ano	Freq.(%)	Nível	Créditos

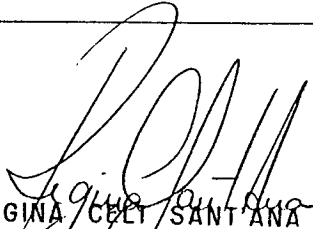
Atividades Programadas	Sem/ano	Horas/aula	Créditos
Levantamento de material bibliográfico para estudo e pesquisa, dentro e fora da USP, leituras e fichamentos, traduções e versões -----	1º/90 a 2º/92	---	210

Convenções: A= Excelente, B= Bom, C= Regular, D= Insuficiente (sem direito a crédito) I= Incompleto, E= Reprovado (sem direito a crédito), J= Abandono Justificado, T= Transferência.			
Créditos mínimos exigidos:	MESTRADO Disciplinas: 30 Ativ. Programadas: 60	DOUTORADO DIRETO Disciplinas: 40 Ativ. Programadas: 100	DOUTORADO C/MESTRADO Disciplinas: 10 Ativ. Programadas: 40

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 /mafs.
 SERVIÇO DE
 PÓS-GRADUAÇÃO

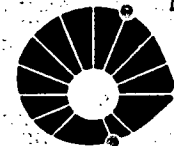
 F. F. L. C. H.

27 de setembro de 1995.


 REGINA CELY SANTANA
 Chefe Administrativo de Serviço
 Serviço de Pós-Graduação
 N.º Func. 157.643



DIPLOMA REGISTRADO SOB N.º 174081
NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, POR
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO E CULTURA.
CAMPINAS, 08 de janeiro de 1990



UNICAMP

IRINEU LUIZ DOS SANTOS
Secretário Geral

Universidade Estadual de Campinas

○ Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a conclusão do Curso de Letras, reconhecido pelo Decreto Federal n.º 81.812 de 23 de junho de 1978 e a Colação de Grau, realizada em 10 de janeiro de 1990, confere o título de
Licenciado em Letras a

Marcos Aurelio Pereira

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido a 24 de outubro de 1966, RG 17.827.383-SP

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Campinas, 10 de janeiro de 1990

Antonio Maggiani
Diretor Acadêmico

Antonio Mario Azevedo Sette
Pró-Reitor de Graduação

Diplomado

Paulo Renato Costa Souza
Reitor

Portuguese

Antonio Faggiani
Resp. p/ Diretoria Acadêmica-DAC



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Anotada a Apostila
Campinas, 08 de 06 de 1990
SERVIÇO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

MEC - Universidade Estadual de Campinas

Diploma registrado sub n.o 174081

Livro LET-10 fls. 74 por dois pagos

de competência do Ministério da Educação e

Cultura nos termos da Portaria MEC, DAU

n.o 71 77 de 25/10/1977. /Proc. n.º/1634/90

SRO, 08 / 06 / 90

1 MARIA LEONOR HOFFMANN DIAS

Assistente Técnico da Direção II

Visto:

MARIA HELENA GUIMARÃES

Director Técnico de Serviço II



HISTORICO ESCOLAR

NOME: MARCOS AURELIO PEREIRA

RG ACAD:850671 RG:17827383-SP

FILIAÇÃO: JOSE PEREIRA

MARIA BENEDITA PEREIRA

NACION. BRASILEIRA

NASCIDO A 24/10/66 EM SAO PAULO-SP

ESCOLA ANTERIOR: COL. DIVINO SALVADOR

EGRESSO EM DEZ/84

JUNDIAI-SP

CURSO: LETRAS

RECONHECIDO POR DECRETO FEDERAL DE 25/04/91

-INGRESSOU EM JAN/85 NA TURMA DE 1985 POR CONCURSO VESTIBULAR: FUVEST

-CONCLUIU O CURSO ACIMA EM 19/12/89 SEGUNDO O CURRICULO DE 1986

NA MODALIDADE G : BEL E LIC EM PORTUGUES-OPCAO INGLES

CURSO: LINGUISTICA

-INGRESSOU EM JAN/90 NA TURMA DE 1990 POR PARECER CFE N. 18/65

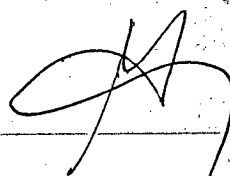
-O CURSO ACIMA FOI INTERROMPIDO APOS O SEG. SEMESTRE DE 1992

DEVIDO A CANCELAMENTO DA MATRICULA A PEDIDO DO ALUNO.

PERIODO	CODIGO	NOME DA DISCIPLINA	MEDIA	CH	CRD	SIT
1: SEM 85	EF103	EDUCACAO FISICA DESPORTIVA	---	30	1	3
	HL110	INTRODUCAO AOS ESTUDOS DA LINGUAGEM	8.5	60	4	4
	HL143	LATIM I	9.2	60	4	4
	LA107	PRAT. DE LEITURA E PRODUCAO DE TEXTOS I	9.0	60	4	4
	LA112	INGLES I	10.0	60	4	4
	LA115	RUSSO I	10.0	60	4	4
	PB102	ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS	8.0	30	2	4
	TL103	TEXTOS FUNDAMENTAIS DE FICCÃO	10.0	60	4	4
2: SEM 85	EF201	EDUCACAO FISICA DESPORTIVA	---	30	1	3
	HL210	FONETICA E FONOLOGIA I	9.0	60	4	4
	HL243	LATIM II	9.0	60	4	4
	LA207	PRATICA DE LEITURA E PROD. DE TEXTOS II	9.0	60	4	4
	LA212	INGLES II	10.0	60	4	4
	LA215	RUSSO II	10.0	60	4	4
	PB202	ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS	8.0	30	2	4
	TL203	TEXTOS FUNDAMENTAIS DE POESIA	8.5	60	4	4
1: SEM 86	----	TRANCAMENTO DE MATRICULA	---	--	-	-
2: SEM 86	----	TRANCAMENTO DE MATRICULA	---	--	-	-
1: SEM 87	EL200	ESTR.FUNC.ENS.1.E 2.GRAUS:EDUC.SOCIEDADE	9.5	60	4	4
	HL320	GRAMATICA I	8.5	60	4	4
	LA312	INGLES III	9.5	60	4	4
	TL300	LITERATURA: TEXTO E CONTEXTO	9.5	60	4	4
	TL307	LITERATURA PORTUGUESA I	8.5	60	4	4
	TL308	LITERATURA BRASILEIRA I	9.0	60	4	4

CONTINUA

CHANCELA E RUBRICA DA DIRETORIA ACADEMICA:



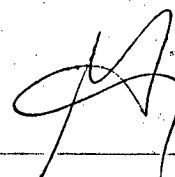
NOME: MARCOS AURELIO PEREIRA

RG ACAD:850671 RG:17827383-SP

PERIODO	CODIGO	NOME DA DISCIPLINA	MEDIA	CH	CRD	SIT
2: SEM 87	EL400	PSICOLOGIA EDUCACIONAL - APRENDIZAGEM	8.5	60	4	4
	HL420	GRAMATICA II	10.0	60	4	4
	HL470	ESTRUTURA DO PORTUGUES I	10.0	60	4	4
	LA412	INGLES IV	10.0	60	4	4
	TL407	LITERATURA PORTUGUESA II	7.0	60	4	4
	TL408	LITERATURA BRASILEIRA II	9.0	60	4	4
1: SEM 88	EL300	PSICOLOGIA EDUCACIONAL - ADOLESCENCIA	10.0	60	4	4
	HL560	VARIACAO LINGUISTICA	10.0	60	4	4
	HL570	ESTRUTURA DO PORTUGUES II	9.0	60	4	4
	TL500	TEORIA E ANALISE DA NARRATIVA	9.0	60	4	4
	TL507	LITERATURA PORTUGUESA III	10.0	60	4	4
	TL508	LITERATURA BRASILEIRA III	8.0	60	4	4
2: SEM 88	EL346	DIDATICA PARA O ENSINO DE PORTUGUES	8.0	60	4	4
	HL533	SEMANTICA I	9.0	60	4	4
	HL641	LINGUISTICA ROMANICA	9.5	60	4	4
	LA315	RUSSO III	9.0	60	4	4
	TL600	TEORIA E ANALISE DA POESIA	10.0	60	4	4
	TL607	LITERATURA PORTUGUESA IV	10.0	60	4	4
	TL608	LITERATURA BRASILEIRA IV	8.0	60	4	4
1: SEM 89	EL784	PRAT. ENS. PORT. EST. SUPERVISIONADO I	8.0	60	4	4
	HL343	LATIM III	10.0	30	2	4
	HL733	SEMANTICA II	9.5	30	2	4
	HL750	PSICOLINGUISTICA I	10.0	60	4	4
	LA415	RUSSO IV	9.5	60	4	4
	LA777	LING. APL. ENS. PORT.: LINGUA MATERNA I	10.0	60	4	4
	TL700	TEORIA LITERARIA	10.0	60	4	4
	TL708	LITERATURA BRASILEIRA V	8.0	60	4	4
2: SEM 89	EL894	PRAT. ENS. PORT. EST. SUPERVISIONADO II	10.0	60	4	4
	HL443	LATIM IV	10.0	30	2	4
	HL842	LINGUISTICA HISTORICA DO PORTUGUES	9.5	30	2	4
	HL870	ESTRUTURA DO PORTUGUES III	7.0	60	4	4
	LA113	FRANCES I	10.0	60	4	4
	LA515	RUSSO V	10.0	60	4	4
	TL808	CULTURA BRASILEIRA	9.0	60	4	4
1: SEM 90	HL310	FONETICA E FONOLOGIA II	10.0	60	4	4
	LA515	RUSSO VI	9.5	60	4	4
2: SEM 90	HG001	INTRODUCAO A LOGICA	9.0	60	4	4
	LA512	INGLES V	9.0	60	4	4
1: SEM 91	HL144	GREGO CLASSICO I	10.0	60	4	4

CONTINUA

CHANCELA E RUBRICA DA DIRETORIA ACADEMICA:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA ACADEMICA

PAG.3 DE 3
DATA DE EMISSAO:10/93/93

NOME: MARCOS AURELIO PEREIRA

RG ACAD:850671 RG:17827383-SP

PERIODO	CODIGO	NOME DA DISCIPLINA	MEDIA	CH	CRD	SIT
2: SEM 91	HL244	GREGO CLASSICO II	7.0	60	4	4
1: SEM 92	-----	TRANCAMENTO DE MATRICULA	---	--	-	-

CARGA HORARIA TOTAL COMPLETADA: 3480 HORAS/AULA, CORRESPONDENTES A 230 CREDITOS

CH = CARGA HORARIA
SIT 1 = DISPENSADO SEM CREDITO
SIT 3 = APROVADO POR FREQUENCIA
SIT 7 = APROVEITAMENTO DE ESTUDOS (ART 23, LEI 5540/68)

CRD = NUMERO DE CREDITOS
SIT 2 = EXAME DE PROFICIENCIA
SIT 4 = APROVADO POR MEDIA E FREQUENCIA

IMPORTANTE!! ESTE DOCUMENTO SO E VALIDO QUANDO PORTAR, EM CADA UMA DE SUAS
PAGINAS, RUBRICA E CHANCELA EM RELEVIO DA DIRETORIA ACADEMICA

CIDADE UNIVERSITARIA DEFEKIND VAZ, 10 DE MARCO DE 1993

DIRETORIA ACADEMICA
PROCESSAMENTO DE DADOS

MARCOS TOLOTO
Matr. 6485-8

CHANCELA:



CERTIFICADO DE MONITORIA I

exerceu atividade de Monitoria I na(s) disciplina(s) constante (s) no anverso, do Curso de Graduação LETRAS

com bom aproveitamento.

Campinas, SP., 24 de outubro de 1991

Pró-Reitor de Graduação

DISCIPLINA (S)

LA-215

LA-315

GRAU DE APROVEITAMENTO

EXCELENTE

EXCELENTE

PERÍODO

Ione Motta Braga

Ione Motta Braga

Ione Motta Braga

Ione Motta Braga

01/03/88 a 28/02/89

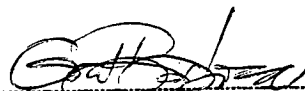
01/03/89 a 28/02/90

CERTIFICADO REGISTRADO NA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

SOB O N. 368 LIVRO I PAG. 13

EM 24 DE outubro DE 19 91



GRAZIELA V. BARBOZA

Secretária

Pró-Reitoria de Graduação



RST-002558

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Centro de Seleção e Movimentação de Pessoal
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

O DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ATRAVÉS DO CENTRO DE SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

CERTIFICA QUE **MARCOS AURELIO PEREIRA**

R.G. **00017827383 SP**

E INSCRIÇÃO, **11057919**, FOI APROVADO (A) NO CONCURSO PÚBLICO DE PROVA E TÍTULOS

PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE **PROFESSOR III** **PORTUGUES**

NOS TERMOS DAS INSTRUÇÕES ESPECIAIS S E N. 2/92, PUBLICADAS NO D.O.E. DE 24/04/92 COM

A NOTA, **73,00**, CLASSIFICANDO-SE EM **5**º LUGAR **DRE-CAMPINAS**

E EM **25**º LUGAR - NÍVEL DE ESTADO, CONFORME PUBLICAÇÃO NO D.O.E. DE **06/05/94**

E HOMOLOGAÇÃO, PUBLICADA NO D.O.E. DE **10/05/94**

SÃO PAULO, 26 DE 05 DE 1994

IONEZ MARIA BIONDO SÃO PEDRO - RG 2.324.411
DIRETOR TÉCNICO DE DIVISÃO

CONCEIÇÃO APARECIDA SILVA CASELLI - RG 2.757.442
DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO

PORTARIA CONJUNTA Nº 5, DE 20 DE JULHO DE 1993

OS REITORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E DA UNIFESP, resolvem:

Transferir, a pedido, GILSON BARROS KUMASAKI, Professor Auxiliar, Nível I, do Quadro Permanente de Pessoal da Universidade Federal de Uberlândia, para cargo de Igual denominação da Universidade Federal de São Paulo, em vaga decorrente da aposentadoria de Professora REGINA Maria Lamas Pegoraro Sponholtz.

NESTOR BARBOSA DE ANDRADE
Reitor da UFU
CARLOS ALBERTO FARACO
Reitor da UFPA

PORTARIAS DE 20 DE AGOSTO DE 1993

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 1025. Fica nomeado JULIO CESAR NEPOMUCENO para o cargo de Professor do grupo Magistério, na Classe de Assistente, Nível I, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com Dedicação Exclusiva, na vaga decorrente da exoneração de Gabriel Augusto Rodrigues Neto ocorrida em 13 de agosto de 1993.

Nº 1026. Fica exoneração, a pedido, a partir de 13 de agosto de 1993, do cargo efetivo de Professor Assistente I, do Departamento de Biociências, do Centro de Ciências Biológicas desta Universidade, o servidor GABRIEL AUGUSTO RODRIGUES NETO.

Nº 1027. Fica exoneração, a pedido, a partir de 30 de junho de 1993, do cargo efetivo de Professor Assistente I, do Departamento de Artes Plásticas, do Centro de Ciências Humanas e Artes desta Universidade, o servidor MAURICIO ANTONIO MACIEL.

NESTOR BARBOSA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 1.035, DE 26 DE AGOSTO DE 1992

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária a servidora VIRGINIA MARTINS ROCHA DINIZ BASTOS, matrícula 03713, cargo de professora Adjunta, Nível I, graduado - Dedicação Exclusiva, amparado pelo artigo 243 da Lei nº 8.112/79, com proventos integrais, bem como a vantagem pedagógica prevista na Resolução nº 02/92, do Conselho Diretor desta Universidade, Processo nº 23117.000151/93-33.

NESTOR BARBOSA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 1.039, DE 30 DE AGOSTO DE 1993

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições, resolve:

Fica nomeado CARLOS MAURICIO PEREIRA para o cargo de Professor do grupo Magistério, na Classe de Auxiliar, Nível I, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com Dedicação Exclusiva, na vaga decorrente da aposentadoria de Vicente Eustáquio de Almeida, ocorrida em 02 de abril de 1992.

NESTOR BARBOSA DE ANDRADE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PORTARIAS DE 7 DE JULHO DE 1993

Nº 473 - O Reitor Pro-Tempore da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Prof. Síndesi de Moura Pereira, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º - Nomear a servidora EUNICE LUIZA JOHNSON, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 2º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 3º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 4º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi

Nº 477 - O Reitor Pro-Tempore da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Prof. Síndesi de Moura Pereira, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º - Nomear a servidora EUNICE LUIZA JOHNSON, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 2º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 3º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi

SÍNDESI DE MOURA PEREIRA

PORTARIA Nº 497, DE 12 DE JULHO DE 1993

O Reitor Pro-Tempore da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Prof. Síndesi de Moura Pereira, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º - Nomear a servidora EUNICE LUIZA JOHNSON, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 2º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 3º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi

SÍNDESI DE MOURA PEREIRA

PORTARIA Nº 606, DE 13 DE AGOSTO DE 1993

O Reitor Pro-Tempore da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Prof. Síndesi de Moura Pereira, no uso de suas atribuições legais, resolve: Art. 1º - Nomear a servidora EUNICE LUIZA JOHNSON, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 2º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi Art. 3º - Nomear o servidor JOSE EVANDRO BASTOS DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Memo nº 094/93-PRAD, de 07.07.93, resolvi

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ATOS DE 31 DE AGOSTO DE 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições estatutárias e nos termos do Art. 3º, inciso I e Art. 10 da Lei 8.112 de 11.12.79, publicada no DOU de 12.12.90, resolve:

Nº 1.080 - Nomear DALMA BRAHNE PORTUGAL para o cargo de PROFESSOR ADJUNTO DE MS C I (01), do Quadro de Pessoal Permanente desta Fundação Universidade de Brasília, com lotação no Departamento de Teoria da Literatura e Literaturas, em vaga decorrente da aposentadoria de Irla Cohen Classe, ocorrida em 28.08.91.

Nº 1.081 - Nomear ROBERTO BRAZ VIANINI para o cargo de PROFESSOR AUXILIAR DE MS A I (01), do Quadro de Pessoal Permanente desta Fundação Universidade de Brasília, com lotação no Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas, em vaga decorrente da aposentadoria de Maria Auxiliadora R. Kneipp, ocorrida em 23.04.91.

ANTONIO IBARREZ RUIZ

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

PORTARIAS DE 25 DE AGOSTO DE 1993

O Diretor da Escola Paulista de Medicina, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Exonerar a pedido, a servidora MARCIA TOSCANO DA SILVA, Retorno, Classe C, Pa - II, a partir de 18.08.93.

Conceder aposentadoria a servidora MARIA APARECIDA DE LIMA, Técnico de Laboratório, Código 218, Nível Intermediário, Classe A, Padrão III, com base na alínea "a", do inciso III, do artigo 166 da Lei 8.112/79, combinado com a alínea "a", do inciso III, do artigo 40 da Constituição Federal.

MANUEL LOPES DOS SANTOS

PORTARIAS DE 26 DE AGOSTO DE 1993

O Diretor da Escola Paulista de Medicina, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Nomear em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado em 1993, de acordo com o artigo 9º, item I e artigo 16 de Lei 8.112/79, D.O.U. de 12.12.90.

Nomear em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado em 1993, de acordo com o artigo 9º, item I e artigo 16 de Lei 8.112/79, D.O.U. de 12.12.90.

Nomear em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado em 1993, de acordo com o artigo 9º, item I e artigo 16 de Lei 8.112/79, D.O.U. de 12.12.90.

Nomear em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado em 1993, de acordo com o artigo 9º, item I e artigo 16 de Lei 8.112/79, D.O.U. de 12.12.90.

Nomear em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado em 1993, de acordo com o artigo 9º, item I e artigo 16 de Lei 8.112/79, D.O.U. de 12.12.90.

Nomear em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado em 1993, de acordo com o artigo 9º, item I e artigo 16 de Lei 8.112/79, D.O.U. de 12.12.90.

Nomear em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado em 1993, de acordo com o artigo 9º, item I e artigo 16 de Lei 8.112/79, D.O.U. de 12.12.90.

Nomear em caráter efetivo, em virtude de habilitação em Concurso Público de Provas e Títulos, homologado em 1993, de acordo com o artigo 9º, item I e artigo 16 de Lei 8.112/79, D.O.U. de 12.12.90.



Universidade São Francisco

CÂMPUS DE BRAGANÇA PAULISTA - CÂMPUS DE ITATIBA - CÂMPUS DE SÃO PAULO

CERTIFICADO

Certifico que

PROF. Ms. Marcos Aurélio Pereira

Ministrou Palestra durante a XI Semana de Estudos de Letras: "Linguagens no Ensino", na Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade São Francisco, no dia 1o de junho de 1997, com o tema: "A Instituição Oratoria de Quintiliano e os Estudos Gramaticais na Antiguidade".

Itatiba, 16 de agosto de 1997.

PROFª DRª REGINA CLARE MONTEIRO
CHEFE DEP. DE LETRAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO



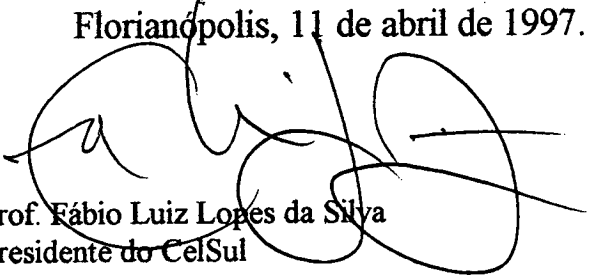
CELSUL
Circulo de Estudos
Linguísticos do Sul

II Encontro do Círculo de Estudos
Linguísticos do Sul

CERTIFICADO

Certificamos que **MARCO AURÉLIO PEREIRA** participou do II Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul - CelSul -, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, nos dias 10 e 11 de abril de 1997, apresentando a comunicação “ *Os Capítulos Gramaticais da Institutio Oratória de Quintiliano.* ”

Florianópolis, 11 de abril de 1997.


Prof. Fábio Luiz Lopes da Silva
Presidente do CelSul

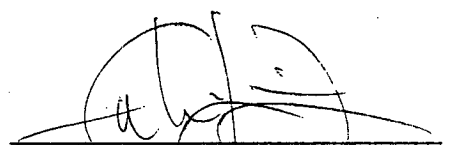


CELSUL

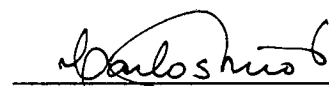
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO**

Certificamos que Marcos Aurélio Pereira apresentou a comunicação "A epístola a Luceio: esboço de uma reflexão sobre a natureza da história a partir de Cícero", durante o I Encontro do CelSul - Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul, no dia 13 de novembro de 1995, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de novembro de 1995



Fábio Luiz Lopes da Silva
Presidente *pró-tempore* do CelSul



Carlos Mioto
Vice-presidente
Coordenador do Pós-Graduação em Lingüística



Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo



UNIVERSIDADE
DE TAUBATÉ

Certificado

Certificamos que ***Marcos Aurelio Pereira*** participou do
XLIV Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo - GEL,
realizado na Universidade de Taubaté, SP, nos dias 23, 24 e 25 de maio de 1996.

Prof. Dr. Sírio Possenti
Presidente do GEL

Profª. Drª. Maria Resende San-Martin
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

fonética
fonologia
sintaxe
semântica
lexicologia
pragmática
discurso
psicolinguística
sociolinguística
neurolinguística
variação
etnolinguística
literatura
estilística
terminologia
tradução
lexicografia
semiologia

XLIII SEMINÁRIO DO

Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo

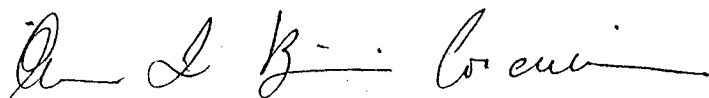
25, 26 e 27 de Maio de 1995

CERTIFICADO

Certificamos que MARCOS AURÉLIO PEREIRA

*participou do XLIII Seminário do Grupo de
Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo,
realizado de 25 a 27 de maio na Universidade
de Ribeirão Preto-SP.*

Ribeirão Preto, 27 de maio de 1995.



Profª Elmara Lúcia de Oliveira Bonini Corauci
Reitora da Universidade de Ribeirão Preto



Profº Geraldo Cintra
Presidente do GEL

Realização:



Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo



UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
Centro de Comunicação e Artes
Centro de Educação



Vestibular Nacional

CERTIFICADO

Certificamos que o(a) Sr(a), *MARCOS AURÉLIO PEREIRA*
participou, na qualidade de corretor, da correção da prova de Língua Estrangeira (Inglês) da segunda fase do
Vestibular Nacional da UNICAMP, entre os dias 17 a 31 de janeiro de 1994.

Campinas, S.P., 31 de janeiro de 1994.

Ap/ Carlos Lenz Cesar
Prof. Dr. Carlos Lenz Cesar
Coordenador Acadêmico

Jocimar Archangelo
Jocimar Archangelo
Coordenador Geral



COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES DA UNICAMP/COORDENAÇÃO ACADÊMICA

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que o professor *Marcos Aurélio Pereira* participou, de 16 à 28 fevereiro, da *Correção de Língua Estrangeira - Inglês do Vestibular Unicamp/96* promovido pela Coordenação Acadêmica da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp.

Campinas, 28 de fevereiro de 1996.


Profª Maria Bernadete Marques Abaurre
Coordenação Acadêmica



UNICAMP
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

Vestibular 94 Nacional

CERTIFICADO

Certificamos que o Sr(a) **MARCOS AURÉLIO PEREIRA**
participou da correção das Redações da primeira fase do Vestibular Nacional 94 da UNICAMP, entre os dias
29 de novembro a 14 de dezembro de 1993.

Campinas, S.P., 14 de dezembro de 1993.

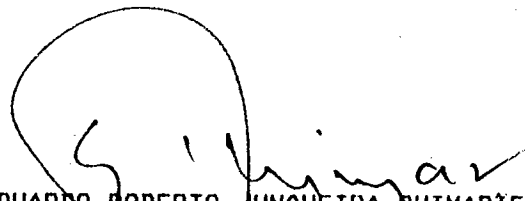
Carlos Lenz Cesar
Prof. Dr. Carlos Lenz Cesar
Coordenador Acadêmico

Jocimar Archangelo
Jocimar Archangelo
Coordenador Geral

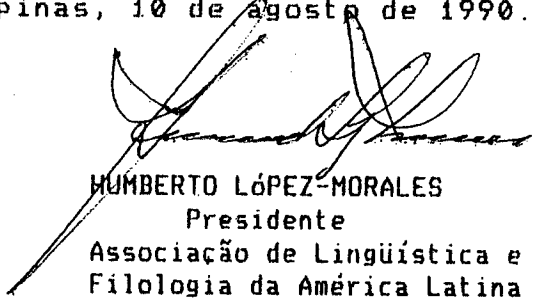
IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE
LINGUÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA

CERTIFICA-SE que MARCOS AURELIO PEREIRA participou do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas de 06 a 10 de agosto de 1990.

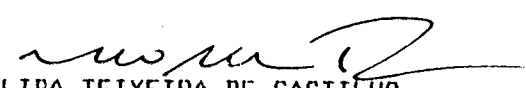
Campinas, 10 de agosto de 1990.



EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES
Diretor
Instituto de Estudos da Linguagem
UNICAMP



HUMBERTO LÓPEZ-MORALES
Presidente
Associação de Linguística e
Filologia da América Latina
ALFAL



ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO
Presidente
Comissão Organizadora

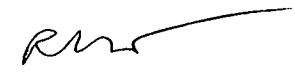


**IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE
LINGUÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA**

CERTIFICA-SE que **MARCOS AURELIO PEREIRA** participou do Grupo de Trabalho "Teorias e Metodos da Linguística Histórica Contemporânea Aplicada ao Português" durante o IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas de 06 a 10 de agosto de 1990.

Campinas, 10 de agosto de 1990.


EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES
Diretor
Instituto de Estudos da Linguagem
UNICAMP


p/ **ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO**
Presidente
Comissão Organizadora

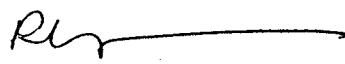
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

A T E S T A D O

ATESTAMOS para os devidos fins que Marcos Aurélio
Pereira participou da II SEMANA DE ESTUDOS
DE LETRAS E LINGÜÍSTICAS realizada no período de 27 a
31 de maio de 1985 no Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de Campinas.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
31 de maio de 1985


Prof. Dr. ~~Jesus Antonio~~ Durigan
Diretor

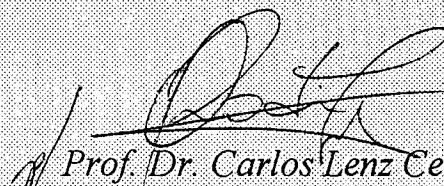

Prof. Dr. Rodolfo Ilari
Coordenador da Graduação



Vestibular 94 Nacional

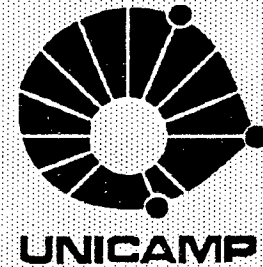
CERTIFICADO

Certificamos que o(a) Sr(a), **MARCOS AURÉLIO PEREIRA**, participou do curso de 44 horas sobre *Correção da Prova de Língua Estrangeira (Inglês) do Vestibular UNICAMP*, ministrado pela Coordenação Acadêmica da Comissão Permanente para os Vestibulares da UNICAMP, nos dias 21 e 22 de novembro, 18 e 19 de dezembro de 1993 e 18 e 19 de janeiro de 1994.


Prof. Dr. Carlos Lenz Cesar
Coordenador Acadêmico

Campinas, S.P., 20 de janeiro de 1994.


Jocimar Archangelo
Coordenador Geral



PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE PARA OS VESTIBULARES
COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Certificamos que o(a) professor(a) MARCOS AURÉLIO PEREIRA participou do curso de 36 horas sobre Correção de Redação do Vestibular UNICAMP, ministrado pela Coordenação Acadêmica da Comissão Permanente para os Vestibulares da UNICAMP, nos dias 07, 10, 17, 24 e 31 de outubro e 07 e 14 de novembro de 1992.

Campinas, SP, 14 de novembro de 1992.


Prof^ª Dr^ª Maria Bernadete Marques Abaurre
Coordenadora Acadêmica


Prof. Jocimar Archangelo
Coordenador Executivo



UNICAMP

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE
PARA OS VESTIBULARES

Vestibular Nacional
94

CERTIFICADO

Certificamos que o(a) professor(a) **MARCOS AURELIO PEREIRA**
participou do curso de 36 horas sobre *Correção de Redação do Vestibular UNICAMP*, ministrado pela
Coordenação Acadêmica da Comissão Permanente para os Vestibulares da UNICAMP, nos dias 30 de
setembro, 02, 09, 16, 23 e 30 de outubro e 06 de novembro de 1993.

Campinas, S.P., 13 de novembro de 1993.

Carlos Lenz Cesar
Prof. Dr. Carlos Lenz Cesar
Coordenador Acadêmico

Jocimar Archangelo
Jocimar Archangelo
Coordenador Geral